

FRANCISCO JOSÉ ARAGÃO PEDROZA CUNHA  
MARIA TERESA NAVARRO DE BRITTO MATOS  
GILLIAN LEANDRO DE QUEIROGA LIMA  
Organizadores

GOVERNANÇA  
ARQUIVÍSTICA EM  
ORGANIZAÇÕES  
PÚBLICAS E PRIVADAS  
NO BRASIL

*teoria e prática*



GOVERNANÇA  
ARQUIVÍSTICA EM  
ORGANIZAÇÕES  
PÚBLICAS E PRIVADAS  
NO BRASIL

*teoria e prática*

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

*João Carlos Salles Pires da Silva*

Vice-reitor

*Paulo Cesar Miguez de Oliveira*



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

*Flávia Goulart Mota Garcia Rosa*

Conselho Editorial

*Alberto Brum Novaes*

*Angelo Szaniecki Perret Serpa*

*Caiuby Alves da Costa*

*Charbel Niño El-Hani*

*Cleise Furtado Mendes*

*Evelina de Carvalho Sá Hoisel*

*Maria do Carmo Soares de Freitas*

*Maria Vidal de Negreiros Camargo*

*Apoio*



FRANCISCO JOSÉ ARAGÃO PEDROZA CUNHA  
MARIA TERESA NAVARRO DE BRITTO MATOS  
GILLIAN LEANDRO DE QUEIROGA LIMA  
Organizadores

GOVERNANÇA  
ARQUIVÍSTICA EM  
ORGANIZAÇÕES  
PÚBLICAS E PRIVADAS  
NO BRASIL

*teoria e prática*

Salvador  
EDUFBA  
2022

2022, autores.

Direitos dessa edição cedidos à Edufba.

Feito o Depósito Legal

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

*Coordenação editorial*

Susane Santos Barros

*Coordenação gráfica*

Edson Sales

*Coordenação de produção*

Gabriela Nascimento

*Capa e projeto gráfico*

Gabriel Cayres

*Revisão e normalização*

Equipe Edufba

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

---

G721 Governança arquivística em organizações públicas e privadas no Brasil: teoria e prática / Francisco José Aragão Pedroza Cunha, Maria Teresa Navarro de Britto Matos, Gillian Leandro de Queiroga Lima, Organizadores. - Salvador: EDUFBA, 2022.  
167 p. :il.

ISBN: 978-65-5630-311-6

1. Documentos arquivísticos – Administração – Brasil. 2. Governança.  
3. Gerenciamento de recursos de informação. I. Cunha, Francisco José Aragão Pedroza. II. Matos, Maria Teresa Navarro de Britto. III. Lima, Gillian Leandro de Queiroga. IV. Título: teoria e prática.

CDU: 002:005(81)

---

Elaborada por Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/O

Editora afiliada à



ASOCIACION DE EDITORIALES  
UNIVERSITARIAS DE AMERICA  
LATINA Y EL CARIBE



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

EDITORA DA UFBA

Rua Barão de Jeremoabo s/n – Campus de Ondina  
40170-115 – Salvador – Bahia Tel.: +55 71 3283-6164  
www.edufba.ufba.br  
edufba@ufba.br

# SUMÁRIO

- 7     **Prefácio**  
*Francisco Alcides Cougo Junior*
- 13    **Apresentação**  
*Francisco José Aragão Pedroza Cunha, Maria Teresa Navarro de Britto Matos, Gillian Leandro de Queiroga Lima*
- EIXO I**  
**Governança arquivística: epistemologia e teoria**
- 25    Governança arquivística: um tema de pesquisa em construção  
*Renato Pinto Venancio*
- 37    A organização dos documentos de arquivo na administração pública federal: do documento em papel ao digital.  
*Renato Tarciso Barbosa de Sousa*
- EIXO II**  
**Práticas de governança arquivística em organizações públicas**
- 53    A cooperação entre o Arquivo Público do Estado de São Paulo e órgãos de controle externo para a implementação de políticas públicas de arquivos, gestão documental e acesso à informação  
*Fernando Padula, Maria Elisa Pereira, Camila Giovana Ribeiro e Clarissa Emi Hirao*
- 71    Governança no âmbito de arquivos estaduais: relato do Arquivo Público do Estado da Bahia  
*Maria Teresa Navarro de Britto Matos*

- 87 Governança arquivística no âmbito de arquivos municipais: o relato do Arquivo de Campinas (1999-2019)  
*Antonio Carlos Galdino*
- 103 A cooperação técnica e científica entre instituições públicas para acesso e uso da informação: o Arquivo Público Municipal de Caetité  
*Paulo Henrique Duque Santos*

### **EIXO III**

#### **Práticas de governança arquivística em organizações privadas**

- 117 Os desafios da governança da Fundação Casa de Jorge Amado  
*Angela Fraga Buarque de Sá*
- 133 Políticas e programas de preservação e gestão de acervos: trajetória e desafios da Fundação Oswaldo Cruz  
*Paulo Roberto Elian dos Santos*
- 147 Governança arquivística em instituições de memória  
*Lúcia Maria Velloso de Oliveira*
- 161 **Sobre os organizadores**
- 163 **Sobre os autores**

# PREFÁCIO

*Francisco Alcides Cougo Junior*

Professor do Departamento de Arquivologia  
Universidade Federal de Santa Maria

Embora tenham avançado positivamente nos últimos 30 anos, as diretrizes e ações vinculadas às políticas públicas de arquivos ainda representam um complexo e histórico desafio para o Brasil. De acordo com dados do portal SIGA Brasil, que monitora os recursos empenhados e as despesas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, entre 2015 e 2020 a evolução anual de despesas do Arquivo Nacional – principal instituição arquivística brasileira e uma das agências propulsoras da política nacional de arquivos – registrou aumento de 11%, mas houve queda significativa de valores no final do quinquênio: de quase 116 milhões de reais gastos em 2019, para pouco mais de 110 milhões no ano seguinte. (BRASIL, 2021a) A desaceleração do parco investimento se repete ainda quando analisamos um dos poucos programas governamentais destinados à implementação de políticas arquivísticas. O programa “Gestão da Documentação e Disseminação de Informações”, mantido pelo Governo Federal, teve um decréscimo de quase 50% em suas despesas, caindo de aproximadamente 6 milhões de reais para pouco mais de 3 milhões nos anos de 2019 e 2020.

Para além das já conhecidas (e cada vez maiores) agruras orçamentárias, faltam estruturas básicas para que as políticas públicas arquivísticas possam, de fato, deslanchar. Nem todos os estados da federação contam

com instituições arquivísticas dotadas de autoridade para promover a gestão, a preservação e o acesso aos documentos públicos e, de acordo com dados do *Plano Nacional de Cultura*, o número de arquivos públicos e centros de documentação nas cidades brasileiras é menor que o total de museus e de teatros. Conforme a pesquisa MUNIC 2018, realizada pelo extinto Ministério da Cultura, o total de arquivos e centros de documentação mantidos pelo poder público municipal caiu 13% entre os anos de 2014 e 2018 – de 1.248 instituições para 1.090. (BRASIL, 2021b) Um quadro desolador que, desafortunadamente, não pôde mais nem sequer ser acompanhado, uma vez que, tanto o Plano Nacional de Cultura, quanto o Plano Setorial de Arquivos parece ter sido abandonados enquanto prospecto de política pública.

Ao baixo orçamento e à precariedade da malha arquivística brasileira, somam-se as demandas por recursos humanos qualificados, atualização e harmonização legislativa, estabelecimento da autoridade arquivística pública e maior atenção à crescente cisão entre arquivos analógicos, digitalizados e nato-digitais. Dados da Pesquisa Nacional sobre a Ocupação em Arquivologia mostram que, em 2016, dos mais de 600 mil servidores públicos vinculados ao Poder Executivo Federal, menos de mil eram arquivistas – e que quase 70% deles atuavam em instituições federais de ensino superior. (COUGO JUNIOR, 2021) A mesma investigação mostrou que, dos mais de 25 mil profissionais ocupados em trabalho formal nas profissões de arquivista e arquivista de documentos no Brasil, mais da metade não tinha a formação exigida em lei. Em relação à legislação, desde a I Conferência Nacional de Arquivos, de 2011, a comunidade arquivística brasileira tem concordância sobre a necessidade de atualizar a Lei Federal nº 8.159/1991, mais importante dispositivo legal da arquivística nacional. No que tange à necessidade de estabelecer a autoridade arquivística – que deve centrar-se nas instituições arquivísticas –, observa-se com perplexidade o avanço sistêmico dos processos de terceirização e externalização de arquivos, cada vez mais amplos e diametralmente opostos aos preceitos constitucionais. Uma preocupação que finalmente nos conduz ao lugar do arquivista e da Arquivologia diante da acelerada ruptura tecnológica que apregoa, de um lado, o governo “sem papel” e, de outro, a premente necessidade de garantir a proteção dos dados pessoais, da soberania informacional e do patrimônio cultural arquivístico.

Esses dilemas brasileiros (e latino-americanos) – que parecem conciliar nossa crônica dificuldade em instituir políticas públicas efetivas com o histórico legado de desinvestimento e periferação dos arquivos no país

– compõem uma agenda de debates cada vez mais urgentes, tanto por parte do campo científico, quanto pela via de organizações associativas. E é exatamente neste cenário que a consolidação do Seminário Nacional de Governança Arquivística centra sua incidência. Promovido pelo Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (GEPICC), vinculado à Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o apoio do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), este importante evento chegou à sua segunda edição em 2020, em meio a dois contextos desafiadores: o trágico avanço da pandemia de covid-19 e o esfacelamento sistemático do pacto democrático brasileiro estabelecido em 1988. Mesmo assim, as contribuições apresentadas revelam-se significativas para a necessária e cada vez mais urgente solidificação de uma agenda pública de políticas e governança arquivística.

Este livro reúne reflexões teóricas e relatos de experiências originados no II Seminário Nacional de Governança Arquivística – ora prefaciado – é composto por nove capítulos, produzidos por investigadores da Arquivologia e trabalhadores vinculados a arquivos públicos e privados, organizados em três eixos temáticos. No primeiro eixo – “Governança arquivística: epistemologia e teoria” – os professores Renato Pinto Venancio e Renato Tarciso Barbosa de Sousa que, através de suas consolidadas trajetórias de pesquisa, teorizam a respeito do conceito de governança arquivística e discorrem sobre a importância da gestão de documentos no contexto da ruptura analógico-digital. Os autores nos alertam para a necessária transversalidade das políticas públicas arquivísticas, pensadas a partir dos distintos níveis e âmbitos que envolvem a governança em sua totalidade.

O eixo II – “Práticas de governança arquivística em organizações públicas” – congrega outros quatro capítulos e complementa os substratos teórico-epistemológicos sumarizados na primeira parte do livro. O capítulo que abre este eixo, assinado por Fernando Padula, Maria Elisa Pereira, Camila Giovana Ribeiro e Clarissa Emi Hirao expressa um importante relato a respeito da exitosa cooperação entre o Arquivo Público do Estado de São Paulo e alguns dos principais organismos de controle externo vinculados à administração estadual, como o Ministério Público e o Tribunal de Contas – texto que nos leva a refletir sobre a imprescindível necessidade de investir as instituições arquivísticas brasileiras de autoridade a partir de sua vinculação com outros instrumentos de governo. Na sequência, Maria Teresa Navarro de Britto Matos analisa o importante papel desempenhado pelo Arquivo Público do Estado da Bahia na

institucionalização de dezenas de arquivos públicos criados em municípios baianos entre 2015 e 2020. A este inspirador relato, seguem-se os textos de Antonio Carlos Galdino e Paulo Henrique Duque Santos que trazem para o debate, respectivamente, o notório e inovador desenvolvimento do Arquivo Municipal de Campinas e a importância da colaboração técnica estabelecida entre o Arquivo Público Municipal de Caetité, no interior sertanejo da Bahia, e as instituições do estado.

O terceiro eixo desta obra – “Práticas de governança arquivística em organizações privadas” – reúne três importantes contribuições sobre a sempre tão fundamental temática dos arquivos privados. Nesse sentido, Angela Fraga Buarque de Sá apresenta um relato completo sobre os desafios inerentes à formação, ao desenvolvimento e à manutenção da Fundação Casa de Jorge Amado, instituição responsável por preservar o legado cultural de um dos mais destacados nomes da literatura brasileira. Paulo Roberto Elian dos Santos, por sua vez, tematiza a trajetória e os desafios enfrentados pela Fundação Oswaldo Cruz na formulação de políticas e programas institucionais voltados à preservação e gestão de seus acervos. Finalmente, Lúcia Maria Velloso de Oliveira aborda de forma ampla, mas muito qualificada, o tema da governança arquivística em instituições privadas de memória – assunto por demais importante em um país marcado por entidades custodiadoras de acervos que tem como principal característica o mais completo hibridismo.

Para além dos textos descritos, a coletânea apresenta, ainda, os caminhos para o acesso a duas conferências sumamente importantes: “Governança arquivística no cenário atual”, ministrada pelo professor José Maria Jardim, e “Governança informacional e ciência aberta”, da professora Sarita Albagli. Na primeira, Jardim apresenta parte dos resultados de um de seus projetos de pesquisa e, através deles, descortina o preocupante cenário de opacidade que prepondera nas instituições arquivísticas brasileiras. Na segunda, Albagli discute a importância do conceito de governança informacional em sua interrelação com a ciência, destacando a premente necessidade de garantir o acesso amplo – mas protegido – ao conhecimento científico enquanto substrato fundamental para o desenvolvimento nacional.

Somada aos resumos publicados no *Livro de Memória do II Seminário Nacional de Governança Arquivística* (GEPICC-UFBA, 2020), a obra ora prefaciada não apenas chancela a importância dos debates realizados no âmbito do II Seminário Nacional de Governança Arquivística (SNGA), como sistematiza e documenta as reflexões de um evento cujo traço mais proeminente é justamente sua contribuição na formulação,

desenvolvimento e reflexão sobre a agenda de políticas públicas e governança arquivística no Brasil. A academia, através de seus grupos de pesquisadores, e os profissionais com atuação na área devem ter consciência de seu papel enquanto agentes capazes de incidir nesta agenda, seja através da apresentação de diagnósticos especializados, seja pela via do debate de experiências exitosas. Os caminhos para o incremento orçamentário, para a implementação de instituições arquivísticas, para a superação da ausência de recursos humanos qualificados e para a resolução de problemas vinculados à macro e à microarquivologia passam, necessariamente, pelo estudo sistemático dos problemas, atravessamentos e possíveis soluções nestas áreas, uma contribuição que tem sido prestada com inequívoca qualidade pelos pesquisadores do GEPICC e pelo próprio Seminário Nacional de Governança Arquivística.

Portanto, quando os desafios impostos pelo colapso da crise sanitária e socioeconômica que aflige o Brasil parecem ter atingido em cheio os principais fóruns de discussão da Arquivologia brasileira, interditando-os, é nosso dever reconhecer e saudar a realização do II Seminário Nacional de Governança Arquivística e o esforço de seus organizadores em conferir visibilidade às contribuições que constam dos diferentes capítulos desta coletânea. A consolidação de uma agenda nacional sobre os problemas públicos vinculados aos arquivos e à arquivística no Brasil prescinde de registros como este livro, verdadeiro documento sobre a caracterização dos principais obstáculos vivenciados pela área e dos melhores caminhos para superá-los.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. *SIGA Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2021. Disponível em: <http://www9.senado.leg.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Senado%2FSigaBrasilPainelEspecialista.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&select=LB137,2019>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano Nacional de Cultura*. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2021. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/31/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

COUGO JUNIOR, Francisco Alcides *et al.* Pesquisa Nacional sobre a Ocupação em Arquivologia. *Relatórios Técnicos do Departamento de Arquivologia*, Santa Maria, v. 2, n. 1, jan./jul. 2021. Disponível em: [https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/463/2021/06/DARQ.ArqSoc.05.2021.ANS\\_-1.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/463/2021/06/DARQ.ArqSoc.05.2021.ANS_-1.pdf). Acesso em: 26 ago. 2021.

## APRESENTAÇÃO

*Francisco José Aragão Pedroza Cunha  
Maria Teresa Navarro de Britto Matos  
Gillian Leandro de Queiroga Lima*

A práxis da governança arquivística ainda se revela embrionária na literatura da área de Arquivologia, evidência que motivou a construção de uma coletânea sobre o tema. Os capítulos do livro *Governança arquivística em organizações públicas e privadas no Brasil: teoria e prática* advêm de nove das doze palestras proferidas no II Seminário Nacional de Governança Arquivística - II SNGA.<sup>1</sup> O(A)s autore(a)s, professore(a)s pesquisadore(a)s e gestore(a)s provenientes de diversas instituições públicas e privadas do país, foram convidado(a)s a refletir sobre aspectos específicos, avaliados como mais significativos no âmbito da governança arquivística, o que explica a ênfase em alguns tópicos, em detrimento de outros. Expressam o eixo principal que norteou as discussões, debates e diálogos que sem dúvida contribuíram para ressaltar o significado e a importância da incorporação de tecnologias de gerenciamento avançado de produção, circulação e acesso a informações orgânicas no âmbito de organizações públicas (estaduais e municipais) e privadas.

Nesse contexto, as múltiplas finalidades desta publicação convergem com as do II SNGA 2020, pretende ser, sobretudo a promoção do diálogo

---

1 <https://www.even3.com.br/govarq2020/>

sobre governança arquivística, associando-a aos aspectos da macroarquivologia e microarquivologia; a articulação da qualificação técnica-científica voltada às questões dos serviços, sistemas e redes de arquivos públicos e privados; a consolidação do fortalecimento dos sistemas e redes de arquivos, inserindo-os em um campo organizacional estratégico para a efetividade das políticas de informação e arquivos no Brasil; a divulgação da produção técnico-científica no Brasil, incentivando a inovação e a geração de conhecimentos, de parcerias e de produtos no âmbito da Arquivologia; o incremento da cooperação técnico-científico-acadêmica entre os programas de pós-graduação, cursos de graduação e agentes públicos e privados; e, o incentivo da integração entre docentes, pesquisadore(a)s, discentes de pós-graduação e graduação, profissionais, gestore(a)s e interessado(a)s na temática da governança informacional.

O II SNGA 2020 se constituiu em uma realização do Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (GEPICC)<sup>2</sup> da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o apoio da Fundação Pedro Calmon (FPC),<sup>3</sup> por meio do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)<sup>4</sup> e da Editora da UFBA (Edufba),<sup>5</sup> nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2020. Decorre de uma ação articulada com os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)<sup>6</sup> e o Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC)<sup>7</sup> da UFBA, o Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervo (PPGMA) da Fundação Casa de Rui Barbosa<sup>8</sup> e a Faculdade de Tecnologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) - Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia (CIMATEC).<sup>9</sup>

O II SNGA 2020 contou, ainda, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)<sup>10</sup> para articular a qualificação técnica-científica voltada às questões dos serviços, sistemas e redes de arquivos públicos e privados. Evidencia-se que os arquivos são

---

2 <http://www.gepicc.ufba.br/>

3 <http://www.fpc.ba.gov.br/>

4 <http://www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=66>

5 <http://www.edufba.ufba.br/>

6 <https://ppgci.ufba.br/>

7 <http://www.difusao.dmmdc.ufba.br/>

8 <http://casaruibarbosa.gov.br/mestrado/>

9 <http://www.senaicimatec.com.br/>

10 Por meio do Edital nº 25/2019 - Propostas de Eventos Científicos no Âmbito do Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP/CAPES.

compreendidos como repositórios, bancos de dados e mecanismos de transferência de informação, subsidiam a aprendizagem organizacional e a inovação gerencial, configurando-se como tecnologias. (LIMA et al., 2018; MEIRELLES; CUNHA, 2020)

Esta publicação conforma, também, um dos produtos do projeto de pesquisa intitulado *Informação, Documentos, Arquivos e Repositórios em Saúde: Mecanismos de difusão de conhecimentos para as inovações gerenciais nos Sistemas de Saúde*, que apontou como um dos resultados a fragilidade da gestão e da governança dos arquivos das organizações de saúde no Brasil. Esclarece-se que a pesquisa mencionada foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).<sup>11</sup>

A expectativa é que o percurso reflexivo proposto pelo(a)s autore(a)s, entre teoria e prática arquivística, contribua no sentido de chamar a atenção para a necessidade do fortalecimento dos sistemas de arquivos brasileiros, inserindo-os em um campo organizacional estratégico com vistas a efetividade das recomendações do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), na medida em que são discutidas questões relacionadas à governança arquivística no Brasil. Conceitos e perspectivas mobilizadas pelo(a)s autore(a)s vão ao encontro da percepção apontada por Cunha e outros (CUNHA et al., 2019; CUNHA; RIBEIRO; PEREIRA, 2013) de que os arquivos são compreendidos como repositórios, bancos de dados e mecanismos de transferência de informação, subsidiam a aprendizagem organizacional e a inovação gerencial, configurando-se como tecnologias. (CUNHA, 2014a; LIMA et al., 2018; MEIRELLES; CUNHA, 2020) Nessas tecnologias são e estão registradas as práticas cotidianas dos agentes do Estado e da sociedade.

O II SNGA favoreceu a aproximação desses agentes com as tecnologias disponíveis nos arquivos, onde suas memórias são acumuladas e tomadas de decisões organizacionais e pessoais são fundamentadas. Essas tecnologias estão associadas a processos e políticas de informação e, consequentemente, de uma governança informacional. (ANDRADE; RIBEIRO, 2021) Salienta-se que a governança arquivística e a informacional configuram-se dependentes de políticas públicas, institucionais e/ou organizacionais para a efetividade de uma Gestão Arquivística de Documentos (GAD). Assim, espera-se que as narrativas apresentadas possam adensar a reflexão dos leitores sobre os *habitus* (BOURDIEU, 1990) da colaboração e

---

11 Projeto de pesquisa financiado pela Chamada Universal MCTI/CNPq N° 01/2016 e pelo Edital PROP/CI/PROPG – UFBA 004/2016 Programa de Apoio a Jovens Professores Doutores (PROPESQ).

da confiança (*i.e.* de dois elementos prioritários para estabelecer um sistema de governança) e do uso das tecnologias avançadas de produção, circulação e acesso às informações orgânicas (*i.e.* laborais e pessoais). Essas informações são acumuladas nos arquivos e, quando acessados, favorecem a aprendizagem e a inovação no âmbito das organizações públicas e privadas. (CUNHA, 2014b; CUNHA; LIMA; OLIVEIRA, 2015; LIMA, 2018)

Os capítulos encontram-se agrupados em três eixos temáticos técnico-científicos: Eixo 1 - Governança arquivística: epistemologia e teoria; Eixo 2 – Práticas de governança arquivística em organizações públicas; e, Eixo 3 – Práticas de governança arquivística em organizações privadas. Visando enriquecer e ilustrar os manuscritos reunidos, optou-se em incorporar a tecnologia QR Code (*Quick Response Code*) que remete para as apresentações do II SNGA, notadamente, o acesso ao conteúdo das conferências de abertura e encerramento, proferidas respectivamente pelo Professor José Maria Jardim, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e pela Professora Sarita Albagli, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

Os trabalhos do Eixo 1 – Governança arquivística, epistemologia e teoria, conformam os dois capítulos iniciais deste livro. Renato Pinto Venancio elucida aos leitores que a governança arquivística representa, ainda, um tema de pesquisa em construção. O autor realiza um levantamento da bibliografia especializada a partir dos estudos de José Maria Jardim e, assim, revela o ineditismo da propositura da expressão “governança arquivística”. Afirma que é recorrente a progressiva ascensão das concepções de governança no âmbito da arquivística associadas aos programas e ações de governo no universo digital. O autor ressalta a premência da integração de várias dimensões da gestão de arquivos e de serviços arquivísticos, assim como da gestão documental e informacional, no redesenho de políticas públicas e institucionais.

O capítulo seguinte, de autoria de Renato Tarciso Barbosa de Sousa, objetiva identificar e analisar a organização dos documentos em papel, digitais e digitalizados na administração pública federal, por meio de pesquisa descritiva e exploratória, fundamentada em fontes bibliográficas e documentais. O autor analisa a transformação do fenômeno social arquivo relacionada aos fatores políticos, culturais, sociais e econômicos. A missão dos arquivos, inicialmente, era a de atender aos interesses da administração e do direito; posteriormente, passa a prestar serviços de acesso aos documentos junto aos agentes produtores, recebedores e acumuladores e à

sociedade. A segunda condição revela a importância da representação e da organização da informação nos arquivos. O autor destaca que a administração pública brasileira “não conseguiu resolver os problemas de suas massas documentais acumuladas em suportes tradicionais e já enfrenta as questões relacionadas com o ambiente digital, tais como: mensagens eletrônicas sem qualquer tipo de gestão; sistemas informatizados com suas regras de registro, armazenamento e recuperação; documentos digitais mantidos nos “computadores pessoais” de seus servidores sem gestão institucional”.

Os quatro capítulos que integram o Eixo 2 – Práticas de governança arquivística em organizações públicas relatam as experiências de arquivos públicos estaduais e municipais. No capítulo 3 é enfatizada a premência das cooperações entre instituições arquivísticas e órgãos de controle externo para a efetividade de políticas públicas de arquivos, gestão documental e acesso à informação. Fernando Padula, Maria Elisa Pereira, Camila Giovana Ribeiro e Clarissa Emi Hirao relatam o caso do Arquivo Público do Estado de São Paulo. As relações de governança são analisadas entre o Arquivo Público do Estado – órgão central do Sistema de Arquivos – e os municípios paulistas ou com aqueles que manifestam interesse em integrar o Sistema por meio de termos de cooperação técnica. Os autores descrevem os casos de cooperação técnica com o Ministério Público do Estado de São Paulo e com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Revelam os resultados obtidos dessas experiências, a saber: “a) a conjugação de esforços visando à gestão, acesso à informação e preservação de documentos do Ministério Público e, em contrapartida, a atuação do Arquivo Público do Estado como órgão técnico consultivo do Ministério Público em ações judiciais e extrajudiciais direcionadas aos municípios paulistas; b) o desenvolvimento de ações integradas com o Tribunal de Contas voltadas à gestão documental, preservação e acesso à informação”. Os autores finalizam salientando “que a implementação de políticas públicas arquivísticas pode ter mais efetividade quando feita em conjunto com órgãos de controle, que as impulsionam devido às suas atribuições típicas”.

Maria Teresa Navarro de Britto Matos, autora do capítulo 4, descreve os elementos da *práxis* de governança da Diretoria do Arquivo Público do Estado da Bahia, unidade da Fundação Pedro Calmon, vinculada da Secretaria de Cultura do Estado. Parte do pressuposto que “a governança arquivística promove o diálogo e as relações institucionais colaborativas com diversos atores do Estado e da sociedade civil”. Caracteriza-se como um relato de experiência sobre o Arquivo Público do Estado da Bahia, na condição de lugar de informação, memória e identidade compartilhadas,

com base em uma pesquisa documental, concentrada no período de 2015 e 2020. A autora destaca programas governamentais e projetos desenvolvidos com as universidades para qualificar a preservação e o acesso de arquivos permanentes, além de articulação junto aos municípios e a interlocução no campo da informação governamental. Conclui destacando “que a construção da governança dos arquivos representa um desafio permanente que requer capacidade dialógica das instituições arquivísticas para atuar no conjunto de ambientes informacionais do estado”.

No capítulo 5, Antonio Carlos Galdino apresenta relato sobre a governança arquivística, nas duas últimas décadas, no âmbito do Arquivo Municipal de Campinas (AMC). O autor revela que o fio condutor da governança no AMC foi “o esforço de coordenar a preservação e disponibilização do patrimônio arquivístico sob custódia da instituição, datando de 120 anos, e a gestão documental corrente da Prefeitura, desenvolvendo soluções técnicas arquivísticas que integrassem essas duas frentes”. Embora reconheça os avanços sublinhados, constata a “falta de uma política oficial que assegure ao Arquivo Municipal de Campinas estabilidade e continuidade administrativas e investimentos em instalações físicas tecnicamente adequadas, infraestrutura tecnológica e pessoal com formação técnica”.

Paulo Henrique Duque Santos, no capítulo 6, aborda a cooperação técnica e científica entre o Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC) e instituições públicas do estado da Bahia na gestão de suportes documentais de modo a promover o acesso e uso da informação. As ações de cooperação entre a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) são evidenciadas por meio da parceria do APMC. Tais ações resultaram na criação do Polo Judiciário Regional de Caetité (PoloJUD) para gestão dos documentos judiciais de vinte e oito comarcas do interior da Bahia. O autor destaca que “[...] o compartilhamento dos sistemas de gestão da informação dessas instituições públicas possibilitou o desenvolvimento de processos e instrumentos de trabalho [...]” que beneficiam populações ainda desassistidas pelos serviços públicos, em especial “[...] uma ampla população rural sem acesso à tecnologia e informação dos serviços de cartórios judiciais”. Defende que a cooperação técnica entre instituições públicas subsidia a “democratização do acesso e uso da informação” para a cidadania a usuários dos serviços judiciais.

O Eixo 3 reúne três capítulos acerca das práticas de governança arquivística em organizações privadas. Angela Fraga Buarque de Sá aborda no capítulo 7, os desafios da governança da Fundação Casa de Jorge Amado

(FCJM). Apresenta um panorama da governança dos acervos pessoais dos escritores: Jorge Amado, Zélia Gattai e Myriam Fraga, custodiados pela FCJA. Foi realizado um levantamento das informações a partir das rotinas e procedimentos realizados pela Divisão de Pesquisa e Documentação da Instituição. Descreve a trajetória e a constituição da entidade, a estrutura organizacional, o quadro de colaboradores e as instalações físicas. Destaca a natureza e a formação dos fundos arquivísticos, os sistemas utilizados para o acesso à pesquisa e à recuperação de dados, as interlocuções institucionais, os projetos em desenvolvimento, a evolução das digitalizações, os investimentos realizados e necessários, bem como as dificuldades enfrentadas; culminando com algumas reflexões sobre as políticas de gestão de instituições responsáveis por arquivos privados e pessoais.

No capítulo 8, a trajetória e os desafios das políticas e dos programas de preservação e gestão de acervos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) são descritos. Paulo Roberto Elian dos Santos descreve a experiência nos últimos 35 anos da Fundação quanto a política institucional e a atuação da Casa Oswaldo Cruz, como protagonista da gestão arquivística. O autor alerta que “as instituições de custódia de acervos são permanentemente desafiadas a formular e implementar políticas e ações de planejamento e gestão para dar cumprimento a sua missão”. Afirma em relação aos arquivos pessoais que “as reflexões e principais iniciativas vêm sendo concebidas fora do “arcabouço institucional” previsto nos nossos marcos legais”. Tal fato proporciona o surgimento de “políticas e programas institucionais inovadores”, a exemplo do da Fundação Oswaldo Cruz. A política de preservação contempla “não apenas os arquivos, mas busca alcançar uma visão integrada capaz de incluir outros institutos e acervos de naturezas distintas, como bibliotecas, e coleções museológicas e biológicas”.

Lucia Maria Velloso de Oliveira, no capítulo 9, realiza uma reflexão sobre a governança arquivística em instituições de memória. O foco é “discutir a importância da gestão arquivística para que as instituições dedicadas à memória de um povo possam cumprir seus compromissos com a sociedade em que se inserem”. A autora enfatiza os conceitos de “governança” e “governança arquivística” estabelecendo uma relação com a administração. Tal relação tem a finalidade de “preservar os “gatilhos” de memória ou conhecer no futuro o que se tornou passado”. Para tanto, estrutura as suas ideias em três seções: governança e governança arquivística; o produtor do arquivo e/ou doador; e, o usuário dos arquivos. A autora alerta que “estamos ainda distantes de um modelo de governança

arquivístico efetivo, porque nos falta a autoridade arquivística empoderada e a devida formulação de políticas ou programas de gestão arquivística que consigam articular os diferentes agentes, instituições e propósitos em uma nova ordem organizacional”. Finaliza colocando “em questão a função social dessas instituições no contexto da democracia e da cidadania e do direito à cultura e memória”.

A partir dos nove capítulos, é possível observar que a efetividade da gestão dos arquivos representa um desafio para os cidadãos, arquivistas, demais profissionais, pesquisadores, financiadores, usuários, organizações privadas e autoridades governamentais (*i.e.* municipal, estadual e federal). As informações orgânicas consistentes e autênticas são dependentes de uma GAD implementada de forma estratégica; de qualificação técnica-profissional; e, da assunção dos gestores em propiciar dispositivos de políticas de informação (*e.g.* de Arquivos) articuladas com os princípios norteadores de uma governança.

O *habitus* de uma governança informacional e, conseqüentemente, arquivística é estratégico para a geração de conhecimento e da inovação nos sistemas e redes de arquivos organizacionais públicos e privados. Esse *habitus* potencializa a proteção da memória das séries históricas das informações e dos documentos que registram a trajetória de conquistas civilizatórias e dos dramas e retrocessos vivenciados pela sociedade brasileira e que manipulam os fatos da sociedade brasileira.

Desejamos a(o)s leitore(a) s interessado(a)s pela temática uma boa leitura!

Conferência  
de abertura:



Conferência  
de encerramento:



## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. E. A.; RIBEIRO, C. A. *Governança informacional e políticas públicas de informação: pressupostos teóricos e inter-relações*. <http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/283> Acesso em: 13 jan. 2021.
- BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- CUNHA, F. J. A. P. O *complexus* do conhecimento, inovação e comunicação em serviços de atenção à saúde. In: CUNHA, F. J. A. P.; LÁZARO, C. P.; PEREIRA, H. B. B. (org.). *Conhecimento, inovação e comunicação em serviços de saúde*. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014b. p. 221-236.
- CUNHA, F. J. A. P. Gestão de documentos, aprendizagem e Inovação organizacional em hospitais. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 29-42, jul./dez. 2014a.
- CUNHA, F. J. A. P. *et al.* Informação, documentos, arquivos e repositórios: mecanismos de difusão de conhecimentos para as inovações gerenciais nos sistemas de saúde. In: BARROS, T. H. B.; SANTOS JUNIOR, R. L. dos, CÂNDIDO, G. G. (org.). *A pesquisa e o ensino em arquivologia: perspectivas na era digital*. Belém: Ed. da UFPA, 2019. v. 1, p. 41-48.
- CUNHA, F. J. A. P. Os registros das informações orgânicas em saúde: a Arquivologia e os Arquivistas no enfrentamento das pandemias. In: 14 ANOS DO CAMPUS V: INICIATIVAS EMPREENDEDORAS E INOVAÇÃO NO CCBSA/UEPB, 1., 2020. Publicado pelo Canal UEPB CAMPUS V CCBSA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TvOwaiEve-M>. Acesso em: 23 out. 2020.
- CUNHA, F. J. A. P.; LIMA, G. L. Q.; OLIVEIRA L. A. F. Arquivos como mecanismos de difusão de conhecimentos para a aprendizagem e inovação em organismos produtores de saúde. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 4., 2015, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: UFPB, 2015.
- CUNHA, F. J. A. P.; RIBEIRO, N. M.; PEREIRA, H. B. de. Records management: a basis for organizational learning and innovation. *TransInformação*, Campinas, v. 25, n. 2, maio/ago. p. 159-165, 2013.

LIMA, G. L. de Q. *et al.* A importância das espécies e tipologias documentais para a mediação dos procedimentos assistenciais e administrativos nos organismos produtores de serviços de atenção à saúde. *Revista de Saúde Digital e Tecnologias Educacionais*, Fortaleza, v. 3, p. 4-17, nov. 2018. Edição especial. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/resdite/article/view/39697>. Acesso em: 24 fev. 2019.

LIMA, G. L. Q. *As formações discursivas da gestão arquivística e a difusão do conhecimento nos OPSAS: uma análise a partir das práticas de tratamento e organização das informações orgânicas em saúde.* Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28764>.

MEIRELES, R. F; CUNHA, F. J. A. P. Autenticidade e preservação de Registros Eletrônicos em Saúde: proposta de modelagem da cadeia de custódia das informações orgânicas do Sistema Único de Saúde. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, 580-596, jul./set. 2020.

EIXO I

**GOVERNANÇA  
ARQUIVÍSTICA:  
EPISTEMOLOGIA  
E TEORIA**

Acesse aqui a mesa do evento:





# GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA

Um tema de pesquisa em construção

*Renato Pinto Venancio*

## INTRODUÇÃO

Em 2018, a expressão “governança arquivística” é definida por José Maria Jardim (2011). Embora já tivesse sido referida antes, ela foi recentemente consubstanciada. A pesquisa em quatro dos principais periódicos internacionais da área (Tabela 1), no período recente, mostra ausência de uso dessa expressão, confirmando seu ineditismo.

Na presente comunicação, a noção de “governança arquivística” é analisada em dois textos de Jardim, ambos publicados em 2018: o primeiro na *Revista Acervo*, do Arquivo Nacional, e o outro na *Revista do Arquivo*, periódico do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Também foram exploradas outras fontes, como nos casos de intervenções e participações desse autor em eventos científicos, assim como em entrevistas e projetos de pesquisa. Procura-se, dessa maneira, recuperar o caminho intelectual da noção em questão, identificando seus antecedentes. Em seguida, são apresentadas suas apropriações por outros autores e em outros contextos.

## GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA: PRESSUPOSTOS E APROPRIAÇÕES

A noção de “governança arquivística” está em construção por ainda não ser propriamente um desdobramento de teoria estruturada, mas, sim, uma proposta de reflexão. Antes de passar à análise e discussão das definições em questão, uma palavra sobre o que é governança se torna necessário. Segundo José Maria Jardim (2018b, p. 13):

A noção de Governança é historicamente recente. Data do início dos anos de 1990, impulsionada pelo Banco Mundial, sob a perspectiva de novas formas de exercício da capacidade dos governos para produzir, implementar e avaliar políticas públicas. Nas três últimas décadas ganhou mais contornos teóricos, sendo aplicada em diversos cenários organizacionais, tanto da administração pública quanto no setor privado. Como tal, é frequente encontramos termos como Governança Corporativa, Governança de Tecnologia da Informação, Governança informacional, Governança ambiental, Governança Fiscal e Tributária etc.

Dessa conceituação, é possível depreender que a noção de “governança arquivística” seria algo paralelo à governança corporativa, e seu propóstito seria o de criar novas formas de produzir, implementar e avaliar políticas, sendo aplicada em diversos cenários organizacionais.

Tendo em conta essas expectativas, passemos à análise das definições elaboradas por Jardim. Na *Revista Acervo*, esse autor concebe “governança arquivística” como um “conjunto de elementos mobilizados para a gerência de serviços” e de “instituições”. Lê-se nesse texto que a noção em questão diz respeito a

[...] **todo o ciclo** da produção à guarda permanente, passando pela **gestão de documentos**, a preservação, a produção de mecanismos de recuperação da informação, a difusão, o acesso e as **demais operações** que constituem a missão das instituições e serviços arquivísticos. (JARDIM, 2018a, p. 32, grifo nosso)

A primeira definição, como se pode ver, remete aos procedimentos da gestão de documentos, somados às demais funções dos arquivos permanentes. Tal perspectiva implica em levar em conta, nesses ambientes, “aspectos gerenciais relacionados a pessoas, infraestrutura física, legal,

tecnológica, recursos orçamentários etc.”; em outras palavras, diz respeito a procedimentos internos às instituições.

Na apresentação de dossiê da *Revista do Arquivo*, José Maria Jardim (2018b, p. 14, grifo nosso) amplia o escopo desse tipo de governança, alterando substancialmente a definição acima apresentada. Nesse texto, avança-se que a

[...] noção de Governança Arquivística, no contexto das instituições arquivísticas, envolve um conjunto de diálogos, processos e produtos relacionados a vários atores e agências no Estado e da sociedade. Inclui não apenas aqueles segmentos diretamente relacionados a dimensões especificamente arquivísticas, mas também os atores, cujas ações perpassam, direta ou indiretamente, as políticas e práticas dos serviços e instituições arquivísticas. É o caso, entre outros, de políticas e ações relacionadas a Governo Aberto, Dados Abertos, Proteção de Dados Pessoais, Programas de Digitalização das Administrações Públicas, Patrimônio Cultural, Ciência e Tecnologia, Acesso à Informação Governamental, Controle Social, Educação, Bibliotecas, Museus etc.

Assim, paralelamente à visão defendida no primeiro texto, essa última incorpora políticas informacionais à “governança arquivística”.

No sentido de avançarmos na compreensão da definição de “governança arquivística” é também importante comparar outros aspectos dos dois textos em questão. Na *Revista Acervo* consta que o desenvolvimento de uma “noção preliminar” de “governança arquivística” tem suas raízes na década de 1970, nos modelos de sistemas de arquivo da Unesco, assim como nas definições de “macroarquivologia” e “microarquivologia” propostas por José Manuel Mata Castillon. A “macroarquivologia” reuniria os “processos de organização e funcionamento de instituições e serviços arquivísticos; desenho a implementação de programas, projetos, redes e sistema”; ao passo que “microarquivologia” teria como foco os procedimentos “técnico-científicos inerentes ao desenvolvimento de funções arquivísticas [...] envolvidas na gestão de documentos correntes e intermediários e na administração de arquivos permanentes”. (JARDIM, 2018a, p. 33)

Cabe aqui perguntar até que ponto a noção de “governança arquivística”, nas duas definições, inclui as noções de micro e macroarquivologia ou as ultrapassa? E se as ultrapassa, em que medida o faz? Outro texto de Jardim (2018c), apresentado no VII Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade, sublinha a dimensão

mais acentuadamente “macro” da noção em questão, não havendo, porém, nada que impeça a exploração heurística dela em outras direções.

Independente da escolha feita, não há como negar que a “governança arquivística” remete à noção de “política”, entendida tanto no sentido institucional quanto pública. A busca das origens dessa proposição, em outras publicações deste autor, não deixa dúvidas a respeito da profundidade que ela espelha. Para compreender isso, é necessário alterar ligeiramente o enfoque até aqui avançado. Além de identificar a “governança arquivística” registrada nos textos Jardim, deve-se procurar a expressão “governança” e a qualificação que ela adquire ao longo do tempo. Quanto a isso, cabe lembrar inicialmente o livro *Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*, publicado em 1999, onde se apresentam os conceitos de “governabilidade e governança”, ambos já considerados consolidados na ciência política. A primeira noção remete à forma de governo, às relações entre os poderes, aos “sistemas partidários etc.”, enquanto a segunda noção está associada à capacidade, no sentido amplo, de um governo “implementar políticas”. (JARDIM, 1999, p. 91)

Talvez aí resida uma das maiores inquietações intelectuais do autor em questão: procurar compreender e explicar por qual razão, após substanciais conquistas do campo arquivístico nos anos 1970 e 1980, culminando com a promulgação da Lei de Arquivos em 1991, muito pouco se avançou na implementação da política nacional de arquivos e do sistema nacional de arquivos. (JARDIM, 2014) A essa inquietação, somam-se os impactos da tecnologia na área arquivística. A partir de 2000, Jardim publica uma série de resultados de pesquisas em que os desafios às políticas arquivísticas são citados no contexto do “governo eletrônico”, entendido como formas de promoção do acesso à informação pública e de promoção da “transparência”, do “diálogo permanente com a sociedade civil” e do “aprofundamento da noção de cidadania”. (JARDIM, 2000)

Em artigo de 2003, publicado em coautoria, afirma: “A implementação de políticas públicas em diversos setores – com impactos evidentes na governança e governabilidade – torna imprescindível o desenho e execução de políticas de informação governamental”. (JARDIM; MARCONDES, 2003, p. 1) No ano seguinte a essa publicação, um novo texto, agora publicado na revista *Arquivo & Administração*, Jardim (2004, p. 14) alerta: “O Governo Eletrônico pode ser uma estratégia capaz de minimizar as lacunas informacionais dos governos, além de ampliar o uso da informação como instrumento de governança”.

Perspectivas semelhantes a essa aparecem em publicações subsequentes, como no artigo intitulado “Governo Eletrônico no Brasil: o Portal Rede Governo”, de 2007, e nos que se seguem, como ocorre nos artigos “Caminhos do Governo Eletrônico no Brasil: o Poder Executivo Federal”, e, em coautoria, no artigo “Análise de Políticas Públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação”, ambos publicados em 2009. A partir de 2011, observa-se uma ampliação do debate em questão. No texto intitulado “A construção de uma política nacional de arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1988-2011)”, publicado nos *Anais do Enancib*, recorre-se ao debate internacional a respeito da governança, apresentando-a como uma possível ferramenta para análise das instituições arquivísticas. Ao que parece esse texto emprega, pela primeira vez, a expressão “governança arquivística”:

Os pontos a serem contemplados numa avaliação das instituições arquivísticas envolvem diversos aspectos e revelam uma visão das instituições arquivísticas na qual é enfatizada a sua dimensão histórica: definição legal da autoridade arquivística da instituição, estrutura administrativa acompanhada de **governança arquivística**, recursos financeiros, recursos humanos, instalações físicas, programas de Preservação, programas de arranjo e descrição, políticas de acesso à informação e serviços de referência e programas de Divulgação Institucional. (JARDIM, 2011, p. 1579, grifo nosso)

Essa mudança caminhará no sentido de uma compreensão cada vez mais abrangente da noção de “governança”, conforme acontece em apresentação no Seminário de Gestão da Memória, ocorrido na Universidade Nacional de Brasília (UnB), em 2013, e no Seminário Internacional Arquivos Pessoais e Cultura, ocorrido na Fundação Casa de Rui Barbosa, em 2016.

Tal evolução é condizente com o debate internacional da área sobre “governança”. Para demonstrar isso, recorreremos a dois procedimentos. O primeiro baseia-se nos levantamentos de Carol Couture e Marcel Lajeunesse, sistematizadas no livro *L'Archivistique à l'ère du numérique: les éléments fondamentaux de la discipline*, publicado originalmente em 2014. Nessa obra são identificados os principais temas de currículos de curso de graduação em arquivologia, assim como de projetos de pesquisas de professores, e mestrados e doutorados em 46 instituições, espalhadas em cinco continentes.

Quadro 1 – Principais temas de pesquisa em Arquivologia, 2000-2012

<b>Texto original</b>	<b>Tradução</b>
1) théorie archivistique	1) teoria arquivística
2) fonctions archivistiques	2) funções arquivísticas
3) gestion des archives	3) gestão de arquivos
4) lois et normes archivistiques	4) leis e normas arquivísticas
5) histoire des archives	5) história dos arquivos
6) formation en archivistique	6) formação em arquivística
7) méthodes et techniques de recherche en archivistique	7) métodos e técnicas de pesquisa em arquivística
8) systèmes archivistiques	8) sistemas arquivísticos
9) archives et société/anthropologie et sociologie archivistique	9) arquivos e sociedade/antropologia e sociologia arquivística
10) pratique de l’archivistique	10) prática arquivística
11) «mondialisation» de l’archivistique.	11) “globalização” da arquivística

Fonte: Couture e Lajeunesse (2014, p. 218).

O Quadro 1 apresenta o resultado dessa pesquisa. Nele é possível perceber o enfoque “micro”, como nos casos das funções arquivísticas, da gestão de arquivos e da prática arquivística, entendida aqui como estudos de casos, assim como o crescimento das preocupações “macro”, expressas na teoria arquivística, nos sistemas arquivísticos, nas relações dos arquivos com a sociedade, em suas dimensões antropológicas e sociológicas, ou mesmo na “globalização da arquivística”, compreendida como as adaptações locais de teorias e metodologias, assim como na investigação das relações de poder envolvidas nesse fenômeno.

As pesquisas de Jardim deitam raízes nessa crescente tendência de aprofundamento teórico do campo arquivístico internacional. O segundo procedimento implementado na presente pesquisa recorreu ao levantamento do uso da expressão “governança” na produção científica arquivística. Na Tabela 1 é possível observar que nas duas décadas que antecederam a publicações dos textos sobre “governança arquivística”, os termos “governance” e “gouvernance” tornaram-se cada vez mais frequentes em artigos de periódicos em língua inglesa e francesa. A essa rica e diversificada produção intelectual, somam-se as normas ISO, de gestão de documentos, publicadas entre 2016 e 2017, que empregam o termo governança, como no caso da série 30300, 30301 e 30302.

Tabela 1 – Utilização dos termos *governance/gouvernance* em artigos, resenhas, editoriais e notas publicadas em periódicos de Arquivologia, 1999-2018

Periódico	País	Período	N. Abs.
<i>Archival Science</i>	Holanda	2001-2008	45
		2009-2018	88
<i>Archivaria</i>	Canadá	1999-2008	28
		2009-2018	45
<i>Gazette des Archives</i>	França	1999-2008	111
		2009-2018	278
<i>The American Archivist</i>	Estados Unidos	1999-2008	83
		2009-2018	124

Fonte: elaborada pelo autor.

Uma sondagem, ainda que superficial, nos artigos da Tabela 1 revela que o termo “governança arquivística” não é mencionado, mas sim o de “governança da informação” (*information governance/ gouvernance de l’information*). Cabe, portanto, avançar aqui uma indagação: em que medida, ao propor a nova adjetivação da “governança”, Jardim inova e distancia-se da compreensão tradicional dela? Não por acaso, num dos textos publicados em 2018, a noção de “governança arquivística” aparece como independente da noção de “governança informacional”, essa última apresentada junto à governança corporativa, de tecnologia da informação, ambiental, e a fiscal e tributária. (JARDIM, 2018b, p. 13)

A recepção da nova compreensão da governança também é um campo interessante de ser explorado. Cabe lembrar que, desde pelo menos 2011, essa expressão vem sendo utilizada por Jardim em eventos nacionais e internacionais. Nesse sentido seu impacto é anterior à publicação dos dois artigos referidos no início desse texto. Em termos internacionais, a primeira aparição dessa expressão data de 2016, por ocasião do encerramento do Seminário Internacional *El rol de los archivos en la nueva institucionalidad cultural*, quando Jardim pronunciou a conferência intitulada “*Gobernanza archivística en la escena contemporánea*”. Esse texto foi divulgado de forma resumida no site do Arquivo Nacional do Chile. Não por acaso, Sofia Brunero (2017, p. 258, grifo nosso), ao apresentar os

resultados do XII Congresso de Arquivologia do Mercosul, no *Anuario Escuela de Archivología* de Córdoba, Argentina, afirma: “A análise de novos conceitos e tendências de gestão é indispensável para a evolução da Arquivologia, especialmente no que se refere à governança arquivística da informação”.<sup>1</sup> O mesmo sendo observado em outra publicação argentina, assinada por Lluís-Esteve Casellas (2017) e versando sobre a “governança arquivística” no contexto de gestão de documentos.

O Seminário de Governança Arquivística também deve ser considerado uma forma de apropriação da noção em questão, cabendo lembrar que ele se encontra em sua segunda edição, tendo a primeira ocorrida em 2019, na Fundação Casa de Rui Barbosa, sob o título “Governança Arquivística: Desafios Contemporâneos na Gestão de Arquivos”, cujas colaborações estão acessíveis por meio de vídeos em canal da instituição no Youtube. Apesar de recente, observam-se diferentes usos dessa noção para a análise comparada dos diversos tipos de governança (GERMANO, 2016), ou para a reconstituição histórica de instituições arquivísticas. (MATOS, 2018) Essas contribuições têm explorado dimensões não presentes na proposta avançada por Jardim, o que mostra o valor heurístico dela, conforme observaram os pesquisadores Francisco Alcides Cougo Junior e Renata Ovenhausen Albernaz (2017, p. 2196):

O conceito de governança arquivística [...] é uma recente concepção trazida à tona pelo professor José Maria Jardim. Segundo Jardim [...] a governança arquivística propõe a plena participação de atores sociais diversos na formulação e implementação das políticas públicas em arquivos, uma visão que enfatiza a democracia e o processo decisório ampliando os agentes públicos para além dos convencionais (governos, sindicatos, associações profissionais). A governança abarca, além dos atores tradicionais, também as categorias informalmente organizadas, representadas pelas redes sociais, associações informais e grupos de gestão horizontalizada.

---

1 El análisis de nuevos conceptos y tendencias de gestión es indispensable para la evolución de la Archivología, especialmente en lo referido a la gobernanza archivística de la información”.

## CONCLUSÕES

No sentido de aprimorar teoricamente a noção em apreço seria fundamental avançar no esclarecimento das seguintes questões:

- “Governança arquivística” inclui as noções de micro e macroarquivologia? E se as inclui, as ultrapassa ?
- Quais seriam as diferenças entre “governança arquivística” e “governança da informação”?
- Trata-se de “governança arquivística” ou “governança arquivística da informação”?

Em certo sentido, outros textos de Jardim, não citados acima, podem contribuir nessa tarefa. No artigo “Políticas Públicas Arquivísticas: princípios, atores e processos”, publicado em 2006, esse autor aponta ser necessário que a política arquivística busque meios de expressar “transversalidade em relação a outras políticas no campo da informação e de outros setores do Estado”. Preencher essa lacuna é, de certo modo, desvendar usos efetivos e potenciais da “governança arquivística”.

Encerrando essa discussão, pode-se afirmar que provavelmente estamos diante de uma ferramenta adequada para identificar as relações entre as políticas públicas arquivísticas e as políticas públicas no campo informacional. Propor colaborações, identificar intersecções e qualificar ações específicas constituem certamente desdobramentos futuros a partir do redesenho propiciado pela governança arquivística.

Eis algumas questões a serem respondidas por novas pesquisas.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL DE CHILE. *Políticas y sistemas: pensando en una institucionalidad archivística*. Santiago, Chile, 2016. Disponível em: [https://www.archivonacional.gob.cl/616/w3-article-72241.html?\\_noredirect=1](https://www.archivonacional.gob.cl/616/w3-article-72241.html?_noredirect=1). Acesso em: 17 jul. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR ISO 30300: Informação e documentação – Sistemas de gestão de documentos de arquivo – Fundamentos e vocabulário*. Rio de Janeiro, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR ISO 30301: Informação e documentação – Sistemas de gestão de documentos de arquivos – Requisitos*. Rio de Janeiro, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR ISO 30302: Informação e documentação – Sistemas de gestão de documentos de arquivos – Diretrizes para implementação*. Rio de Janeiro, 2017.

BRUNERO, S. Y. XII Congreso de archivología del mercosur: “archivos y archiveros en la sociedad del conocimiento”. *Anuario Escuela de Archivología*, n. IX, p. 255-264, 2017. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/anuario/article/view/21182/20726> Acesso em: 17 jun. 2020.

CASELLAS, L.-E. Evaluación archivística, más allá de evaluar para conservar y eliminar. *Revista REDAR*, t. 2, n. 4, p. 1-18, 2017.

COUGO JUNIOR, F. A.; ALBERNAZ, R. O. A externalização de arquivos à luz da avaliação e patrimonialização arquivística. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 6., 2017, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: CONINTER, 2017.

COUTURE, C.; LAJEUNESSE, M. *L'Archivistique à l'ère du numérique: les éléments fondamentaux de la discipline*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2014.

GERMANO, A. de C. A governança na arquivologia: desafios. *Informação Arquivística*, v. 5, n. 2, p. 45-53, 2016.

JARDIM, J. M. *Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niteroi: Editora da UFF, 1999.

JARDIM, J. M. Capacidade governativa, informação, e governo eletrônico *DataGramZero: revista de ciência da informação*, v. 1 n. 5, p. 1-7, 2000.

JARDIM, J. M.; MARCONDES, C. H. Políticas de Informação Governamental: a construção de Governo Eletrônico na Administração Federal do Brasil. *Datagramazero: revista de ciência da informação*, v. 2, n. 2, p. 1-16, 2003.

JARDIM, J. M. Governo Eletrônico, gestão da informação e exclusão informacional. *Arquivo & Administração*, v. 3, n. 1/2, p. 13-21, 2004.

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. *Arquivo & Administração*, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006.

JARDIM, J. M. Governo eletrônico no brasil: o portal rede governo. *Arquivística.net*, v. 3, n. 1, p. 28-37, 2007.

JARDIM, J. M. Caminhos do Governo Eletrônico no Brasil: o Poder Executivo Federal. *Butlletí de L'Associació D'Arxivers Valencians*, v. 8, p. 18-23, 2009.

JARDIM, J. M.; ALBITE, S. C. de; NHARRELUGA, R. S. Análise de Políticas Públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 14, p. 2-22, 2009.

JARDIM, J. M. A construção de uma política nacional de arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1988-2011) *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 12., 2011. *Anais [...]*. Brasília, DF: Thesaurus, 2011. p. 1579-1594.

JARDIM, J. M. O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980 do século XX.. *In: MARQUES, A. A. C., RODRIGUES, G. M., SANTOS, P. E. (org.). História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica*. Rio de Janeiro: AAB/Faperj, 2014. p. 46-58.

JARDIM, J. M. Política Nacional de Arquivos. *In: SEMANA NACIONAL DE ARQUIVOS*, 1., 2017, Rio de Janeiro. 1 vídeo (138 min), son., color. Publicado pelo Canal da Casa Rui Barbosa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=66CorM6hbNg>. Acesso em: 17 jul. 2020.

JARDIM, J. M. Governança arquivística: contornos para uma noção. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 31-45, set.dez. 2018a.

JARDIM, J. M. Governança Arquivística: um território a ser explorado. *Revista do Arquivo*, São Paulo, a. II, n 7, p. 12-23, out. 2018b.

JARDIM, J. M. Políticas e governança arquivísticas: arquivos permanentes do Poder Executivo Federal brasileiro. *In: SEMINÁRIO HISPANO-BRASILEIRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E SOCIEDADE*, 7., 2018, Madrid. *Anais [...]*. Madrid: Universidad Complutense, 2018c.

MATOS, M. T. N. de B. Governança e arquivos: a gestão Luís Henrique Dias Tavares no Arquivo Público do Estado da Bahia (1959-1969). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 147-166, maio/ago. 2018.



# A ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Do documento em papel ao digital

*Renato Tarciso Barbosa de Sousa*

## **INTRODUÇÃO**

A teoria e a prática arquivística, desde as décadas de 1930 e 1940 até hoje, avançou de forma importante no desenvolvimento de modelos para estabelecimento de conexões entre dois processos centrais: produção/ criação e guarda dos documentos. O início do século XX apresentou aos arquivistas um cenário com problemas novos que ainda não tinham sido enfrentados. (DINGWALL, 2016)

O volume crescente de documentos, decorrente do crescimento da população a partir do século XVIII, da expansão das atividades dos governos e a aplicação de métodos modernos de produção e reprodução de documentos, foi um fenômeno relevante. Observou-se, também, uma maior complexidade do ambiente administrativo, a configuração do ambiente digital, a legalidade do acesso à informação e a mudança na razão de ser do arquivo. Como fenômeno social, a razão de ser do arquivo foi sendo alterada por conta de fatores políticos, culturais, sociais e econômicos.

Nesse contexto, originalmente, o motivo era para atender os interesses da administração e do direito. No século XIX, ao lado dessas utilidades, surge como fonte privilegiada para a história. A partir do século XXI, percebemos que a razão de ser é a prestação de serviços ou o acesso: ao sujeito acumulador, produtor e/ou recebedor, dos documentos e à sociedade.

O foco dos arquivos está mudando da guarda para o acesso, como defende Menne-Haritz. O acesso é, ao mesmo tempo, forma e atitude. Forma, porque permite a todos os interessados nos arquivos obter acesso, ler e interpretar os documentos, de acordo com as suas necessidades. Atitude, pois os arquivistas aceitam a competência dos usuários em relação à sua própria pesquisa. Portanto, cabe aos profissionais oferecerem todas as condições que favoreçam o seu uso. O desafio, então, está em construir pontes (novos instrumentos e conceitos) para a manipulação dos documentos por parte do usuário. (MENNE-HARITIZ, 2001)

Se essa afirmação é verdadeira (a mudança do foco para o acesso), cresce a importância sobre a representação e a organização da informação<sup>1</sup> nos arquivos. Esteban Navarro (1995) foi um dos primeiros autores a escrever sobre essa possibilidade. Ele fez isso relacionando a classificação e a descrição como parte dessa área. Dessa forma, a classificação é matéria dos estudos de representação arquivística.

Elizabeth Yakel (2003) definiu e discutiu a representação arquivística e seu papel na prática da área. Ela entende a representação arquivística como os processos de arranjo e descrição, com a criação de instrumentos de acesso (guias, inventários, entre outros) ou sistemas resultantes dessas atividades. O arranjo (classificação) de arquivo também é um ato representacional. A representação arquivística esteve, por muito tempo, em segundo plano ou aparecia de forma periférica na área de representação e organização da informação. Todavia, desde meados da década de 1980, muitos trabalhos têm sido elaborados sobre essa temática. (BARROS; SOUSA, 2019)

Este trabalho situa-se no âmbito da representação e organização arquivística. E o tema é especificamente a organização de documentos de arquivo. Essa questão pode ser encontrada no âmbito das funções arquivísticas, um dos campos de pesquisa na arquivologia, conforme defendem Couture, Martineau e Ducharme (1999).

---

1 Por suas características, na área de arquivos, optamos por não usar a expressão informação arquivística. Falamos de documentos de arquivo e de informações contidas neles.

O conceito de classificação está intimamente vinculado ao de ordenação e de arquivamento. Dada a diversidade de abordagens sobre esses termos, usaremos, neste trabalho, as seguintes compreensões: a classificação e ordenação representam uma atividade intelectual e o último, uma atividade física ou material. Lembrando que o arquivamento no meio digital não é mais um ato físico, mas virtual. O processo tem início com a tarefa de pensar em qual agrupamento subjetivo pertence o objeto a ser organizado (a classificação). A codificação entra como elemento acessório dessa parte intelectual. Definido esse agrupamento, é preciso elucidar de que forma o documento será disposto dentro dele<sup>2</sup> (a ordenação). Em seguida, é efetivado o ato físico ou virtual (o arquivamento). Sabendo onde ele (o objeto a ser classificado) vai ser classificado e de que forma ele vai ser disposto, isto é, a classificação e a ordenação. A partir dessas definições, ele é colocado (física ou virtualmente) na pasta ou no diretório correspondente.

Fundamentalmente, quando falarmos de organização dos documentos de arquivo na administração pública brasileira, estaremos nos referindo especificamente ao conceito de classificação e sua aplicação na realidade.

Trabalha-se, neste estudo, então, com a ideia de que a classificação de documentos de arquivo tem três objetivos: manutenção do vínculo arquivístico, fundamentação de outras funções arquivísticas, particularmente a avaliação e a descrição, e a recuperação dos documentos de arquivo e das informações contidas neles. Não há um julgamento de valor entre os três objetivos. Eles têm o mesmo tamanho em termos de importância. Apesar de percebermos que o objetivo da busca às informações tem perdido importância com os sistemas de gestão de documentos digitais, que permitem explorar a busca por inúmeras formas. (SOUSA; ARAÚJO JÚNIOR, 2019)

Luis Carlos Lopes (2009) entendeu a classificação como o “coração das práticas arquivísticas”, juntamente com a avaliação e a descrição. Sousa (2007) a percebeu como uma função matricial, o ponto de partida para o desenvolvimento de outras funções: avaliação e descrição. Os instrumentos originados das funções avaliação (tabela de temporalidade, plano de destinação) e descrição (guias, inventários, catálogos) têm como campos iniciais a classificação. O primeiro elemento do

---

2 No ambiente virtual, a ordenação pode ser feita por muitas possibilidades. Essas ordenações podem ser criadas e desfeitas a qualquer tempo.

instrumento de pesquisa, de acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), é o nível de descrição, isto é, a representação do agrupamento, a classificação. Na tabela de temporalidade e no plano de destinação, a primeira coluna é o nível de classificação que tem expostos seus prazos de guarda e destinação final. A classificação é uma operação matricial de todo o trabalho arquivístico e é, também, um elemento importante para a transparência e o compartilhamento de informações, que são caminhos seguros para a tomada de decisão, para a preservação da memória técnica e administrativa das instituições contemporâneas e para o pleno exercício da cidadania.

A situação arquivística nos órgãos e entidades da administração pública brasileira já foi objeto de várias publicações na área. Todas elas demonstram condições muito preocupantes. É evidente, entretanto, que o cenário vem melhorando sensivelmente nos últimos anos. Empiricamente, podemos afirmar que isso é resultado de uma maior participação do Arquivo Nacional, da realização sistemática de concursos públicos para arquivistas, da legalização do acesso à informação e de uma mudança lenta, mas gradual, da cultura organizacional que não reconhecia a importância dos arquivos para o órgão ou entidade e para a sociedade.

A pergunta motivadora decorre do fato do uso, cada vez maior, dos documentos digitais nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. A produção de documentos em papel é sensivelmente menor nesses últimos cinco anos, principalmente pela determinação da implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Como as organizações públicas brasileiras estão fazendo a organização dos documentos digitais e(ou) digitalizados?

Objetiva-se identificar e analisar a organização dos documentos em papel, digitais e digitalizados na Administração Pública Federal.

O contexto do desenvolvimento deste estudo é aquele marcado pelo ambiente digital, pela legalização do acesso à informação, pelos novos comportamentos informacionais, pelas alterações na razão de ser do arquivo e pela construção de novos paradigmas para a área. Esses fenômenos impactam diretamente no desenvolvimento das funções arquivísticas, especificamente a classificação e descrição.

A pesquisa é descritiva, pois pretende descrever as características da organização dos documentos digitais ou digitalizados na Administração Pública Federal e, de certa forma, é também exploratória por querer identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência da organização de documentos de arquivo que praticamos no Brasil. Os

procedimentos metodológicos serão a revisão sistemática da literatura referente à gestão de documentos e classificação e a pesquisa documental em relatórios de pesquisa elaborados no âmbito de projetos de pesquisa sobre elaboração de instrumentos de gestão de documentos na Administração Pública Federal.

## O CONCEITO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS

O resultado da falta de espaço crescente nos escritórios para a guarda dos documentos acumulados e da complexidade das estruturas organizacionais fez surgir a ideia, logo colocada em prática, dos *records centers*. Consideramos isso como a certidão de nascimento da teoria das três idades documentais. Foi a razão econômica, pois era muito mais barato manter documentos fora da sede da organização do que em seus escritórios, que motivou o aparecimento do conceito de arquivos intermediários. No Brasil, adotamos a compreensão francesa das três idades documentais, nos Estados Unidos ficou mais conhecido como ciclo vital dos documentos, apesar de não serem sinônimos.

Entretanto, a questão do volume documental foi resolvida parcialmente com a criação dos *records centers*. Outros desafios relacionados à criação, organização e uso precisavam ser enfrentados de maneira pragmática. Os desafios logo demonstraram a necessidade de um ferramental mais sofisticado. A tecnologia, cada vez mais presente, resultava em novos tipos de documentos e em procedimentos transacionais mais complexos referentes à criação e ao uso dos documentos.

Quanto ao conceito de gestão de documentos, ele pode ser reconhecido em dois momentos: alteração do nome do Comitê de Redução de Material Arquivístico para Comitê de Administração de Documentos, da Sociedade de Arquivistas Americanos, e o estabelecimento, no Arquivo Nacional americano, em 1941, do Programa de Gestão de Documentos. Nesse mesmo ano, foi criado, por dois arquivistas da marinha americana, o que é considerado o primeiro *record center*, localizado nas instalações de uma antiga cervejaria, em Washington, mas a ideia desse centro de arquivamento intermediário já tinha sido pensada pelo arquivista belga C. J. Curvelier, em 1923.

O desenvolvimento na prática do conceito foi feito pelo arquivista americano Solon Buck, que introduziu o sistema de gestão de documentos no governo durante a Segunda Guerra Mundial. O sistema incluía:

a tabela de temporalidade; a autorização contínua para a eliminação; *records centers* (arquivo intermediário) a baixo custo. Formalizado pela Lei de Documentos Federais de 1950 (Federal Records Act). (CRUZ MUNDET, 2011)

As práticas que surgiram durante e após a Segunda Guerra Mundial em resposta aos problemas de organização dos documentos de arquivo permitiram a separação da responsabilidade de trabalho entre duas profissões: gestor de documentos e arquivista. A gestão de documentos baseia-se no conceito que um documento tem uma vida similar ao de um organismo biológico: Ele nasce (fase de criação); Ele vive (fase de manutenção e uso); Ele morre (fase de destinação). (PENN; PENNIX; COULSON, 1994)

A gestão de documentos apoiou-se no conceito de ciclo de vida e no da teoria das três idades. Podemos afirmar que a operacionalização do conceito de gestão de documentos é feita a partir do ciclo de vida ou das três idades. O ciclo de vida é formado pelas distintas fases da existência do documento, da criação até a disposição final. A teoria das três idades é uma noção fundamental sob a qual repousa a Arquivologia contemporânea, e que determina que todo documento passa por três períodos: corrente, intermediário e permanente, caracterizados pela frequência e o tipo de utilização que é feita. Em outra abordagem, a Austrália construiu o conceito de *recordkeeping*, que tem a mesma visão integradora da Arquivística Integrada, isto é, reúne a gestão de documentos com a administração de arquivos em um único conceito, mas tem como base o *records continuum*.

Neste trabalho, utilizaremos o conceito de gestão de documentos da forma que a ISO 15.489-1:2016 o define: “área de gestão responsável pelo controle eficiente e sistemático de produção, recebimento, manutenção, uso e destinação de documentos de arquivo, incluindo processos para captura e manutenção de provas e informações sobre atividades e transações de negócio na forma de documentos de arquivo”. Esta definição é compartilhada pelo *Glossary of Recordkeeping Terms*, dos Arquivos de *New South Wales* (Austrália), do *Glossary of Terms*, do International Records Management Trust (IRMT), no *Managing records*, de Shepherd and Yeo, e encontrada, também, na *Encyclopedia of Archival Science*, de Duranti e Franks. Trabalhamos com essa definição porque ela é a que mais se aproxima de consenso internacional em relação ao que a gestão de documentos é e pode ser. Em detrimento da definição constante na Lei dos Arquivos no Brasil.

Llansó i Sanjuan (1993) entende que existem dois grandes modelos e cada dividido em submodelos de gestão de documentos: o norte-americano (Estados Unidos e Québec) e o europeu (Alemanha, Inglaterra, França e Itália). O modelo norte-americano apresenta características semelhantes, apesar de que no seu interior, o submodelo dos Estados Unidos tenha diferenças importantes em relação ao submodelo de Québec. Enquanto o modelo europeu não é homogêneo, pois existem divergências pela presença ou não dos arquivos correntes.

Não temos pesquisa sobre qual modelo predomina no Brasil. Entretanto, parece evidente que temos vários modelos sendo aplicados no país, mas que na prática eles não acontecem com distinções. Apesar de encontrarmos a influência de certas escolas nas várias regiões brasileiras, o trabalho prático não demonstra essas diferenças.

Teoricamente, defendemos aqui que o conceito de gestão de documentos não se modifica com essa mudança. Entretanto, alguns procedimentos nos vários processos de gestão de documentos – produção, captura, classificação e indexação, controle de acesso, armazenamento, utilização e reutilização, migração e destinação – precisam ser repensados. Além disso, o ambiente digital favorece a expansão das funções arquivísticas, que não poderia ser encontrada com os documentos tradicionais.

Não se pretende fazer uma discussão sobre os modelos de gestão de documentos adotados no Brasil. Essa discussão não é central neste trabalho. O objetivo dele é conhecer a realidade arquivística do país na virada de um cenário tradicional – documentos em suporte papel – para um em que predomina o documento digital.

## **A SITUAÇÃO ARQUIVÍSTICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

Temos um número significativo de diagnósticos da situação arquivística produzido no Brasil. Na verdade, desde a década de 1960 eles vêm sendo produzidos. O primeiro que temos conhecimento é o de Schellenberg, intitulado “Os problemas arquivísticos do governo brasileiro”, publicado pelo Arquivo Nacional, em 1960. Após 20 anos, o Arquivo do Estado (São Paulo) apresentou o “Diagnóstico da situação dos arquivos do Estado de São Paulo”, de 1986. Em seguida, a Comissão Especial de Preservação do Acervo Documental (CEPAD) elaborou “A importância

da informação e do documento na administração pública brasileira”, em 1987, e o Arquivo Público do Distrito Federal, em 1990, divulgou o resultado de sua pesquisa sobre a situação arquivística, que recebeu o nome de “Diagnóstico dos arquivos do Governo do Distrito Federal”. E, por fim, o que considero o mais importante de todos, o “Cadastro Nacional de Arquivos Federais”, produzido pelo Arquivo Nacional, também em 1990. Ele fez um retrato importante dos arquivos da Administração Pública Federal e fundamentou muitas das iniciativas públicas em relação aos arquivos no Brasil.

Utilizaremos o mais recente, que foi elaborado pelo Arquivo Nacional, em 2017. Ele foi apresentado no VI Seminário do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA). Foram aplicados 111 formulários entre órgãos setoriais e seccionais. Um universo menor do que aquele trabalhado no Cadastro Nacional de Arquivos Federais, mas significativo.

Nesse diagnóstico, foi utilizado um modelo de grau de maturidade da gestão de documentos nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. O grau de maturidade tinha cinco níveis. O nível 1 era formado pelos órgãos e entidades que tinham: Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), protocolo central e/ou protocolo(s) setorial(is), unidades protocolizadoras, controle do recebimento, tramitação e a expedição de documentos. O nível 2, pelos que tinham; política de gestão de documentos definida, que contemplava a produção, o arquivamento, a preservação e a segurança dos documentos arquivísticos; classificação, organização e avaliação de seus documentos relativos às atividades-meio com base na então Resolução nº. 14 do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq); normas internas orientando os procedimentos para eliminação de documentos; eliminação de documentos relativos às atividades-meio de acordo com os procedimentos e recomendações do Conarq. O nível 3 teria que contempla: normas internas para produção, número de vias/cópias e estabelecimento de modelos de formulários, correspondência e demais documentos avulsos e de procedimentos e rotinas para transferência e recolhimento; processos de trabalho mapeados; arquivo intermediário; tabela de temporalidade da atividade-fim aprovada pelo Arquivo Nacional; classificação, organização e avaliação dos documentos relativos às atividades finalísticas; eliminação de relativos às atividades finalísticas, de acordo com os procedimentos recomendados pelo Conarq e Arquivo Nacional. O nível 4 era definido para quem tinha: sistema informatizado que apoiasse o desenvolvimento das atividades de protocolo; sistema informatizado que apoiasse

o desenvolvimento das atividades de gestão de documentos, um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (Sigad); política de preservação digital definida; identificação de quais são os documentos de arquivo produzidos nos sistemas de negócio que registram as atividades do órgão ou entidade; tratamento de documentos de arquivo produzidos nos sistemas de negócio no contexto do programa de gestão de documentos. E, por último, o nível 5 para quem tinha: sistema de arquivos integrado com os sistemas de negócio, o sistema de protocolo e o Sigad; documentos, avulsos ou processos, em qualquer suporte, acumulados e com tratamento técnico; rotinas para capacitação sistemática dos servidores que atuam nas atividades relacionadas à gestão de documentos, desde a produção até a destinação final; avalia constantemente e identifica a necessidade de melhorias e alterações no programa de gestão de documentos. Não é afirmado na apresentação, mas imagina-se que os requisitos dos níveis posteriores acumulavam os dos níveis anteriores.

Os resultados revelaram dados interessantes. O primeiro é que um pouco mais da metade (54%) dos órgãos e entidades não tem gestão de documentos (39%) ou está (15%) no nível mais básico (nível 1). Além disso, quase metade (44%) se encontra no nível 2, com tratamento arquivístico somente dos documentos acumulados pela atividade-meio. A maioria (98%) dos órgãos e entidades que responderam os formulários tem uma gestão de documentos incipiente, mesmo após 29 anos de promulgação da Lei dos Arquivos no Brasil. Outro dado interessante é que 51% dos órgãos e entidades possuem massas documentais acumuladas sem tratamento, totalizando cerca de 190 quilômetros de documentos em suporte papel. E foram gastos mais de 20 milhões de reais em armazenamento e digitalização. Relevante ressaltar que o custo com digitalização superou o de armazenamento físico.

É diante desse cenário que analisaremos a organização dos documentos de arquivo digitais.

## **O MODELO DE ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS NO AMBIENTE DIGITAL**

O desenvolvimento das tecnologias da informação e das telecomunicações resultou na criação e na utilização de um número sempre crescente de documentos digitais para a realização das atividades cotidianas no seio

das organizações. Cada vez mais, os documentos que existem unicamente sob a forma digital possuem valor administrativo, legal e financeiro, e são essenciais à realização das atividades ou na defesa dos direitos e deveres das organizações. Entre esses documentos, alguns têm valor histórico, que depois se tornam parte da memória institucional. (MAS; GAGNON-ARGUIN, 2007-2008)

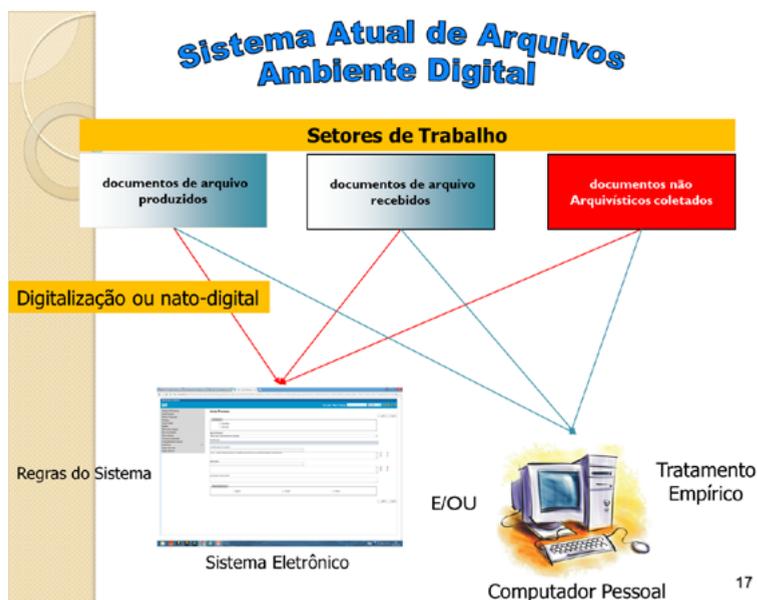
A indicação para gestão desses documentos digitais é a da utilização do plano de classificação de documentos de arquivo. O mesmo utilizado para os documentos em papel. Esse instrumento proporciona à organização dos documentos, a mais ou menos longo prazo, e facilita à localização e à recuperação dos documentos para o conjunto dos servidores. (MAS; GAGNON-ARGUIN, 2007-2008)

Estamos vivendo uma situação híbrida em termos de organização dos documentos de arquivo na Administração Pública Federal. Além das grandes massas documentais acumuladas em papel, que estão ficando para trás sem nenhum trabalho técnico-científico e sendo transformadas em acervos invisíveis, como aponta a pesquisa do Arquivo Nacional tratada anteriormente.

E, mesmo sem resolver os problemas encontrados na gestão dos documentos em papel ou em outros suportes mais tradicionais, já vivenciamos outro: a organização dos documentos de arquivo digitais. Já temos grandes massas de documentos de arquivo que não são tratadas. Este é o caso específico do correio eletrônico. Apesar de o Arquivo Nacional ter, há quase uma década, uma publicação orientadora para o tratamento dessa espécie de documento, empiricamente podemos afirmar que, na prática, pouco tem sido feito para gerenciá-la.

Na verdade, encontramos dois grandes acervos digitais sendo formados (Figura 1). O primeiro é o que está armazenado no SEI. E o outro é aquele armazenado nos computadores “pessoais” dos servidores.

Figura 1 – A organização dos documentos no ambiente digital



Fonte: elaborada pelo autor.

No SEI, ao abrir um novo documento, o sistema tem uma página de registro, onde são preenchidos metadados relacionados aos documentos, dentre eles a classificação. Não há relatos de obrigatoriedade do preenchimento desse campo. O que torna vulnerável todo o trabalho de gestão desses documentos no ambiente digital. Como é possível avaliar os documentos se eles não estão classificados. Lembremos que a primeira coluna da tabela de temporalidade é justamente a classificação. Portanto, estamos criando uma massa documental acumulada digital no banco de dados do SEI, sem classificação e sem avaliação. E, também, por falta do controle de vocabulário, com sérias dificuldades de recuperação.

Em relação à organização dos documentos nos computadores “pessoais”, precisamos observar que a maior parte dos documentos criados ou recebidos vai ser incluída no SEI. Entretanto, não todos. E o que é feito com esses documentos de arquivo que não estão no SEI? Eles ficam armazenados nos computadores “pessoais” dos servidores, onde impera o empirismo e a improvisação na organização desses documentos.

## CONCLUSÕES

O certo é que não nos preparamos para trabalhar com um sistema híbrido e, menos ainda, com um sistema completamente digital. Avançamos de forma significativa em relação à preservação e à descrição, por exemplo, mas não verticalizamos nossas discussões sobre a classificação e a avaliação no ambiente digital.

Há um entendimento, principalmente dos profissionais de Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), que a necessidade da classificação de documentos é questionável, pois os sistemas corporativos podem indexar completamente o conteúdo. Entretanto, a indexação de conteúdo ou os metadados vinculados não são suficientes para estabelecer o contexto dos documentos. (KIM, 2020)

O risco de repetirmos a situação dos documentos de arquivo em papel é muito grande. A melhoria da gestão de documentos nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal pode reverter esse quadro traçado aqui.

Investir na formulação de políticas institucionais de gestão de documentos e arquivos integradas a programas eficientes, recursos humanos, materiais e financeiros adequados parece ser um caminho seguro.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, T. B.; SOUSA, R. T. B. de. Organização do conhecimento e arquivologia: abordagens metodológicas. *Informação e Informação*, Londrina, v. 24, n. 2, p. 76-92, maio/ago. 2019.
- COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D. *A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo*. Brasília: Finatec, 1999.
- CRUZ MUNDET, J. R. *Administración de documentos y archivos: textos fundamentales*. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 2011
- DINGWALL, G. Modelo do ciclo vital e modelo do continuum. Uma visão das concepções desde o período do pós-guerra. In: EASTWOOD, T.; HEATHER, M. (org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: UFMG, 2016.
- ESTEBAN NAVARRO, M. A. La representación y la organización del conocimiento en los archivos. In: ENCUESTRO DE ISKO-ESPAÑA, 1., 1995, Zaragoza. *Anais [...]*. Zaragoza: ISKO, 1995.

KIM, E. *The Importance of Record Classification & Tips for Improving Filing Accuracy*. [S. l.: Collabware, 2020. Disponível em: <https://blog.collabware.com/2012/11/20/record-classification> Acesso em: 29 jun. 2020.

LLANSÓ I SANJUAN, J. Sistemas archivísticos y modelos de gestión de documentos en el ámbito internacional (Parte 1). *Revista Códice*, v. 2, n. 1, p. 53-88, jun. 2006.

LOPES, L. C. *A nova arquivística na modernização administrativa*. Brasília, DF: Projecto Editoria, 2009.

MAS, S.; GAGNON-ARGUIN, L. Problématique de l'organisation et du repérage des documents administratifs électroniques dans um contexte de gestion décentralisée des ressources informationnelles. *Archives*, v. 39, n. 2, p. 47-87, 2007-2008.

MENNE-HARITZ, A. Access - the reformulation of an archival paradigm. *Archival Science*, v.1, n. 1, p. 57-82, 2001.

PENN, I.; PENNIX, G.; COULSON, J. *Records management handbook*. Ashgate, 1994.

SOUSA, R. T. B. de. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SANTOS, V. B. dos; INNARELLI, H. C. (org.). *Arquivística temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento*. Brasília, DF: SENAC, 2007.

SOUSA, R. T. B. de.; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. de. Considerações sobre a classificação e descrição de documentos de arquivo no contexto do ambiente tecnológico e social. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 48 n. 2, p.74-88, maio/ago. 2019.

YAKEL, E. Archival representation. *Archival Science*, v. 3, p. 1-25, 2003.



EIXO II

**PRÁTICAS DE  
GOVERNANÇA  
ARQUIVÍSTICA EM  
ORGANIZAÇÕES  
PÚBLICAS**

Acesse aqui as mesas do evento:





# A COOPERAÇÃO ENTRE O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO E ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ARQUIVOS, GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO

*Fernando Padula  
Maria Elisa Pereira  
Camila Giovana Ribeiro  
Clarissa Emi Hirao*

## **INTRODUÇÃO**

Este capítulo analisa o caso do Arquivo Público do Estado, órgão central do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP), nas suas relações de governança e na sua tentativa de dar respostas estratégicas e criativas a algumas questões enfrentadas frequentemente: como transformar as instituições arquivísticas públicas em órgãos governamentais indispensáveis, potencializando suas ações em sua área específica de atuação; e como adequar a característica de estabilidade e de perenidade

dos Arquivos Públicos com a transformação que vem ocorrendo nas formas de documentar informações, de dar acesso aos documentos públicos resguardando o sigilo legal e os dados pessoais, de fazer valer a transparência pública e o controle social.

Em especial, são relatadas duas experiências de união de forças para enfrentar esses desafios: os Termos de Cooperação Técnica celebrados pelo Arquivo Público do Estado com o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP), assinado em 2000, e com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), em vigor desde 2018.

### **O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO E A POLÍTICA PÚBLICA PAULISTA DE ARQUIVOS, GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO**

A história do Arquivo Público do Estado<sup>1</sup> está ligada à história da administração paulista, e tem sua origem na chegada à cidade de São Paulo do D. Rodrigo César de Menezes para tomar posse do cargo de Capitão-General da Capitania de São Paulo entre 1721 e 1728. Desde então, começaram a serem produzidos e acumulados os primeiros documentos governamentais e, com eles, se iniciou a função de arquivar. Entretanto, a institucionalização do Arquivo Público do Estado somente se deu em 1892. Dessa data até 1984, o arquivo paulista não foi diferente de nenhum outro arquivo brasileiro: uma instituição identificada como sendo a Casa da Memória de seu povo, que mantinha os documentos a ela confiados, atendia aos pesquisadores e divulgava seu acervo.

Isso começou a mudar com a publicação do Decreto Estadual nº 22.789/1984, que instituiu o SAESP,<sup>2</sup> estabelecendo o Arquivo Público do Estado como seu órgão central, constituindo como órgãos setoriais os órgãos e entidades da administração pública estadual, bem como os municípios paulistas e todos aqueles que manifestem sua vontade de integrar o Sistema mediante celebração de convênios ou termos de cooperação técnica. (SÃO PAULO, 1984) O mesmo decreto firmou os principais objetivos do SAESP: preservar o patrimônio arquivístico, promover a gestão documental e assegurar o acesso aos documentos públicos. No que diz respeito a preservar o patrimônio documental já havia consenso entre os

---

1 [www.arquivoestado.sp.gov.br](http://www.arquivoestado.sp.gov.br)

2 [www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao/sistema](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao/sistema)

arquivistas. Cabe registrar o amadurecimento das outras duas ideias, inovadoras para a época.

A primeira delas – a de que arquivos permanentes também precisam se preocupar com gestão documental de maneira sistêmica para garantir o fluxo dos documentos desde sua primeira idade junto aos produtores, passando depois por um período intermediário aguardando o cumprimento de prazos legais e precaucionais, finalizando com a guarda permanente apenas daqueles documentos cujo valor esteja estabelecido em Tabelas de Temporalidade – somente começou a tomar corpo em 2004. Após estudos e pesquisas junto aos órgãos e entidades estaduais, foi possível publicar o Decreto Estadual nº 48.897/2004, que registrou o entendimento paulista sobre os Arquivos Públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os Planos de Classificação e as Tabelas de Temporalidade de Documentos, definindo também normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo, ou seja, demarcando o embasamento técnico e teórico do SAESP. E, ao lado deste, o Decreto Estadual nº 48.898/2004, que aprovou o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio.<sup>3</sup> (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 2019; SÃO PAULO, 2004a, 2004b)

A segunda nova ideia contida no Decreto que instituiu o SAESP é a de que Arquivos são também responsáveis por aquilo que a Lei Federal nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), regulou: o direito fundamental de acesso à informação pública. (BRASIL, 2011) A propósito, coube ao Arquivo Público do Estado a publicação do primeiro ato brasileiro regulamentador da LAI, o Decreto Estadual nº 58.052/2012. (SÃO PAULO, 2012) O Decreto que instituiu o SAESP, de 1984, como que adiantou importantes temas da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, no que diz respeito à gestão documental, ao acesso à informação e às responsabilidades dos municípios:

[...] Artigo 5º - [...]

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; [...]

---

3 O Decreto Estadual nº 63.382/2018 aprovou as alterações necessárias no Decreto Estadual nº 48.898/2004. (SÃO PAULO, 2012, 2018a)

Artigo 30 - Compete aos Municípios: [...]

IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. [...]

Artigo 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...]

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; [...]

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. [...]

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. [...]. (BRASIL, 1988, grifos nossos)

Baseada nesses itens constitucionais, em 1991 foi publicada a Lei Federal nº 8159/1991 (Lei de Arquivos), que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. (BRASIL, 1991b) Esse ato legal fixou conceitos e definiu deveres, permitindo que uma série de realizações fosse posta em marcha. Muitos consideram a LAI como “uma nova Lei de Arquivos”, não somente pelo muito que agregou sobre tratamento de documentos sigilosos, mas também por colocar na ordem do dia a necessidade urgente de organizar documentos e informações públicas a fim de bem responder aos pedidos de acesso à informação.<sup>4</sup>

Mesmo sendo o Arquivo Público do Estado o órgão encarregado de normatizar, formular e implementar a política pública de arquivos, gestão documental e acesso à informação, foi preciso criar uma estratégia de convencimento junto às chefias dos órgãos e entidades paulistas, contando sempre com a colaboração das Comissões de Avaliação de

---

4 Conhecer e aplicar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei Federal nº 13.709/2018, será o próximo grande desafio da comunidade arquivística e da Administração Pública. (BRASIL, 2018)

Documentos e Acesso (CADA) neles instituídas.<sup>5</sup> Pois, devido aos constantes cortes de verbas e de pessoal e às frequentes mudanças nos quadros funcionais, como garantir que serviços como a institucionalização do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC),<sup>6</sup> a avaliação da massa documental acumulada, a elaboração de Tabelas-Fim ou a formação de pessoal não sejam considerados supérfluos? Se isso já é difícil tratando-se de governo estadual, o que dizer quanto a prestar orientação técnica gratuita às 645 Prefeituras e Câmaras Municipais paulistas? A fórmula encontrada foi a de recorrer a órgãos interessados nas questões que envolvem proteção do patrimônio público e transparência pública, ou seja, ao MP-SP e ao TCESP.

### **A cooperação técnica do Arquivo Público do Estado com o Ministério Público do Estado de São Paulo**

O Ministério Público (MP) brasileiro – composto pelo Ministério Público da União e por 26 MP estaduais – é uma instituição autônoma e sem qualquer vinculação com os Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, a quem foi atribuída a incumbência de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais, bem como de promover ações penais públicas. O MP-SP é integrado por promotores ou procuradores de Justiça em doze áreas, tais como Direitos Humanos ou Infância e Juventude, e o Centro de Apoio Operacional de Patrimônio Público é o setor responsável pela proteção dos arquivos e por promover a gestão documental e o acesso à informação.

Uma questão que move a comunidade arquivística é o reduzido número de arquivos municipais, sejam das prefeituras ou das câmaras. A Lei de Arquivos, que completou 30 anos em 2021, ao definir as competências das instituições arquivísticas, firma em seu artigo 17, § 4º, que “[...] São Arquivos Municipais o arquivo do Poder Executivo e o arquivo do Poder Legislativo [...]”. (BRASIL, 1991b) Tendo em mãos o Decreto de

---

5 As CADAs começaram a ser constituídas após o Decreto Estadual nº 29.838/1989 para efetivarem a política estadual de gestão documental em seus órgãos. (SÃO PAULO, 1989b) Suas atribuições foram ampliadas para se adequarem ao Decreto Estadual nº 58.052/2012, que regulamenta a LAI. (SÃO PAULO, 2012)

6 O SIC é uma unidade de atendimento instituída em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual para assegurar aos cidadãos o acesso pleno aos dados, informações e documentos públicos, nos termos da LAI e do Decreto Estadual nº 58.052/2012. (BRASIL, 2012)

criação do SAESP, a Constituição Federal e a Lei de Arquivos, o Arquivo Público do Estado pode iniciar sua aproximação com o MP-SP para encontrar uma solução conjunta para o problema.<sup>7</sup> Os contatos com o MP-SP se iniciaram em 1998, na tentativa de associar as ações de um órgão técnico com as de um órgão de controle externo. Aos poucos, o MP-SP reconheceu o papel dos arquivos e dos documentos públicos para garantir a construção da memória, a eficiência administrativa, bem como para apoiar seus próprios trabalhos.

O *Termo de Cooperação Técnica* com o MP-SP, assinado em 2000 e renovado em 2009, visa “[...] o desenvolvimento de ações integradas visando à gestão, acesso e preservação dos documentos públicos [...] e o esforço conjugado para a integração do Ministério Público ao Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP [...]”. (SÃO PAULO, 2009a) Entre as cláusulas, lê-se que o Arquivo Público do Estado se tornou órgão técnico consultivo do MP-SP em situações de ameaça à integridade do patrimônio documental público, atendendo a eventuais requisições de perícias técnicas e recomendando as providências para apuração e reparação de atos lesivos à política estadual de arquivos públicos. Até 2019, o Arquivo Público do Estado já subsidiou o MP-SP em 127 ações junto aos municípios, entre Inquéritos Cíveis, Termos de Ajustamento de Conduta, Ações Cíveis Públicas e Representações. Por outro lado, cabe ao MP-SP implementar um programa permanente de gestão documental na própria instituição; colaborar com o Arquivo Público do Estado nos esforços para a aplicação da legislação referente aos arquivos, atendendo denúncias que identifiquem situações de irregularidade, descaso ou omissão; e colaborar com o “Programa de Institucionalização de Arquivos Públicos Municipais” implementado pelo Arquivo Público do Estado.

O MP-SP iniciou sua política interna de gestão documental para controlar seus documentos e racionalizar seus espaços físicos, instituindo sua CADA pela Resolução nº 246/00-PGJ, de 2000. (SÃO PAULO, 2000) O MP-SP publicou em 2006 seu *Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos*, possibilitando a preservação e a eliminação criteriosa de documentos públicos. Mas já em 2003 a colaboração estreita do MP-SP com o Arquivo Público do Estado pode se aprofundar, com o início do “Programa de Institucionalização de Arquivos Públicos

---

7 Conferir algumas das atividades do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (DGSAESP), como as referentes ao MP-SP, no artigo da *Revista do Arquivo*, “Gestão documental na trajetória do SAESP - Entrevista com Ieda Pimenta Bernardes”. (BERNARDES, 2016)

Municipais” – pois, sem arquivos instituídos, não há como efetivar as políticas públicas de arquivos e gestão documental. As experiências desse Programa deram origem primeiramente à criação, em 2006, do Núcleo de Assistência aos Municípios, e posteriormente, ao Centro de Assistência aos Municípios (CAM), do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (DGSAESP):<sup>8</sup>

[...] **Artigo 15** - O Centro de Assistência aos Municípios tem, por meio de seu Corpo Técnico, as seguintes atribuições:

I - prestar orientação técnica às administrações municipais, [...] visando:

- a) a formulação e a implementação das respectivas políticas municipais de arquivo;
- b) a elaboração de normas legais;
- c) a implementação de sistemas municipais de arquivo;
- d) a elaboração de diagnósticos, projetos e ações, em especial quanto aos aspectos pertinentes à gestão e à preservação documental;

II - atuar junto às autoridades municipais;

III - realizar encontros regionais e organizar cursos, palestras, seminários e treinamentos para os agentes públicos municipais;

IV - disseminar, em âmbito municipal, o conhecimento arquivístico, a legislação e as normas técnicas relativos aos arquivos, protocolos e documentos públicos;

V - propor:

- a) a realização de convênios, termos de cooperação ou ajustes congêneres com os municípios paulistas;
- b) soluções articuladas quanto ao uso da tecnologia da informação nas atividades de gestão dos documentos e informações municipais;

VI - elaborar e propor princípios, diretrizes, normas e métodos visando ao aprimoramento das atividades de arquivo e protocolo municipais. [...]. (SÃO PAULO, 2009b).<sup>9</sup>

---

8 Em 2007, a equipe do DGSAESP publicou um livro fundamental para os estudos de gestão documental municipal, *Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos para as Administrações Públicas Municipais*. (OLIVEIRA, 2007)

9 Conferir algumas das atividades do CAM no artigo da *Revista do Arquivo*, “Centro de Assistência aos Municípios. Fortalecer arquivos municipais: gigante missão”. (MARANGONE, 2018)

De acordo com os relatórios de atividades do DGSAESP, desde o início da cooperação técnica com o MP-SP em 2000 até 2019, o número de arquivos públicos instituídos nas prefeituras municipais passou de 33 para 140, um acréscimo de 107 instituições; e o número de arquivos públicos instituídos nas câmaras municipais passou de 01 para 30, um aumento de 29 instituições. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 2020) Já foram realizados 22 encontros paulistas sobre gestão documental pública: por uma política municipal de arquivos, os quais contaram com a presença de mais de 3.300 agentes públicos até 2019. Seja apoiando logisticamente, seja enviando palestrantes aos eventos, o MP-SP contribuiu para compartilhar experiências e conhecimento técnico arquivístico com as Prefeituras e as Câmaras Municipais, sem deixar de determinar aos municípios o cumprimento de suas obrigações legais.

Amparado pelo *Termo de Cooperação* com o MP-SP, os Encontros Paulistas fizeram crescer a demanda das prefeituras por orientações técnicas; mas as Câmaras Municipais ficaram mais interessadas após a entrada em vigor da LAI:

[...] assim que a LAI foi oficializada em nível Federal, o Centro de Assistência aos Municípios (CAM) encaminhou ofícios para os 645 prefeitos e 645 presidentes de câmaras, sensibilizando-os sobre a importância do trabalho de gestão documental [...], além de chamar a atenção para a obrigatoriedade de regulamentar a LAI em âmbito municipal. [...] O CAM se colocou à disposição de auxiliá-los neste processo [...] e também reafirmou sua ação de assistência técnica, gratuita e individualizada, na formulação e implementação da gestão documental nas prefeituras e câmaras paulistas [...]. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 2018b, p. 15)

Ainda segundo os relatórios de atividades do DGSAESP, em 2013 foram feitos 17 encontros extras para fortalecer a implementação de política de gestão documental e acesso a informação como requisito fundamental para a transparência pública, além de apresentar o SIC como instrumento de transparência passiva; também foram realizadas três videoconferências pelo Programa tecReg, da Fundação Vanzoline. Ainda em 2013, o CAM realizou uma atuação conjunta com o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, objetivando sensibilizar os dirigentes dos municípios para a importância desses temas. Amparado nessas experiências, o CAM realizou uma pesquisa tendo como base os documentos da Câmara de Barueri e também de outras Câmaras. A partir dela, publicou o livro *Modelo de*

*Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Legislativo Municipal: por uma política pública de gestão documental nas câmaras municipais* (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 2018b), um subsídio técnico específico para as Câmaras Municipais.

Em 2017 foi lançado o Mapa Paulista de Gestão Documental e Acesso à Informação, plataforma digital disponível no site do Arquivo Público do Estado na qual é possível ter acesso às informações sobre a implementação da política de arquivos, gestão documental e acesso à informação nas Prefeituras e nas Câmaras dos 645 municípios paulistas. Em números, vemos que 140 Prefeituras e 30 Câmaras possuem Arquivo Público; 302 Prefeituras e 98 Câmaras regulamentaram a Lei de Acesso à Informação; membros de 473 Prefeituras e 197 Câmaras participaram dos Encontros Paulistas sobre Gestão Documental; e 571 Prefeituras e 288 Câmaras já foram atendidas pelo Centro de Assistência aos Municípios.

As experiências exitosas da cooperação técnica com o MP-SP auxiliaram o Arquivo Público do Estado a construir uma nova ação conjunta com outro órgão paulista de controle externo, o TCESP.

### **A cooperação técnica do Arquivo Público do Estado com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

O TCESP, instituição ligada ao Poder Legislativo paulista que completará um século em 2021, é responsável pela fiscalização e controle das contas do Estado e de 644 municípios (todos, com exceção da Capital). (SÃO PAULO, 1993) O TCESP conta com 2000 funcionários alocados nas 3 unidades da capital e nas 20 unidades regionais para fiscalizar mais de 3.500 unidades administrativas – os órgãos estaduais, as autarquias, as fundações, as sociedades de economia mista, as prefeituras e as câmaras.<sup>10</sup> O TCESP tem suas atribuições fixadas na Constituição Estadual, especialmente nos artigos 32 e 33:

[...] **Artigo 32** - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, das entidades da administração direta e indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade,

---

<sup>10</sup> Conferir a composição e as atividades do TCESP no vídeo disponível no YouTube. (SÃO PAULO, 2014)

aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. [...]

**Artigo 33** - O controle externo [...] será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado [...]. (SÃO PAULO, 1989a, grifos nossos)

Em 2014 começaram as aproximações entre o Arquivo Público do Estado e o TCESP visando melhor orientar os municípios e os órgãos e entidades paulistas para efetiva implementação da LAI. Sendo assim, em janeiro de 2018 foi assinado o *Termo de Cooperação Técnica*. (SÃO PAULO, 2018c) Suas cláusulas são muito semelhantes às do Termo de Cooperação Técnica com o MP-SP, como, por exemplo, visar o desenvolvimento de ações integradas voltadas à gestão documental, preservação e acesso à informação no âmbito da Administração Estadual e dos Municípios Paulistas e a integração do Tribunal de Contas ao SAESP; e firmar que o Arquivo Público do Estado atua como órgão técnico consultivo do TCESP em relação às políticas públicas de arquivos e gestão documental, inclusive atendendo a eventuais requisições de perícias técnicas. No entanto, integra este Termo de Cooperação um Plano de Trabalho que define quais são os objetivos esperados dessa colaboração, entre eles:

- A publicação de *Guia Técnico de Transparência Municipal* (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 2018a), para apoiar os municípios a compreender e aplicar as normas relativas à gestão documental, ao acesso à informação e à transparência pública exigida pela Lei Federal de responsabilidade fiscal (LC nº 101/2000). (BRASIL, 2000) O Guia também detalha de maneira didática a legislação e o passo-a-passo para a instituição de Arquivos Públicos Municipais e a estruturação dos Portais de Transparência. O material poderá ser utilizado tanto por servidores municipais de prefeituras e câmaras quanto por servidores de órgãos de controle externo. A elaboração desse volume foi feita por profissionais do DGSAESP e do TCESP. O Guia foi lançado oficialmente em evento realizado na sede do TCESP em agosto de 2019, durante a “XVII Semana Jurídica do TCESP”.
- A realização de eventos feitos conjuntamente pelo Arquivo Público do Estado e pelo TCESP para os municípios, a fim de

despertar a atenção de gestores e servidores municipais sobre a importância de políticas públicas de gestão documental e acesso à informação, fomentar a instituição de Arquivos Públicos Municipais, fortalecer a transparência pública e estimular a regulamentação da LAI no âmbito das prefeituras e câmaras municipais. O “XIX Encontro Paulista sobre Gestão Documental Pública: por uma política municipal de arquivos” ocorreu em agosto de 2018, na Câmara Municipal de Campinas; o evento reuniu 37 prefeituras e 26 câmaras municipais (203 participantes). O XX Encontro Paulista ocorreu em novembro de 2018, em São Caetano do Sul; o evento reuniu 30 prefeituras e 23 câmaras municipais (217 participantes). O XXI Encontro Paulista ocorreu em junho de 2019, na Unidade Regional de Araraquara do TCESP; o evento reuniu 30 prefeituras e 24 câmaras municipais (181 participantes). O XXII Encontro Paulista ocorreu em novembro de 2019, em São José dos Campos; o evento reuniu 41 prefeituras e 31 câmaras municipais (308 participantes). Nesta ocasião foi apresentado o *Guia Técnico de Transparência Municipal*.

- A realização de eventos feitos conjuntamente pelo Arquivo Público do Estado e pelo TCESP para os servidores públicos estaduais e os Serviços de Informações ao Cidadão (SICs), buscando fortalecer a transparência pública, a gestão documental e o acesso à informação. O III Seminário de Gestão Documental e Acesso à Informação – III SGDAI ocorreu em maio de 2018, no Auditório Nobre do TCESP (250 participantes). O IV SGDAI ocorreu em maio de 2019, na Escola de Contas do TCESP (300 participantes). Ambas as edições contaram com o auxílio da Central de Atendimento ao Cidadão (CAC).<sup>11</sup>
- A inclusão do tema “gestão documental” no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM),<sup>12</sup> para incentivar

11 CAC é uma unidade do DGSASP que coordena os SICs estaduais, bem como atende e orienta o cidadão sobre a localização de documentos de seu interesse, nos termos do Decreto Estadual nº 58.052/2012. (SÃO PAULO, 2012)

12 Visando evidenciar a correspondência das ações governamentais às exigências das comunidades, o TCESP inaugurou em 2014 o processo de apuração de sete indicadores destinados a compor o IEGM: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, proteção dos

a instituição de Arquivos Públicos Municipais e promover a gestão, a guarda e a preservação dos documentos públicos, visando à disseminação e ao acesso às informações neles registradas. Os estudos feitos conjuntamente pelo Arquivo Público do Estado e pelo TCESP para essa inclusão finalizaram, e espera-se que a ação se efetive em 2021.

- A estruturação da CADA no TCESP, que possibilita estabelecer uma equipe responsável pela interlocução entre o Arquivo Público do Estado e o TCESP e pela execução dos trabalhos de implementação da cultura de gestão documental, preservação e acesso na instituição. A designação dos membros da CADA se deu pelo Ato 1954/2018 (SÃO PAULO, 2018b).

O *Termo de Cooperação Técnica* do Arquivo Público do Estado com o TCESP vigora até janeiro de 2024. Está em processo a elaboração do *Guia Técnico de Transparência Estadual*, que objetiva reelaborar o conteúdo desenvolvido no Guia municipal, fazendo as adaptações necessárias para garantir sua aderência à legislação estadual. Nos próximos anos também será possível realizar outros objetivos do Plano de Ação, como elaborar o Plano de classificação e a Tabela de temporalidade das atividades-fim do TCESP e elaborar o “Guia de Fiscalização do TCESP” sobre as providências para apuração e reparação de atos lesivos à política estadual de arquivos públicos e privados.

## CONCLUSÕES

Este breve relato a respeito das duas experiências de cooperação técnica demonstra como foi importante para o Arquivo Público do Estado e para a efetiva implementação de políticas públicas arquivísticas a união de esforços com órgãos de controle, que as impulsionam devido às suas atribuições típicas. A par dos esforços da equipe do DGSASP e dos membros das CADA para implementar os objetivos do SAESP – preservar o patrimônio arquivístico, promover a gestão documental e assegurar o acesso aos documentos públicos – em todos os órgãos do Sistema, foi possível levar essa missão também a centenas de municípios paulistas. Comprovou-se

igualmente que a incorporação dos temas do acesso à informação e da transparência da administração pública, longe de dificultar os trabalhos do Arquivo Público do Estado, lhe concedeu maior dimensão e maior respeitabilidade, fazendo com que sua atividade passasse a ser compreendida e apoiada por setores governamentais muito importantes. Por outro lado, não somente as ações conjuntas, mas mesmo as ações próprias do MP-SP e do TCE-SP estão agora marcadas pela certeza da importância do tratamento adequado dos documentos e das informações públicas, em qualquer suporte.

No entanto, embora as parcerias tenham se mostrado profícuas e exitosas, não se pode ignorar que o número de arquivos municipais ainda é muito baixo; como vimos, mesmo com a Lei de Arquivos, a LAI e as ações formadoras que geraram seu aumento significativo nas últimas duas décadas, apenas pouco mais de um quinto dos municípios paulistas os instituíram. É preciso jogar luz sobre o problema de existirem sujeitos ausentes nas políticas públicas de arquivos e gestão documental: os próprios arquivos. É preciso, portanto, que a comunidade arquivística se debruce em busca de novas estratégias e metodologias para alcançar a universalização da institucionalização dos arquivos do poder público municipal.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO; SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Contas. *Guia técnico da transparência municipal*. São Paulo: Arquivo Público do Estado: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2018a. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/guia\\_tecnico\\_de\\_transparencia\\_municipal.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/guia_tecnico_de_transparencia_municipal.pdf). Acesso em: 21 ago. 2020.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. *Modelo de plano de classificação e tabela de temporalidade de documentos do poder legislativo municipal (atividades fim e meio)*: por uma política pública de gestão documental nas câmaras municipais. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2018b. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/Modelo\\_PC\\_TTD\\_Legislativo%20\(2\).pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/Modelo_PC_TTD_Legislativo%20(2).pdf). Acesso em: 21 ago. 2020.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. *Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade da Administração Pública do Estado de São Paulo*: atividades-meio. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, 2019. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/2019\\_PUBLICACAO\\_PC\\_E\\_TTDMEIO\\_PARA%20DIVULGACAO.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/2019_PUBLICACAO_PC_E_TTDMEIO_PARA%20DIVULGACAO.pdf). Acesso em: 21 ago. 2020.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. *Relatórios de atividades (1985-2019)*. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao/relatorios>. Acesso em: 21 ago. 2020.

BERNARDES, I. P. Gestão documental na trajetória do SAESP - Entrevista com Ieda Pimenta Bernardes (Vitrine). *Revista do Arquivo*, São Paulo, n. 3, 2016. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/03/vitrine\\_04.php#inicio\\_artig](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/03/vitrine_04.php#inicio_artig). Acesso em: 21 ago. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 21dez. 2021.

BRASIL. *Decreto n. 4.073, de 03 de janeiro de 2002*. Regulamenta a Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Brasília, DF: Presidência da República, 1991a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm). Acesso em: 21 ago. 2020.

BRASIL. *Lei n. 8.159, de 09 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm). Acesso em: 21 ago. 2020.

BRASIL. *Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do § 3º do artigo 37 e no § 2º do artigo 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 05 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm). Acesso em: 21 ago. 2020.

BRASIL. *Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018*. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm). Acesso em: 21 ago. 2020.

BRASIL. *Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 21 ago. 2020.

MARANGONE, I. B. Centro de Assistência aos Municípios. Fortalecer arquivos municipais: gigante missão (Prata da Casa). *Revista do Arquivo*, São Paulo, n. 7, p. 60-70, 2018. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/07/pdf/Revista\\_do\\_Arquivo\\_7\\_-\\_Prata\\_da\\_Casa\\_Centro\\_de\\_Assistencia\\_aos\\_Municipios.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/07/pdf/Revista_do_Arquivo_7_-_Prata_da_Casa_Centro_de_Assistencia_aos_Municipios.pdf). Acesso em: 21 ago. 2020.

OLIVEIRA, D. A. *Planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos para as administrações públicas municipais*. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2007. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/planos\\_de\\_classificacao\\_e\\_tabelas\\_de\\_temporalidade\\_de\\_documentos\\_para\\_as\\_administracoes\\_publicas\\_municipais.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/planos_de_classificacao_e_tabelas_de_temporalidade_de_documentos_para_as_administracoes_publicas_municipais.pdf). Acesso em: 21 ago. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. *Lei complementar n. 709, de 14 de janeiro de 1993*. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1993. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1993/lei.complementar-709-14.01.1993.html>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. *Lei complementar n. 734, de 26 de novembro de 1993*. Institui a Lei Orgânica do Ministério Público. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1993. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1993/lei.complementar-734-26.11.1993.html>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Atos do Governador. Extratos de Termo de Cooperação. Termo de Cooperação 1-2018 - Partícipes: o Poder Executivo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Governo, esta pela Unidade do Arquivo Público do Estado, e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo [...]. *Diário Oficial [do] Estado de São Paulo*: seção I, São Paulo, v. 128, n. 18, 30 jan. 2018c. Disponível em: [https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento\\_11\\_4.aspx?link=%2f2018%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fjaneiro%2f30%2fpag\\_0001\\_FOGIQ7USTJKO5eC617RSCUQPCEA.pdf&pagina=1&data=30/01/2018&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100001](https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2018%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fjaneiro%2f30%2fpag_0001_FOGIQ7USTJKO5eC617RSCUQPCEA.pdf&pagina=1&data=30/01/2018&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100001). Acesso em: 21 ago. 2020.

SÃO PAULO. Casa Civil. *Termo de Cooperação Técnica* que entre si celebram a Secretaria da Casa Civil, com a interveniência do Arquivo Público do Estado [...] e o Ministério Público do Estado de São Paulo (2009). *Diário Oficial [do] Poder Executivo*: seção I, São Paulo, v. 119, n. 230, p. 3, 10 dez. 2009a. Disponível em: [https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento\\_11\\_4.aspx?link=%2f2009%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fdezembro%2f10%2fpag\\_0003\\_71M5OCIL08AG7eFJDPBVIJBBNIV.pdf&pagina=3&data=10/12/2009&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100003](https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2009%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fdezembro%2f10%2fpag_0003_71M5OCIL08AG7eFJDPBVIJBBNIV.pdf&pagina=3&data=10/12/2009&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100003). Acesso em: 21 ago. 2020.

SÃO PAULO (Estado). *Constituição estadual de 05 de outubro de 1989*. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1989a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/constituicao/1989/compilacao-constituicao-0-05.10.1989.html>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 22.789, de 19 de outubro de 1984*. Institui o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1984. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1984/decreto-22789-19.10.1984.html>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 29.838, de 18 de abril de 1989*. Dispõe sobre a constituição de Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo nas Secretarias de Estado e dá outras providências. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1989b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1989/decreto-29838-18.04.1989.html>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 48.897, de 27 de agosto de 2004*. Dispõe sobre os Arquivos Públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os Planos de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo, define normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2004a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48897-27.08.2004.html>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 48.898, de 27 de agosto 2004*. Aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades – Meio e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2004b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48898-27.08.2004.html>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 54.276, de 27 de abril de 2009*. Reorganiza a Unidade do Arquivo Público do Estado, da Casa Civil, e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2009b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2009/decreto-54276-27.04.2009.html>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 58.052, de 16 de maio de 2012*. Regulamenta a Lei federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58052-16.05.2012.html>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 63.382, de 09 de maio de 2018*. Substitui os anexos do Decreto n. 48.898, de 27 de agosto de 2004, que aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio, e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2018a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2018/decreto-63382-09.05.2018.html>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Ministério Público. *Ato Normativo n. 428-PGJ/CGMP, de 20 de fevereiro de 2006* (pt. n. 20.243/06). Aprova o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade de Documentos, a serem adotados pelo Ministério Público de São Paulo, e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado de São Paulo*: seção I, São Paulo, v. 116, n. 35, 21 fev. 2006. Disponível em: [https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento\\_11\\_4.aspx?link=%2f2006%2fexecutivo%2520secao%2520i%2ffevereiro%2f21%2fpag\\_0035\\_8PGIONSSMFQIEe9UQ9Q NINOVCD2.pdf&pagina=35&data=21/02/2006&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100035](https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2006%2fexecutivo%2520secao%2520i%2ffevereiro%2f21%2fpag_0035_8PGIONSSMFQIEe9UQ9Q NINOVCD2.pdf&pagina=35&data=21/02/2006&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100035). Acesso em: 21 ago. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Ministério Público. Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica. *Resolução n. 246/00-PGJ, de 28 de dezembro de 2000*. Institui, no âmbito do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a Comissão de Avaliação de Documentos do Ministério Público do Estado de São Paulo, e dá outras providências. São Paulo: MP-SP, 2000. Disponível em: [http://biblioteca.mpsp.mp.br/PHL\\_img/ATOS/246.pdf](http://biblioteca.mpsp.mp.br/PHL_img/ATOS/246.pdf). Acesso em: 21 ago. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Contas. *Atos do Presidente - Ato 1954/2018*. Designando para comporem Comissão de Avaliação Documental e Acesso - CADA: [...]. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, v. 128, n. 186, 10 out. 2018b. Disponível em: [https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento\\_11\\_4.aspx?link=%2f2018%2flegislativo%2foutubro%2f10%2fpag\\_0030\\_2ab7bd51a167398b3bb8f782dade8370.pdf&pagina=30&dada=10/10/2018&caderno=Legislativo&paginaordenacao=100030](https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2018%2flegislativo%2foutubro%2f10%2fpag_0030_2ab7bd51a167398b3bb8f782dade8370.pdf&pagina=30&dada=10/10/2018&caderno=Legislativo&paginaordenacao=100030). Acesso em: 21 ago. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Contas. Video Institucional - Tribunal de Contas de São Paulo - 90 anos. São Paulo: TCESP, 2014. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Wt5HTJZ\\_XRg](https://www.youtube.com/watch?v=Wt5HTJZ_XRg). Acesso em: 14 ago. 2020.

# GOVERNANÇA EM ARQUIVOS ESTADUAIS

Relato do Arquivo Público do Estado da Bahia

*Maria Teresa Navarro de Britto Matos*

## **INTRODUÇÃO**

Ao promover um conjunto de relações institucionais colaborativas com vários atores do Estado e da sociedade, a governança arquivística objetiva atender as configurações do Estado democrático contemporâneo na diversidade das demandas sociais pela transparência e pelo direito à informação e à memória. (JARDIM, 2018a, p. 34) A governança arquivística (como toda governança) pressupõe compartilhamento de competências na gestão de ativos institucionais. Governança não deve ser confundida com cessão de responsabilidades ou restrição das funções de preservação, guarda, acesso e difusão da informação atribuídas às instituições arquivísticas públicas. Contudo, diante da crescente complexidade das sociedades humanas, impossível não admitir e procurar entender os limites operacionais de modelos de gestão excessivamente centralizados. A tradição gerencial conhecida como “governo dos arquivos” se consolidou sob a perspectiva do protagonismo da técnica, deixando de considerar interesses e ações da sociedade e do próprio Estado. No entanto, é possível

observar exemplos de ações transversais com outras políticas e programas estatais no campo da informação, transpondo o tradicional paradigma de “governo dos arquivos” e possibilitando o delineamento de uma abordagem prática e efetiva de governança arquivística. (JARDIM, 2018b, p. 12-13)

Entende-se que a governança arquivística e suas dimensões colaborativas ocorrem no plano da macroarquivística<sup>1</sup> e da microarquivística,<sup>2</sup> de acordo com o perfil, os objetivos, a maturidade organizacional ou mesmo a configuração administrativa de cada instituição. Certamente, existem instituições que avançam na gestão adotando estratégias de governança com foco na microarquivística (instituições que estão inciando, por exemplo, e precisam consolidar sua expertise técnica). Como, também, identificam-se instituições que buscam incorporar ferramentas de gestão macroarquivística. Os conceitos de macro e microarquivística são importantes e, mesmo, decisivos pois funcionam como balizadores estratégicos para o gestor pautar a condução de alternativas teórico-práticas na direção de uma política de governança.

A gestão de instituições arquivísticas públicas e seus componentes administrativos se constituem como objeto de referência nas pesquisas de governança, quer na dimensão micro ou macroarquivística. O caráter público das instituições governamentais (municipais, estaduais e federais) expõe toda a sua atividade de gestão (do planejamento à execução) à interação contínua e permanente com os diversos atores sociais e dos próprios governos e poderes constituídos. Pode-se afirmar que são instituições predispostas à governança. Contudo as colaborações e as parcerias (protocolos de intenção, convênios, editais, contratos entre outros) políticas e técnicas não são percebidas de forma articulada, decorrente de uma política de gestão que admite o compartilhamento de competências como forma legítima de atender aos interesses comuns da sociedade e do Estado. Um conceito maduro, funcional e operacional de governança arquivística pode conferir às ações compartilhadas no sentido estruturado de governança. Para tanto, evidente que deve-se contar com o rigor da autoridade legal e técnico-científica das instituições arquivísticas no âmbito da

---

1 Abrange a estrutura e o funcionamento da instituição e dos serviços arquivísticos. Além da concepção, do planejamento e da implementação de programas e projetos governamentais, com vistas a fortalecer a gestão e o uso social dos Arquivos Públicos. (JARDIM, 2018a, p. 34)

2 Refere-se aos fundamentos técnico-científicos das funções arquivísticas (produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão), desenvolvidas ao longo de todo o ciclo vital dos documentos. (JARDIM, 2018a, p. 34)

administração pública no cumprimento das demandas informacionais do Estado e da cidadania. (JARDIM, 2018c, p. 2)

Este relato se propõe a identificar e descrever elementos da práxis<sup>3</sup> de governança arquivística da Diretoria do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB),<sup>4</sup> uma unidade da Fundação Pedro Calmon (FPC), vinculada da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult). (BAHIA, 2019) A metodologia utilizada para subsidiar o relato de experiência fundamenta-se em pesquisa documental realizada em programas, projetos, relatórios e termos de cooperação produzidos em um universo de cinco anos – 2015 a 2020, que integram o fundo – APEB custodiado pelo próprio APEB/FPC/Secult. Soma-se, ainda, a consulta à legislação estadual (leis, decretos e portarias) disponibilizada nos sítios institucionais<sup>5</sup> de órgãos da administração estadual.

Destaca-se o programa governamental e os projetos desenvolvidos com universidades, mediante termos de cooperação técnica, de interesse comum quanto à qualificação da produção do conhecimento acadêmico-científico e a capacidade de disseminar boas práticas em microarquivística. Somam-se as ações de mobilização junto a municípios da Bahia, com vistas a fortalecer a institucionalidade dos arquivos públicos municipais no cenário atual, devido a obrigatoriedade de cada município criar e manter em sua estrutura administrativa um Arquivo Público em condições de promover a gestão, a preservação e o acesso aos documentos produzidos e recebidos no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, conforme os arts. 215 e 216 da *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 1988 (BRASIL, 1988), assim como arts. 5º, 9º e 21 da *Lei Federal de Arquivos nº 8.159*, de 1991. (BRASIL, 1991) Apresenta-se, também, programas, projetos e ações transversais realizadas no âmbito da administração pública estadual quanto à gestão de documentos, como instrumento indispensável à transparência, à eficiência, eficácia e efetividade administrativas, ao desenvolvimento político e social e como garantia do direito à

---

3 Conceito que procura em sua definição semântica designar uma ação que une teoria e prática. (MORA, 2001, p. 2347)

4 O APEB foi criado por meio de ato governamental expedido em 16/01/1890, por Manuel Victorino Pereira, primeiro governador do Estado da Bahia. (MATOS; ROSADO, 2013, p. 245) No ano de 2002, em razão de reforma administrativa, por meio da Lei nº 8.538, de 20/12/2002, o Arquivo Público passou a integrar a estrutura da FPC/Secult.

5 *Links*: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/>; <http://www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=67>; e <http://www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=118>.

informação e à memória e identidade. Ressalta-se, no contexto, a colaboração estratégica com a Secretaria de Administração do Estado da Bahia (Saeb) no campo da informação governamental.

## COOPERAÇÃO TÉCNICA COM UNIVERSIDADES

A “preservação do acervo documental e bibliográfico custodiado pelo APEB/FPC/Secult” consiste em uma iniciativa da meta “ampliar acervos bibliográficos e documentais preservados e acessíveis” do compromisso “salvaguardar a memória cultural e o patrimônio material, imaterial, histórico, artístico, documental e bibliográfico” do Programa Cultura que integra o Plano Plurianual<sup>6</sup> (PPA) correspondente a 2016-2019 e 2020-2023. (BAHIA, 2016, 2020) O PPA se constitui em um documento técnico e político, um bom exemplo de práxis colaborativa de governança, uma vez que sua construção e implementação dependem de ações institucionais transversais, tanto de elaboração e planejamento, como de entrega efetiva de rotinas, serviços e produtos. Considerando a dimensão estratégica do PPA na formulação de políticas públicas no Estado, destacou-se os programas em que a Diretoria do APEB, unidade da FPC, participa. Na prática, a Diretoria do APEB apoia a Diretoria Geral da FPC na formulação e execução de políticas arquivísticas, através das competências atribuídas regimentalmente às seis Coordenações<sup>7</sup> que compõem a estrutura organizacional da unidade. Isto é, formula e executa ações direcionadas à preservação e ao acesso do acervo documental custodiado. Às Coordenações de Processamento Técnico de Acervo (CPTA) e de Preservação (CP) competem “implantar políticas de conservação preventiva [...]”. Além de elaborar “[...] projetos direcionados, à qualificação da preservação e do acesso ao patrimônio documental custodiado pela Diretoria do APEB”. (BAHIA, 2019)

Esclarece-se que o acervo do APEB caracteriza-se como singular, em razão de custodiar manuscritos e impressos originais, produzidos, recebidos e acumulados quando a cidade de Salvador (BA) permaneceu por

---

6 Instrumento orçamentário que estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual.

7 Coordenação de Administração, Coordenação de Preservação, Coordenação de Processamento Técnico de Acervo, Coordenação de Gestão Documental, Coordenação de Arquivos Municipais e Coordenação de Acesso e Difusão Documental. (BAHIA, 2019)

214 anos (1549 a 1763) na condição de capital político-administrativa do Estado do Brasil. (MATOS; ROSADO, 2012, p. 41) Em termos quantitativos reúne, no momento, um volume total aproximado de 7.360,14 metros lineares de documentos. As datas-extremas identificadas abrangem a segunda metade do século XVI e o início do século XXI. O acervo custodiado se compõe de documentos textuais, iconográficos e cartográficos, de natureza notadamente pública (Executivo, Legislativo e Judiciário), além de alguns fundos privados de interesse público e social. O APEB dispõe ainda, de uma biblioteca especializada em história da Bahia. O acervo bibliográfico é constituído por obras que datam do século XVIII aos dias atuais. Levando em consideração o volume do acervo custodiado e a necessidade de potencializar a conversão digital, de acordo com as recomendações do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), deu-se início a um conjunto de ações integradas de governança entre instituições públicas e privadas, objetivando subsidiar a um só tempo pesquisas acadêmico-científica provenientes de programas de pós-graduação em história de universidades baianas e a qualificação do acesso ao acervo em base digital. De 2015 a 2017, por exemplo, um termo de cooperação técnica foi firmado entre a FPC e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), por meio do Programa de Pós-Graduação e História. O projeto – Livros de Notas da Bahia (1664-1889), de autoria do Professor João José Reis, foi objeto do citado Termo. Esse projeto obteve apoio financeiro da British Library, por meio do Endangered Archives Program e resultou na digitalização de 1.464 livros de notas da capital, produzidos nos séculos XVII, XVIII e XIX, custodiados pelo APEB/FPC. (FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, 2015)

Os livros de notas representam uma fonte documental essencial à pesquisa da história social e econômica da Bahia e do Brasil e, em particular, a história da escravidão (registros, por exemplo de centenas de cartas de alforria, doações e hipotecas de escravos, compra e venda de navios negreiros, de engenhos, fazendas etc.). No caso em tela, a prática de governança pode ser nitidamente identificada. Observa-se que são instituições (APEB/FPC/Secult e UFBA) com interesses comuns, que atuam por meio de ações concretas de cooperação e gestão.

Em dezembro de 2019, foi celebrado entre a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, através da FPC, um acordo de cooperação técnica para a execução do projeto – Preservação de Patrimônio Documental e Acesso Público aos Acervos Judiciais do Polo Judiciário de Caetitê (século XIX e início do século XX), de autoria do professor Paulo Henrique Duque Santos. O projeto conta com financiamento

do Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Educação Superior (SESu) e do Programa de Extensão Universitária (ProExt) da UNEB, para digitalizar 5.270 inventários *post mortem*, 2.199 processos criminais, 425 processos cíveis e 49 livros de notas de escrituras. Portanto, um investimento voltado à preservação da memória histórica da Comarca de Caetité e região, registrada em aproximadamente 7.943 documentos originais custodiados pelo APEB/FPC. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 2019, p. 15-16)

Inclui-se, ainda, uma cooperação técnica com a Sociedade Genealógica Family Search, em 2011, 2015 e posteriormente um aditivo em 2017 para digitalizar registros civis de nascimento, casamento e óbito custodiados pelo APEB/FPC. Contempla, também, documentação referente ao fluxo de imigração, à exemplo de registros de entrada e saída de passageiros pelo Porto de Salvador. Fontes essenciais para subsidiar pesquisas sobre as histórias das famílias e a comprovação de direitos para aqueles que tem interesse de pleitear dupla cidadania.

As parcerias promovidas no âmbito das cooperações técnicas com universidades baianas e com a sociedade genealógica contribuem para qualificar a preservação e o acesso democrático ao acervo custodiado pelo APEB/FPC. Vale ressaltar que cada termo de cooperação dispõe de um plano de trabalho, onde constam as atribuições das partes envolvidas. Os padrões técnicos no âmbito da microarquivística e a metodologia aplicada no processo de digitalização dos documentos arquivísticos, desde a captura digital das imagens à produção de matrizes e derivados dos representantes digitais gerados foram planejados e executados, de forma a assegurar uma fidelidade maior e melhor ao original.

Aplicar as melhores práticas significa conferir a devida fidelidade aos documentos originais e assegurar a capacidade de interoperabilidade. Registra-se, ainda, que as parcerias possibilitaram o benefício de financiamentos para viabilizar a aquisição de equipamentos, assim como a contratação de recursos humanos especializados.

A governança é uma construção coletiva e permanente. Percebe-se que a perspectiva de práxis colaborativa se consolida na cultura de gestão de instituições arquivísticas públicas considerando a convergência de interesses comuns quanto a preservação, o acesso e a disseminação da informação, da memória e da identidade como um direito público próprio das sociedades democráticas. Enquanto instituição arquivística, de caráter público, com atuação essencialmente transversal, o APEB/FPC incorporou na sua gestão as premissas básicas da governança e trabalha

para se tornar referência na cultura da gestão compartilhada entre instituições públicas.

## MOBILIZAÇÃO JUNTO AOS MUNICÍPIOS DA BAHIA

Há aproximadamente 54 anos, o APEB vem estabelecendo uma interlocução sobre o patrimônio arquivístico público, notadamente de valor histórico, produzido, recebido e acumulado pelas administrações municipais. A assistência técnica aos municípios baianos para criar e implementar arquivos municipais origina-se a partir da visão dos diversos espaços que o “município” ocupou ao longo da historiografia brasileira. (MATOS, 2019, p. 91) Fato que justifica o Programa de Cultura do PPA<sup>8</sup> correspondentes a 2016-2019 e 2020-2023. (BAHIA, 2016, 2020) adotarem as seguintes iniciativas: mapear edições estatísticas e catalogação de dados nas áreas da Memória Histórica, da Leitura e do Livro; assistir tecnicamente bibliotecas e arquivos municipais e comunitários; e realizar capacitação técnica nas áreas de memória histórica, da literatura e do livro, nos municípios. As iniciativas decorrem da meta “promover ações de fortalecimento da territorialização da Cultura” que compõe o compromisso “promover o acesso democrático aos bens e serviços culturais e artísticos”.

Em três momentos 2014, 2017 e 2019, a Coordenação de Arquivos Municipais (CAM) da Diretoria do APEB/FPC realizou o *Mapeamento dos Arquivos Municipais no Estado da Bahia*, com o objetivo principal de identificar quantos e quais arquivos públicos municipais encontravam-se em funcionamento no Estado. Uma ação que se justificou em razão da dinâmica do processo de institucionalização (criação, implantação e modernização) dos Arquivos Municipais, considerando a necessidade de subsidiar a formulação e o monitoramento de políticas públicas para o segmento de Arquivos. Na coleta de dados aplicou-se um questionário,<sup>9</sup> seguido de pes-

---

8 Instrumento orçamentário que estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual.

9 Para identificar o contato (*e-mail* e/ou telefone) de cada Prefeitura procedeu-se, inicialmente, consulta ao sítio da União dos Municípios da Bahia. Como alguns contatos encontravam-se desatualizados, optou-se por desenvolver uma pesquisa na internet. Ainda assim, algumas Prefeituras continuavam sem contato, em razão de mudanças de números de telefones e/ou da inexistência de *e-mail*. Na tentativa de atingir um maior número de municípios, estabeleceu-se contato com os representantes da Secretaria de Cultura nos 27 Territórios de Identidade, com vistas a viabilizar comunicação com as Prefeituras dos respectivos Territórios. Contudo,

quisa documental no acervo produzido e acumulado pelo próprio APEB. (MATOS; CUPERTINO, 2019)

O primeiro mapeamento realizado, em 2014, apontou a criação, a implantação e o funcionamento de 32 Arquivos Públicos Municipais no Estado da Bahia. O segundo, em 2017, destacou 45. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 2018) E, o terceiro mapeamento croncretizado em 2019, identificou 66 Arquivos Municipais criados, mediante lei. Somam-se mais três implantados e em funcionamento, sem ato de criação, totalizando 69 arquivos públicos municipais implantados e em funcionamento. Significa dizer que no universo de 417 municípios, foram identificados arquivos municipais, até o momento, em aproximadamente 16,5% dos municípios da Bahia. O *Mapeamento dos Arquivos Municipais no Estado da Bahia* é um projeto em andamento, tendo em vista que, até o momento, não foi possível aplicar o questionário em todos os municípios. As dificuldades estruturais dos municípios criam sérios obstáculos, que perpassam pela ausência de comunicação com as administrações municipais, considerando a extensa dimensão territorial do estado e o quantitativo de municípios. A Bahia, por exemplo, corresponde, aproximadamente, ao tamanho da França. Estabelecer contato sistemático com os 417 municípios exige recursos permanentes, em geral – financeiros, tecnológicos e recursos humanos especializados.

Admitindo o conceito de governança aplicado à realidade arquivística dos Arquivos Municipais da Bahia, a disponibilidade de cooperação da UNEB, representada pelo *campus* de Caetité, e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) merecem destaque como referência de atuação (sobretudo através de cooperação técnica) junto aos Arquivos Municipais, assegurando a preservação e o acesso à memória regional.

Ao longo de cinco anos (2015-2020), a Assessoria de Arquivos Municipais tem evidado esforços juntamente com a diretoria do APEB, na mobilização e na sensibilização dos representantes das Prefeituras e Câmaras Municipais sobre o significado, a importância, bem como os benefícios de investir na gestão de documentos e no acesso à informação. Esclarece-se que a referida Assessoria presta orientação, essencialmente técnica, respeitando a autonomia dos municípios, com os seguintes objetivos: a) Criação e fortalecimento de Arquivos Públicos Municipais;

---

não foi possível identificar os contatos dos 417 municípios baianos, na sua totalidade. (MATOS; CUPERTINO, 2019)

b) Formulação e implementação de políticas municipais de gestão documental e de acesso a informação; c)Elaboração de diagnósticos; e d) Capacitação sobre gestão, preservação e acesso aos documentos e informações municipais. As referidas orientações técnicas realizam-se, presencialmente e a distância (*e-mail*, *whatsapp* e telefone). As visitas técnicas, por exemplo, ocorrem no próprio APEB e, também, *in loco*. Contudo, foram temporariamente suspensas, em março de 2020 por conta da pandemia da covid-19.

No período de 2015 a 2018, de acordo com o *Relatório de Gestão da Diretoria da FPC*, realizaram-se 15 ações de sensibilização e treinamentos *in loco*, no formato de palestras e minicursos para servidores municipais de Prefeituras e Câmaras Municipais. Somam-se, ainda, a promoção de dois Encontros Baianos de Arquivos Municipais (EBAM),<sup>10</sup> na sede do APEB. (FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, 2019, p. 65) A propósito, o EBAM se constitui em um espaço estratégico de interlocução, que possibilita o compartilhamento de experiências, a divulgação da legislação específica e a difusão do conhecimento técnico arquivístico. Além de favorecer iniciativas de cooperação entre o APEB/FPC, os Arquivos Públicos Municipais e as Universidades. Foram organizados e promovidos, também, dois Encontros Territoriais de Arquivos, no ano de 2016. O primeiro<sup>11</sup> dedicado aos territórios Recôncavo e Portal do Sertão (16/06), na cidade de São Félix. O segundo<sup>12</sup> Encontro reuniu representantes do Sertão Produtivo, na cidade de Caetité.

A partir dos exemplos apresentados, a gestão colaborativa e compartilhada do APEB pode ser descrita e compreendida como prática de governança pública, sobretudo quando compreende-se a integração e articulação das parecerias, sempre voltadas para atingir metas do planejamento estadual, normas e legislação da área, que regulam a aplicação e a qualidade técnica arquivística, além dos compromissos constitucionais com a democracia, o direito à informação, à memória e à identidade.

---

10 O VII EBAM, ocorreu nos dias 10 e 11/11/2015, reuniu 50 participantes, representantes de 26 municípios baianos. Na oportunidade, oito Secretários Municipais se fizeram presentes. O VIII EBAM ocorreu de 06 a 08/06/2018, reunindo 294 participantes, de 19 municípios. Dois Secretários Municipais estiveram presentes.

11 Participaram 10 representantes dos municípios: Conceição de Feira, Irará, Mucugê, Nazaré e São Félix.

12 Participaram 32 representantes dos municípios: Brumado, Caetité e Guanambi.

## INTERLOCUÇÃO NO CAMPO DA INFORMAÇÃO GOVERNAMENTAL

O Programa – Gestão Governamental do PPA 2020-2023 estabelece o compromisso “fortalecer a comunicação pública e a transparência nas ações governamentais, assim como a preservação da memória institucional do Estado e a gestão da informação” que contempla as iniciativas a seguir: mobilizar os órgãos e entidades da administração pública estadual para a importância da gestão de documentos arquivísticos; prestar orientações técnicas aos órgãos e entidades da administração pública estadual; acompanhar as ações de descartes de documentos desprovidos de valor administrativo, fiscal, jurídico-legal e histórico, de acordo com os dispositivos legais e normativos vigentes; aumentar a capacidade de custódia de documentos de valor histórico; capacitar servidores que atuam em protocolos e unidades de arquivo em métodos e procedimentos arquivísticos; acompanhar a construção das tabelas de temporalidade de documentos referentes às atividades-fim de órgãos da administração pública estadual, elaboradas pelas comissões de avaliação de documentos de arquivo e articular a realização da classificação de documentos, de acordo com o grau de sigilo determinado pela Lei de Acesso à Informação. (BAHIA, 2020)

A FPC, por meio do APEB, e a Saeb desenvolvem ações integradas voltadas para o estabelecimento de diretrizes, normas e procedimentos referentes à gestão de documentos físicos e digitais. Entre os resultados destaca-se a oficialização, em 18/02/2014, da *Instrução Conjunta Saeb/Secult nº 01* (BAHIA, 2014), que orienta os órgãos da administração pública do Poder Executivo do Estado da Bahia quanto à gestão de documentos arquivísticos. Entre os anexos da citada Instrução, consta o Plano e Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) relativos às Atividades-Meio (AM). Vale ressaltar, que ela se encontra em revisão, objetivando a atualização e ampliação. A aplicação dos referidos instrumentos de gestão arquivística foi objeto de uma agenda para capacitar servidores que atuam em unidades de arquivo, também promovida por meio de parceria entre a FPC e a Saeb. À época, a estratégia para motivar a aplicação efetiva dos instrumentos citados, foi condicionar a inscrição no treinamento à criação de Comissões de Avaliação de Documentos nos órgãos e entidades da administração estadual. O resultado desta ação conjugada contabiliza, hoje, o quantitativo de 52 Comissões instituídas mediante portaria ou resolução. (FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, 2020a)

É possível verificar no período de 2015 a 2020, um aumento exponencial de demandas de órgãos e entidades da administração pública estadual em relação a orientação técnica voltada à gestão documental, resultado de ação conjunta empreendida pela FPC e Saeb, de mobilização para a importância da gestão de documentos arquivísticos. A Coordenação de Gestão Documental (CGD) do APEB/FPC prestou 859 assistências técnicas às Secretaria de Estado, demais órgãos e entidades do Poder Executivo, no que diz respeito a elaboração, análise, com vistas à aprovação e oficialização de instrumentos básicos à gestão documental: Planos de Classificação (PsC) e Tabelas de Temporalidade de Documentos (TTDs), Atividades-Fim (AF), conforme ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – PsC e TTDs – Atividades Fim Oficializadas



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (2016, 2020).

Nos anos de 2017 a 2020, o quantitativo de demandas cresceu em razão de orientação visando o cumprimento dos requisitos do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) Bahia. Esta ação motivou mais ainda a criação de Comissões de Avaliação de Documentos, que resultou na elaboração e oficialização de TTDs – AF. No momento, registra-se o quantitativo total de 26 TTDs e PsC – AF devidamente elaborados e oficializados. (FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, 2020b)

Paralelamente, a CGD/APEB/FPC avalia ações de descarte de documentos desprovidos de valor administrativo, fiscal, jurídico-legal e histórico, de acordo com os dispositivos legais e normativos vigentes. No período

foram analisadas listagens de eliminação de documentos e autorizadas a publicação de 49 Editais de Ciência de Eliminação de Documentos. Quanto ao aumento da capacidade de custódia de documentos foram recolhidos ao APEB os documentos de órgãos extintos, caracterizados como de valor histórico.

A CGD/APEB participou, representando a FPC, de Grupo de Trabalho criado pela Saeb, em 2017, responsável pela institucionalização, estruturação e implantação do SEI Bahia. Foi a primeira participação do APEB em grupo dedicado a gestão de documentos natos digitais, no âmbito da administração pública estadual do Poder Executivo. O APEB/FPC vem mantendo a colaboração no âmbito do SEI Bahia, na etapa de implantação dos tipos de processos (sistêmicos e finalísticos). Realiza a análise das bases de conhecimento e das árvores de documentos elaboradas pelos órgãos e entidades da administração pública estadual do Poder Executivo, com a finalidade de aplicar os devidos requisitos de gestão documental e de padronização da nomenclatura para processos e documentos. Além, da responsabilidade de classificar os tipos de processos com o *Plano de Classificação*, o *Código de Classificação* e as informações quanto ao tempo de guarda e à destinação final de acordo com as *Tabelas de Temporalidades*, meio e fim.

Importante registrar, ainda, que o APEB representa a FPC no Comitê Executivo do SEI Bahia, oficializada mediante a portaria nº 1936, de 16/11/2017.

## CONCLUSÕES

É possível concluir a partir do relato das experiências de colaboração, tanto estruturais, como temporárias, que emerge uma práxis de governança arquivística na Diretoria do APEB, no período de 2015 a 2020. Os elementos para construção de uma gestão com caráter de governança pública se encontram na cultura de gestão da FPC. No caso particular do APEB, a cultura de gestão colaborativa se desenvolveu e se consolidou sob três premissas básicas: a) a atividade arquivística é essencialmente interinstitucional, na medida em que o tratamento técnico, a preservação, a difusão e o acesso à memória são comuns a todas as instituições e organizações; b) compartilhar boas práticas e lições aprendidas de forma cooperada dissemina e aperfeiçoa todos os atores que administram e executam a gestão de arquivos; e, por fim, c) a memória é coletiva, se encontra

dispersa e organizada de várias formas na sociedade e nas instâncias de governo, o que pressupõe a integração sistemática de instituições arquivísticas públicas. A legitimidade obtida através da participação de atores sociais diversos na formulação e implementação de políticas públicas arquivísticas se constitui decisiva para sustentar a identidade histórica.

As parcerias e cooperações revelam-se indispensáveis, positivas e exitosas uma vez que implicam a todo(a)s em um processo inovador, onde todo(a)s devem se perceber como autores. Contudo, o desafio que se mantém é a busca de novas estratégias para consolidar a cultura da gestão colaborativa, permeável, uma práxis de governança, onde teoria e prática arquivística contribuam decisivamente para qualificar a preservação e o acesso democrático à informação, a memória e a identidade.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. *Relatório Anual APEB 2019*. Salvador, 2020. Não publicado.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Assessoria de Arquivos Municipais. *Mapeamento de Arquivos Públicos Municipais na Bahia*, 2018. Salvador: APEB, 2018. (Impresso). (Assessoria de Arquivos Municipais do APEB, Pasta – Mapeamento 2018).

BAHIA. *Decreto nº 19.199, de 30 de agosto de 2019*. Aprova o Regimento da Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia. Salvador: Assembleia Legislativa, 2019.

BAHIA. Instrução Conjunta Saeb/Secult nº 01, de 18 de fevereiro de 2014. Orienta os órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, quanto à gestão de documentos arquivísticos. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Ano XCVIII, n. 21.362, 19 fev. 2014. Disponível em: [http://www.fpc.ba.gov.br/arquivos/File/Arquivo\\_Publico/Gestao\\_de\\_Documentos/Instrucao\\_Conjunta\\_Saeb\\_Secult\\_n\\_01\\_de\\_2014.pdf](http://www.fpc.ba.gov.br/arquivos/File/Arquivo_Publico/Gestao_de_Documentos/Instrucao_Conjunta_Saeb_Secult_n_01_de_2014.pdf). Acesso em: 31 out. 2020.

BAHIA. Secretaria de Planejamento. *PPA – Plano Plurianual 2016-2019*. Salvador: Seplan, [2015?]. Disponível em: [http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/ppa/PPA2016\\_2019/4\\_PROGRAMAS\\_PODER\\_EXECUTIVO\\_v2.pdf](http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/ppa/PPA2016_2019/4_PROGRAMAS_PODER_EXECUTIVO_v2.pdf). Acesso em: 31 out. 2020.

BAHIA. Secretaria de Planejamento. *PPA – Plano Participativo 2020-2023 – Lei n. 14.172*, de 06 de novembro de 2019. Salvador: Seplan, [2019?]. Disponível em: [http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/ppa/PPA2020\\_2023/03PPA\\_2020-2023\\_Publicado-PROGRAMAS\\_PODER\\_EXECUTIVO.pdf](http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/ppa/PPA2020_2023/03PPA_2020-2023_Publicado-PROGRAMAS_PODER_EXECUTIVO.pdf). Acesso em: 31 out. 2020.

BRASIL. *Lei nº 8.159*, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988 [...]. Brasília, DF: Senado Federal; Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf) Acesso em: 31 out. 2020.

FUNDAÇÃO PEDRO CALMON. *Arquivo Público do Estado da Bahia - Gestão de documentos – Comissão de Avaliação de Documentos*. Salvador: FPC, 2016. Disponível em: [http://www.fpc.ba.gov.br/arquivos/File/Arquivo\\_Publico/Gestao\\_de\\_Documentos/Gestao\\_de\\_Documentos\\_2/Quadro\\_Comissoes\\_de\\_Avaliacao\\_2016.pdf](http://www.fpc.ba.gov.br/arquivos/File/Arquivo_Publico/Gestao_de_Documentos/Gestao_de_Documentos_2/Quadro_Comissoes_de_Avaliacao_2016.pdf). Acesso em: 31 out. 2020a.

FUNDAÇÃO PEDRO CALMON. *Arquivo Público do Estado da Bahia - Gestão de documentos – Instrumentos de Gestão de Documentos Finalísticos*. Salvador: FPC, [2020?]. Disponível em: <http://www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=301>. Acesso em: 31 out. 2020b.

FUNDAÇÃO PEDRO CALMON. *Relatório de Gestão Fundação Pedro Calmon (2015-2018)*. Salvador: FPC, 2019. Disponível em: [http://www.fpc.ba.gov.br/arquivos/File/2019/Relatorio\\_Final\\_de\\_Gestao\\_FPC2015\\_2018.pdf](http://www.fpc.ba.gov.br/arquivos/File/2019/Relatorio_Final_de_Gestao_FPC2015_2018.pdf). Acesso em: 31 out. 2020.

FUNDAÇÃO PEDRO CALMON. Termo de cooperação técnica celebrado entre a Fundação Pedro Calmon e a Universidade Federal da Bahia. *Diário Oficial do Estado*, Salvador, Ano C, n. 21.782, 23 set. 2015.

JARDIM, J. M. Governança arquivística: contornos para uma noção. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 31-45, set./dez., 2018a.

JARDIM, J. M. Governança Arquivística: um território a ser explorado. *Revista do Arquivo*, São Paulo, Ano II, n. 7, p. 12-23, outubro, 2018b.

JARDIM, J. M. Políticas e governança arquivísticas: arquivos permanentes do Poder Executivo Federal brasileiro. *In: SEMINÁRIO HISPANO-BRASILEIRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E SOCIEDADE*, 7, 2018, Madrid. *Anais [...]*. Madrid, Universidad Complutense, 2018c. Disponível em: <http://seminariohispano-brasileiro.org.es/ocs/index.php/viishb/viishbucm/paper/viewFile/337/19>. Acesso em: 31 out. 2020.

MORA, J. F. *Dicionário de Filosofia*. Tradução Maria Stela Gonçalves, Adail Sobral, Marcos Bagno e Nicolás1994, p. 2347 Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2001. T. III (K-P).

MATOS, M. T. N. de B. Políticas públicas e arquivos municipais: a experiência do Arquivo Público do Estado da Bahia. *In: RODRIGUES, A. C.; GOMES, D.; OLIVEIRA, L. M. V.; MELLO, M. T. B. (org.). Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano*. Rio de Janeiro: L. E. T. Leite, 2019. p. 85-100.

MATOS, M. T. N. de B.; CUPERTINO, A. C. L. Mapeamento de Arquivos Municipais no Brasil: a experiência do estado da Bahia. *In: JORNADAS DE ARCHIVOS MUNICIPALES*, 10.; CONGRESO DE ARCHIVOLOGIA DEL MERCOSUR, 13., 2019, Montevideo – Uruguay.

MATOS, M. T. N. de B.; ROSADO, R. de C. S. de C.. Memória do Arquivo Público do Estado da Bahia: 1890-1984. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 243-255, jul./dez., 2013.

MATOS, M. T. N. de B.; ROSADO, R. de C. S. de C. A institucionalização do Arquivo Público do Estado da Bahia: 1890-1990. *Arquivo & administração*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 39-58, 2012.



# GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA NO ÂMBITO DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

O relato do Arquivo de Campinas (1999-2019)

*Antonio Carlos Galdino*

## **INTRODUÇÃO**

Este relato sobre o Arquivo Municipal de Campinas (AMC) se concentrará no período posterior ao ano de 2002, a partir do qual o autor responde como coordenador dessa Instituição arquivística. No entanto, é indispensável salientar de forma resumida que as iniciativas de implantação de um modelo moderno de arquivo em Campinas remonta ao final da década de 1980, com a iniciativa do então Secretário de Cultura (1989-1990), Marco Aurélio Garcia, ao transferir para sua pasta, o Setor de Arquivo da Prefeitura, que estivera vinculado ao Departamento de Expediente do gabinete do prefeito, na maior parte de sua existência desde sua criação em 1934. O sucessor de Garcia, Célio Turino de Miranda deu continuidade à iniciativa, com o trabalho da bibliotecária Vera Menino Rigo, que resultou em 1992, em um projeto de lei para criação do Sistema Municipal de Arquivos<sup>1</sup> e na destinação de um espaço para acondicionar uma parte do

---

1 O Projeto de Lei nº 264/1992 dispunha sobre a criação do Departamento de Arquivo Municipal

acervo mais antigo da Prefeitura, sob a designação de Arquivo Público e Histórico da Cidade de Campinas.<sup>2</sup> Em 1999, por meio da Lei Municipal nº 10.248 de 15 de setembro de 1999 foi criada a Coordenadoria Setorial de Arquivo Municipal, e nela o Setor de Arquivo Histórico. Esse novo rumo foi imprimido sob a influência de Ana Célia Rodrigues que assumiu a coordenação do AMC, buscando implementar uma visão arquivística moderna em um contexto bastante adverso, marcado sobretudo pela exígua infraestrutura física e de pessoal, face a uma grande e desorganizada massa documental acumulada.<sup>3</sup>

No início de 2003, quando havíamos assumido a coordenação do AMC há poucos meses, este ocupava dois prédios em bairros diferentes da cidade, um deles um barracão com 470 m<sup>2</sup>, situado no bairro Botafogo e outro, no bairro Taquaral, um prédio modernista em concreto e vidro, projetado originalmente para ser um museu, com cerca de 1600 m<sup>2</sup> de área útil e que abrigava a sede do Instituto Brasileiro do Café até 1991, situado em antiga fazenda experimental desse órgão, então doada ao município de Campinas e que se tornou um parque público, o Lago do Café. Desse modo, o acervo do AMC, estava dividido em dois depósitos, dividindo-se, portanto, a equipe também em dois locais, quadro que perdura até hoje, ainda que em outro imóvel.<sup>4</sup>

---

e do Sistema Municipal de Arquivos e foi encaminhado em 6 de maio de 1992 à Câmara Municipal, tendo parecer favorável da Comissão de Justiça no mês de junho, teve pedido de vistas por um dos vereadores em outubro, sendo devolvido ao executivo a pedido do Prefeito recém-empossado, em janeiro de 1993, e foi por este posteriormente arquivado.

- 2 O autor dirigiu o projeto de arquivo público e histórico da cidade entre 1996 a 1999 no edifício Palácio dos Azulejos.
- 3 Entre as principais iniciativas de Ana Célia, de impacto decisivo para a estruturação do AMC nos anos seguintes, pode-se mencionar o Protocolo de Amizade e Cooperação Técnica firmado em 2000 entre a Prefeitura de Campinas e o Ayuntamiento de Barcelona; também no mesmo ano, a aprovação de recursos do Programa ADAI, do Ministério de Educação e Cultura da Espanha, com o Projeto de Tratamento Técnico dos Documentos Permanentes do Arquivo Municipal de Campinas; bem como a aprovação de projeto assinado pela Profa. Heloisa Bellotto na linha de Auxílio à Infraestrutura de Pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
- 4 A ocupação do prédio do Lado do Café deu-se entre meados de 2002 e 2003, deslocando-se documentos que se encontravam ainda no Palácio dos Azulejos e parte dos que estavam na unidade do Botafogo. No início de 2016, o acervo da Unidade Lago do Café, bem como os serviços nela sediados são transferidos para um edifício particular cedido em comodato, no condomínio residencial Swiss Park, situado km 90 da Rodovia Anhanguera, de modo que a separação em dois depósitos ainda é um problema não solucionado.

Esse é o quadro em que apresentaremos nas seções seguintes os principais problemas da governança arquivística do AMC, com algumas soluções construídas e caminhos abertos por quase duas décadas.

### **CARACTERIZAÇÃO DO ACERVO: ARQUIVO COMO SERVIÇO À ADMINISTRAÇÃO**

Os documentos sob a guarda do AMC podem ser identificados principalmente em dois grandes blocos do ponto de vista do suporte físico e tipologias: a) cerca de 3.000 livros de registros de todas as áreas da administração municipal, com datas-limite 1867-1999, que já haviam perdido os valores de uso primários; e b) cerca de 2 milhões de documentos com registro de porta ou, sua maioria, registro de protocolo, com datas-limite 1893-2003, compostos sobretudo por processos administrativos, mas também por solicitações, requerimentos, comunicações administrativas etc., uma parte significativa dos quais possuía (e ainda possuem) valores de uso primários. Esse conjunto tem uma extensão de quase quatro mil metros lineares, majoritariamente ordenados numérico-cronologicamente, com exceção do segmento de datas-limite 1956-1982, que estava arranjado em três divisões (Secretarias, Recursos Humanos e Particulares), e dentro delas ordenado alfabeticamente por prenome.

Focaremos no restante desta seção, os principais problemas relacionados à administração deste segundo conjunto, o de documentos protocolados, no qual estão os processos administrativos da Prefeitura. Além da necessidade de arranjar/classificar este conjunto de documentos, que trataremos na quarta seção, do ponto de vista da interação entre o AMC e a administração municipal pode-se ressaltar os problemas abaixo:

1) Transferência/recolhimento: os protocolados foram reunidos ou transferidos sem critério de temporalidade algum, prevalecendo a decisão de remessa ao Arquivo, incluindo de processos administrativos não concluídos, a critério de servidores que os utilizavam em todos os níveis e lugares da Administração e que assim chegavam ao AMC até maio de 2003, quando essa forma de entrada foi interrompida, por uma decisão gerencial interna;

2) Controle físico: Até 1984, o registro de documentos era feito em livros de protocolo, ano em que a Prefeitura de Campinas implantou um sistema informatizado de cadastro e tramitação de protocolados, Sistema de Protocolo Geral (SPG), no qual o Arquivo existe como unidade de

tramitação equivalente aos demais órgãos da administração. Os responsáveis por expedição de documentos no SPG tramitavam quaisquer registros de protocolados livremente ao Arquivo, sem qualquer critério arquivístico, prática agravada pelo fato de que o AMC não possuiu por alguns anos equipamentos para realizar as operações de tramitação. Desse modo, havia uma desconformidade de mais de duzentos mil itens entre os documentos guardados pelo Arquivo e os registros no sistema SPG.<sup>5</sup> No caso dos documentos produzidos nos anos anteriores a 1985, praticamente o único instrumento de controle disponível são os livros de cadastro de Protocolo Geral, que configura-se como um recurso de recuperação de informação extremamente fraco, por apresentar os registros somente por ordem cronológica, sem qualquer esquema de classificação. Entre 1925 e 1984, há em tais livros 1.452.184 registros de documentos dos quais, até 2019, apenas 87.129 (6%) estavam cadastrados no SPG.

3) Serviço de empréstimo de documentos: em razão das condições acima descritas, às quais cabe acrescentar que o AMC possuía uma equipe de servidores majoritariamente sem preparo técnico algum e com baixa escolaridade, os empréstimos de documentos era um serviço de baixíssima qualidade. As solicitações eram feitas em impressos preenchidos manualmente, não sendo incomuns erros de numeração, caligrafias ilegíveis e referência a documentos que não estavam sob guarda do AMC. Como consequência havia precariedade no controle de saída e entrada física e de lançamento no sistema informatizado de protocolos, que era baseado na conferência manual de Guias de Remessa de documentos (designação em Campinas das Relações de Remessa).

4) Armazenamento em dois locais: os cerca de 2 milhões de protocolados foram distribuídos entre as duas unidades do AMC com corte cronológico, cujo critério foi a capacidade de armazenamento de cada um dos depósitos - unidade Lago do Café, protocolados das datas-limite 1893-1984; unidade Botafogo, 1985-2003. Não havia e ainda não há no caso dos documentos protocolados a distinção funcional dos dois depósitos em termos das chamadas fase intermediária e fase permanente. Em ambos os segmentos havia e há ampla solicitação de empréstimos de protocolados coordenada fisicamente e no SPG.

---

5 Uma pesquisa realizada no banco de dados revelou mais de 230 mil registros num total de mais de 900 mil, que não haviam sido tramitados sem ter recebimento pelo arquivo no sistema.

Entre os anos 2003 a 2008 uma série de medidas foram implantadas para reverter tal situação. As principais foram:

- Suspensão de recebimento de documentos protocolados a partir de junho de 2003, suspensão que perdura até hoje, a não ser em casos de documentos permanentes ou casos muito específicos;<sup>6</sup>
- Implantação de relatórios quantitativos para elaboração de indicadores;
- Automação do empréstimo eletrônico, por meio de desenvolvimento de um módulo específico no SPG, pela empresa municipal de informática, Informática Municípios Associados, permitindo a melhoria no atendimento às solicitações de empréstimos pelas secretarias e departamentos e controle nas entradas e saídas de protocolados;
- Cadastramento por demanda de protocolados com datas de produção anteriores a 1985, de modo que não fossem emprestados do Arquivo sem o procedimento de cadastramento no Sistema SPG.

Um dos indicadores de resultados é a queda de protocolados não localizados de 426 para um total de 9.348 empréstimos no ano de 2003, 5% do total, para 2% do total em 2019, com 77 não localizados em um total de 4.957 empréstimos, sendo a maior parte dos não-localizados protocolados cujo desaparecimento já está constatado a anos e devidamente registrado no sistema PG-PMC. A entrega de protocolados solicitados é atualmente realizada no máximo em até três dias nos pedidos sem urgência e no mesmo dia em casos urgentes, como necessidade de emissão de Certidão de Inteiro Teor.

Cabe mencionar alguns dados gerais para dimensionar a importância do serviço de empréstimos. Entre 2003 e 2019, os empréstimos às secretarias e departamentos atendidos totalizaram 95.493 documentos protocolados e as devoluções 205.367 protocolados, excedendo em 109.874 as saídas, o que praticamente caracteriza um grande processo de transferência

---

6 Comunicado nº 24/2003 da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, publicado nas edições do *Diário Oficial do Município* de 28, 29 e 30 de maio de 2003.

informal deste último montante ao AMC. Também é interessante verificar que dos 18.614 protocolados emprestados pelas secretarias e departamentos nos anos de 2016 a 2019, a maior parte, 53% (9.846 documentos) corresponde a protocolados ou juntadas cujos protocolados principais datam até o ano de 1984, os demais 47% correspondem a documentos produzidos entre os anos de 1985 a 2003. Que documentos são esses? Se considerarmos o ano de 2019, no total 4.957 protocolados emprestados às secretarias, 80% destes (3.953 documentos) o foram para a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, consistindo, portanto, de documentos relativos ao Uso e Ocupação do Solo Urbano.

Tais dados em conjunto nos levaram a relativizar a aplicação da distinção entre Arquivo Corrente e Intermediário ao AMC, suscitando a compreensão do papel da instituição arquivística municipal em Campinas de uma maneira mais flexível, como uma instituição com múltiplos papéis sobrepostos em todas as fases do ciclo de vida documental. Tal compreensão reforçou a decisão de adotar e adaptar o Sistema Australiano de Séries, que será objeto da quinta seção. Antes, abordarei a política de avaliação de documentos implantada a partir de 2006.

### **POLÍTICA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS (2006-2020)**

A situação da Prefeitura era de ausência completa de política de avaliação arquivística de documentos públicos, o que incluía também o acervo documental acumulado no AMC. Em 2003 e 2004, pudemos conhecer Daise Aparecida Oliveira – que prestou assessoria à Prefeitura de Campinas por um breve período, em 2003 e 2004 – e a equipe técnica do Arquivo Público do Estado, especialmente Ieda Pimenta Bernardes e Camila Brandi e muitas outras e outros profissionais vinculados à Associação de Arquivistas de São Paulo, aos quais, o autor deve os seus primeiros ensinamentos na área de gestão de documentos.

Em meados de 2005, AMC foi transferido para a Secretaria Municipal de Administração,<sup>7</sup> junto ao gabinete do secretário da pasta, Saulo Paulino Lonel, cujo apoio direto e irrestrito tornou possível iniciar, por meio do Decreto Municipal nº 15.425 de 24 de março de 2006, uma política de avaliação de documentos. Este decreto instituiu a formação de Comissões

---

7 Decreto nº 15.306 de 3 de novembro de 2005.

Setoriais de Avaliação de Documentos por secretaria municipal e por entidades da Administração indireta e uma Comissão Central de Avaliação e Destinação de Documentos, presidida pelo coordenador do AMC. Os resultados até o início deste ano 2020 foram a oficialização e aplicação de tabelas de temporalidade de documentos, por meio de 12 decretos, diversas portarias e resoluções, que possibilitaram a publicação de 27 editais de ciência de eliminação, abrangendo mais de meio milhão de documentos protocolados e outros de inúmeras tipologias.<sup>8</sup>

A desorganização dos arquivos correntes, a falta de experiência ou mesmo de interesse por parte de servidores e carência de equipe técnica no AMC e a inexperiência e limitações de formação do autor, tornaram o processo marcado por muitas dificuldades e falhas. Após uma tentativa inicial de formular planos de classificação, optou-se por uma abordagem resumida à análise tipológica de documentos, de maneira que as Tabelas funcionam basicamente como listas de tipos documentais, sua destinação e prazos de guarda em arquivo corrente e de recolhimento. O processo se iniciava por meio da aplicação de um formulário de identificação de tipos documentais de forma colaborativa com as Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos, resultando na formulação de minuta de decreto, posteriormente firmada pelo secretário da pasta e o prefeito, após a devida análise jurídica. Buscamos mesclar sempre que possível, a identificação dos tipos documentais produzidos em maior volume cuja destinação à eliminação em prazos mais curtos era mais facilmente avaliada, com tipos documentais de valor permanente. Esse trabalho foi facilitado ao utilizarmos o modelo de TTD para municípios elaborado por Daise Aparecida Oliveira (2007), embora nem sempre lhe fosse fiel.

Um dos problemas enfrentados foi o registro oficial das eliminações, com a criação do módulo de registro no sistema SPG, que implantou a funcionalidade de informação de protocolados eliminados nesse sistema. Também iniciamos a aplicação das TTD pertinentes aos documentos protocolados sob guarda do AMC, com muitas dificuldades, pois a situação de arranjo que se resumia à ordenação numérico-cronológica dos protocolados mostrou-se um problema a ser solucionado. Sobre isso trataremos mais adequadamente na última seção deste capítulo.

---

8 Os decretos, portarias e resolução dispoendo sobre as Tabelas de Temporalidade, bem como os Editais de Eliminação podem ser consultados em Campinas (2022).

Como nota final desta seção, cabe mencionar a implantação do Arquivo Central da Secretaria Municipal de Saúde, sob a direção da médica sanitária Denise Cury, iniciada em 2014, e que vem coordenando o trabalho de organização dos prontuários médicos das 66 unidades de Saúde do município.

### **O ACERVO PERMANENTE: PRIMEIROS PASSOS PARA O ARRANJO E DESCRIÇÃO**

Sob o ponto de vista da antiguidade dos acervos arquivísticos preservados, Campinas não é propriamente representativo da realidade da maioria dos 5570 municípios brasileiros, dos quais 50% tem menos de seis décadas de existência e outros 30% com criação entre 60 e 110 anos. Criado em 1797, quando então foi separado da Vila de Jundiá, Campinas alinha-se uma pequena parcela entre os 20% de municípios mais antigos que possuem acervos mais que centenários.

O acervo de documentos de governo municipal dos anos de 1798 a 1892 encontram-se com algumas exceções no Arquivo da Câmara Municipal, bem como os conjuntos documentais produzidos nos anos posteriores, apenas como poder legislativo. O acervo do AMC data inicialmente do ano de 1893, ano de implantação do poder executivo municipal, a Intendência Municipal. A preservação longa desses acervos centenários certamente está relacionada ao fato de que Campinas possuiu uma vida intelectual própria desde o século XIX, com imprensa local e associações culturais diversas, na qual formou-se uma tradição de também centenária de memorialistas, com autores ainda produzindo.<sup>9</sup> Não se deve esquecer a implantação da Unicamp, que além do departamento de História, possui desde meados dos anos 1980, um importante centro de documentação e pesquisa, o Centro de Memória, fundado pelo historiador José Roberto do Amaral Lapa, também autor de uma das mais importantes obras sobre a história de Campinas (1996).

Tal contexto impunha a atenção da governança arquivística para uma política de atendimento a um público especializado de pesquisadores universitários ou amadores. Desde o projeto pioneiro do APHC entre 1992-1999, incorporado no Setor de Arquivo Histórico em 1999 ao AMC, e que em 2005 teve sua denominação alterada para Setor de Pesquisa e Divulgação,

---

9 Para uma visão panorâmica sobre Campinas, veja-se a obra de Amaral Lapa (1996).

a documentação mais antiga do acervo do AMC passou por vários momentos de tratamento arquivístico e intervenções de conservação.

Um aspecto importante do Decreto Municipal nº 15.425/2006 foi a atribuição oficial de valor permanente para todos os documentos produzidos e recebidos pela Administração Municipal até o ano de 1940, demarcando formalmente a responsabilidade do AMC sobre um segmento de documentos que já estava sob sua guarda – ainda que existissem documentos dentre dessas datas-limite em órgãos da administração municipal –, antes mesmo da implantação de tabelas de temporalidade.

O AMC passou a focar então de forma sistemática no tratamento arquivístico do segmento de data-limite final de 1940, no caso dos documentos protocolados e nos livros de registro, parte dos quais excediam essas mesmas datas-limite, mas que não possuíam valores administrativos, intensificando entre os anos de 2006 a 2010, o trabalho pregresso de arranjo/classificação e elaboração de alguns instrumentos de pesquisa, por uma equipe de estagiários e servidores, sob coordenação da chefe do Setor de Pesquisa e Divulgação, a historiadora Maria Joana Tonon.

Paralelamente ao processamento técnico, desde 2000, houve ações de preservação sobre o acervo de documentos mais antigos, do AMC, inicialmente no projeto ADAI e posteriormente, em 2003, com a transferência de Leonora Andreassa, servidora da Biblioteca Municipal que se especializou em conservação de documentos atuando até 2009, quando se aposentou. Nos últimos anos, a colega Regina Joselita B. dos Santos, bacharel em biblioteconomia, dedicou-se à formação também nessa área e assumiu a conservação de documentos no AMC.

Além dessa ação focada no primeiro segmento de acervo permanente, assim definido no Decreto nº 15.425/2006, uma nova frente institucional de ação abriu-se a partir do diálogo com a equipe responsável pelo Arquivo Histórico da Câmara Municipal, que evoluiu para a celebração de um Termo de cooperação técnica em 2009, prevendo entre suas linhas de ação o “[...] tratamento técnico unificado dos documentos de valor permanentes de ambas [as instituições], com objetivo de garantir a preservação e condições de acesso amplas e difusão do patrimônio arquivístico público do município dos séculos XVIII, XIX e XX.”<sup>10</sup>

---

10 Termo de Cooperação nº 4/2009, processo nº 2008/10/23433, firmado em 24 de março de 2009 pelo prefeito e presidente de Câmara Municipal de Campinas.

A cooperação interinstitucional entre o AMC e o Arquivo Histórico da Câmara Municipal (AHCM) se deu quando realizávamos os primeiros testes para a utilização do software ICA-AtoM, como ferramenta para descrição e acesso, cuja primeira instalação corporativa passou a funcionar em setembro daquele ano de 2009. Iniciou-se dessa forma, como um projeto colaborativo, a perspectiva de descrição integrada dos acervos permanentes dos dois arquivos por meio do ICA-AtoM, disponibilizado no portal público Arq-Camp, a partir de 2012.<sup>11</sup>

Nos estudos sobre arranjo e descrição, encontramos uma literatura crítica que fazia eco de problemas que começávamos a visualizar na prática.<sup>12</sup> A perspectiva tradicional de arranjo e descrição baseada em fundos, na qual a representação da proveniência é concebida e praticada pela organização de unidades físicas de arranjo, os fundos propriamente ditos, que posteriormente são descritas nos instrumentos de pesquisa, apresentava limitações para uma abordagem de corte cronológico extenso como a que pretendíamos. Dificultava, sobretudo, estabelecer relações de continuidades e modificações na produção documental visíveis nos acervos tendo em vista as diversas configurações institucionais do governo municipal de Campinas do decorrer dos séculos XIX e XX, pois os fragmentariam em diversos fundos físicos, cujas representações descritivas no ICA-AtoM estariam isoladas. Qualquer estratégia de relacionar unidades descritivas menores, como séries documentais, somente seria possível por meio de soluções *ad hoc*, como, por exemplo, utilizar os campos de notas da ISAD para descrever tais relações.

## **A ADOÇÃO O SISTEMA AUSTRALIANO DE SÉRIES INTEGRADO À ANÁLISE TIPOLOGICA**

Além do problema acima relatado da descrição integrada com o acervo do AHCM, havia o problema interno ao AMC, pois as descrições no ICA-AtoM deveriam se basear no sistema de arranjo/classificação do acervo. O problema incontornável de rearranjar a massa documental de cerca de 2 milhões de documentos protocolados, cujo arranjo herdado como dissemos antes, se resumia à ordenação numérico-cronológica e alfabética, se desdobrava em vários aspectos:

---

11 O endereço é <http://arq-camp.campinas.sp.gov.br/>.

12 Entre outros podemos mencionar Michel Duchein (1982), Terry Eastwood (2000) e Terry Cook (2017).

1) A distinção entre o acervo de arquivo permanente e o que tradicionalmente seria considerado acervo de arquivo intermediário, não existia como resultado de uma política de gestão de documentos, mas por um ato administrativo, consubstanciado no art. 11 do Decreto Municipal nº 15.425/2006, distinção essa que não correspondia, por outro lado, às datas-limites da distribuição física do acervo entre os dois depósitos. Como se articularia de forma sistemática e estável um único plano do arranjo englobando os documentos protocolados anteriores a 1941, já considerados de valor permanentes pelo decreto de 2006 e os documentos protocolados posteriores a essa data, até ano de 1984, armazenados na unidade Lago do Café?

2) O acervo de documentos protocolados do AMC fora formado, por uma prática bastante comum na administração pública brasileira, por transferências durante décadas, sem jamais ter havido processos de avaliação ou descarte oficiais, sendo, portanto, composto de documentos destinados à eliminação e permanentes intercalados indistintamente e aleatoriamente. Qual seria a estratégia viável para segregar os documentos protocolados com destinação à eliminação, cuja identificação começava a ser definida nas tabelas de temporalidades oficializadas ou em elaboração, e que pelos prazos nelas definidos, organizando-os separadamente de forma a viabilizar a eliminação no curto prazo de grande quantidade de documentos e, simultaneamente, articular um arranjo físico minimamente estável dos demais documentos de valor permanente? Deveríamos aplicar a análise tipológica para o arranjo, que era a ferramenta aplicada para avaliação destinação de documentos correntes?

3) O acervo de protocolados fora formado pela transferência de processos administrativos recém encerrados ou parcialmente encerrados, sem critérios definidos, até a data limite de maio de 2003, quando foi suspenso o recebimento de documentos protocolados novos por iniciativa do AMC. Além disso, a prática da juntada de processos sobre a qual o AMC não possui controle, agrega documentos ou processos inteiros recentes a processos mais antigos, com casos cujas datas-limite alcançam de até sete décadas. Por consequência, o AMC funcionava em parte como um arquivo intermediário e parte como um serviço de arquivo corrente para diversos órgãos da administração municipal, com grande demanda de empréstimos de documentos como já vimos anteriormente. Como efetivar um plano ou sistema de arranjo sem a perda de eficiência do serviço de empréstimos de documentos protocolados?

4) Uma vez que fora adotada a metodologia de análise tipológica para a elaboração das tabelas de temporalidade do município, com a primeira

delas instituída em 2008,<sup>13</sup> evidenciou-se a identificação de séries documentais permanentes abertas, isto é, que seriam sistematicamente recolhidas ao AMC no futuro, de modo que o sistema de arranjo deveria também ser capaz de atender de maneira eficiente à incorporação física de novos segmentos de séries documentais com datas limites posteriores a 2003.

Pensávamos a metodologia de arranjo/classificação funcional como um caminho possível, mas a sua aplicação, esbarrava no mesmo problema dos arranjos estruturais quando se via os grupos funcionais similares ao fundo arquivístico da visão tradicional, como representação física das relações de proveniência reproduzindo os mesmos problemas práticos de lidar coerentemente com acervos arquivísticos em ambientes de produção documental dinâmicos. Sem o sabermos, em 2009, ao pensarmos tais preocupações em conjunto nos colocávamos na ótica do *records continuum*. O contato inicial com a abordagem australiana e que direcionou uma metodologia sistemática aplicada no AMC, foi o trabalho de Peter Scott, *Record groups concept a case for abandonment*, de 1966, no qual é apresentado a primeira versão do chamado “sistema de séries” por ele concebido e adotado oficialmente pelo Arquivo Nacional da Austrália.<sup>14</sup>

A proposta de Scott pode ser resumida em dois pontos: utilizar a série documental (*record series*) como maior unidade física de arranjo e representar as relações de proveniência em fichas de descrição, com remissões entre si. Adaptamos tal sistema, integrando nele o conceito de série documental da análise tipológica (BELLOTTO, 2002, 2004), que já estava sendo aplicada na elaboração de tabelas de temporalidade em Campinas, e que, embora seja distinto da definição australiana de *record series*, não lhe é contraditória.

Em dez anos pudemos realizar a identificação de mais de 500 séries documentais, partes das quais já têm descrição registrada no portal Arq-Camp, englobando os livros de registros e documentos protocolados. As realizações com base nessa abordagem obviamente foram limitadas pelos recursos disponíveis de pessoal e infraestrutura do AMC. Podem-se indicar de forma resumida os seguintes resultados mais significativos:

---

13 Decreto nº 16.142, de 30/01/2008, instituindo a Tabela de Temporalidade de Documentos produzidos e acumulados em decorrência das atividades de Gestão de Bens Materiais e Patrimoniais da Administração Direta Municipal.

14 Foi publicada uma tradução desse artigo, acompanhada de apresentação de minha autoria na Revista do Arquivo do APESP. (GALDINO, 2019b; SCOTT, 2019)

- Foi possível desenhar um sistema descritivo relacional que permitiu englobar de maneira integrada todos os acervos arquivísticos preservados de dois séculos de instituições de governo local em Campinas, bem como de documentos correntes cuja existência tipológica é mais recente. Um dos requisitos para isso foi a realização de um amplo trabalho de pesquisa sobre evolução da estrutura administrativa do governo no município, iniciado pelo colega Carlos Henrique Feletti e ampliada por estagiários do curso de história. Os produtos dessa pesquisa consistiram em gráficos de mais de um século da evolução da estrutura administrativa da municipalidade e um banco de dados, que nos forneceram os principais elementos de contextos essenciais ao desenvolvimento futuro das descrições desde a Câmara Colonial até a Prefeitura/Câmara Municipal do século XXI.
- Do ponto de vista do arranjo físico dos protocolados cabe destacar que foi possível identificar e segregar protocolados destinados à eliminação, procedendo à destruição efetiva de uma parte desses, conforme tabelas de temporalidades em vigor. Quanto aos documentos de valor permanente, cabe destacar a organização da série documental com código de referência 102, “Processos de Licença de Obras Particulares de Edificações”, que forma o maior conjunto documental permanente no AMC com perto de 1000 ml e datas limites 1893-2003, correspondendo a data-limite final da série ao ano de suspensão de recebimento de documentos protocolados novos. Trata-se, portanto, de uma série aberta, cuja administração é complexa e que responde há anos pelo maior volume de empréstimos do AMC, ponto sobre o qual discorreremos na primeira seção deste capítulo. O trabalho de definir a tipologia de tais processos, identificá-los e ordená-los, envolveu grande esforço e a contribuição de vários colegas servidores e estagiários.<sup>15</sup>

---

15 Menciono as servidoras e servidores do AMC Maria Joana Tonon, Regina J. Barbosa, Isabel V. Límoli Silva, Isabel Ragassi, Soraya E. Zanforlin, Antonio Sergio Muzzetti, Marco Antonio C. Cruz, Marcio Geraldo Lima e e dezenas de estagiárias e estagiários que no decorrer da década de 2010 estiveram conosco no AMC.

A série “Processos de Licença de Obras Particulares de Edificações” cujas datas-limite do segmento recolhido ao AMC são 1893-2003 alcança sozinha a extensão de cerca de 1.200 metros lineares, apresentando problemas complexos de gestão, cuja abordagem não poderemos detalhar por exceder os limites deste capítulo.<sup>16</sup>

## NOVAS VISIBILIDADES E DESAFIOS

No início de 2012, dentro de uma perspectiva de amplificar sua capacidade de ação, surge a oportunidade de transferência do AMC da Secretaria de Administração para a Secretaria de Chefia de Gabinete. Nessa nova posição, a Coordenadoria Setorial de Arquivo Municipal ficou subordinada à Diretoria de Gestão de Informações, Documentos e Atendimento ao Cidadão, criada no mesmo ato,<sup>17</sup> cuja primeira diretora foi Lucia Beatriz de Affonseca, sucedida por Karen dos Reis G. de Mattos, a partir de 2017.

Entre 2012 e 2015, a divulgação do AMC restringiu-se ao portal Arq-Camp. A partir de 2016, iniciou-se um conjunto de ações sistemáticas de difusão do AMC, conduzidos principalmente por Rita de Cássia Francisco (2013), recém-transferida para o órgão, vindo da Coordenadoria Setorial de Patrimônio Cultural cujo conhecimento do acervo se deu na época de sua pesquisa de doutoramento (2013), antes, portanto, de sua transferência. Tais ações, que puderam ampliar-se e se desdobrar em um amplo arco, sobretudo a partir de 2017, foram resumidamente: 1) A publicação do boletim *Memória de Toda a Gente*, com apoio de Soraya Zanforlin, tematizando em cada número um documento do acervo; 2) A criação da *fan page* do AMC no Facebook; 3) a realização de parcerias com o curso de história da Puccamp e de cooperação técnica com o Centro de Formação, Tecnologia e pesquisa Educacional “Prof. Milton de Almeida Santos” da Secretaria Municipal de Educação; 4) parceria com o Centro de Memória-Unicamp e Faculdade de Educação na realização da I Jornada de Pesquisadores do Arquivo Municipal de Campinas, em outubro de 2019. A visibilidade

16 O Decreto nº 18.839, de 26 de agosto de 2015 que dispõe sobre a tabela de temporalidade da Secretaria Municipal de Urbanismo estabeleceu que os processos de L.O.P.E. ficarão “em guarda corrente até após a expiração do Alvará de Execução ou emissão do Certificado de Conclusão de Obra”, sendo recolhidos depois ao AMC. Sobre os problemas gerenciais desta série documental, produto tipológico da cultura político-administrativa lusitana, veja-se o caso do Arquivo Municipal do Porto. (BATISTA, 2011) Sobre o contexto de descrição dessa série veja-se Galdino (2019a).

17 Decreto nº 17.571 de 25 de abril de 2012.

adquirida pelo AMC vem crescendo junto a estudantes universitários, pesquisadores e público em geral graças a tais iniciativas e outras que estão em processo de articulação.

O AMC pode nessa trajetória de duas décadas emergir da situação de um depósito de “arquivo morto” da Prefeitura, para condição de instituição arquivística reconhecida na Administração Municipal e em muitos segmentos da sociedade local. No plano institucional, a Lei Municipal nº 10.248 de 1999, que criou a Coordenadoria Setorial de Arquivo Municipal, não lhe definiu atribuições. Tal situação foi parcialmente alterada pelo Decreto nº 15.425/2006, que definiu algumas competências a essa coordenadoria em ações de gestão de documentos, no entanto não cobre aspectos essenciais relacionados às atribuições da instituição arquivística pública que deveriam ser garantidas por lei. A maior parte do seu acervo ainda carece de tratamento técnico, armazenado em dois espaços distantes que, se os mantém relativamente bem acondicionados no curto prazo, numa perspectiva de conservação de longo prazo estão muito aquém das condições técnicas mínimas, tais como limites de variação de temperatura, de umidade relativa etc; e que, além disso, não garantem o controle de acesso aos acervos, deixando-os devassados.

Dessa maneira, o AMC ainda carece de uma política oficial que assegure estabilidade e continuidade administrativas e investimentos em instalações físicas tecnicamente adequadas, infraestrutura tecnológica e pessoal com formação técnica.

## REFERÊNCIAS

- BATISTA, P. J. La Serie documental “Expedientes de obras particulares” en el Municipio de Lisboa. Análisis de su sistema de gestión. *Anales de Documentación*, v. 14, n. 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/115101>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BELLOTTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2002.

CAMPINAS (SP). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Justiça. *Gestão de documentos e informações*. Campinas: Prefeitura Municipal, 2020. Disponível em: <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/88843>. Acesso em: 12 fev. 2022.

COOK, T. *O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, p. 14-33, abr. 1982.

EASTWOOD, T. Putting the Parts of the Whole Together: Systematic Arrangement of Archives. *Archivaria*, North America, jan. 2000. Disponível em: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12767/13959>. Acesso em: 21 nov. 2009.

FRANCISCO, R. C. *Construtores anônimos em Campinas (1892-1933): fortuna crítica de suas obras na historiografia e nas políticas de preservação da cidade*. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GALDINO, A. C. Elementos de descrição para os arquivos municipais. In: REIS, P. A. dos; ALMEIDA, R. G. C. de. (org.). *Arquivos e história: a cidade de Campinas e seus documentos*. São Paulo: Alameda, 2019a, p. 87-112.

GALDINO, A. C. Uma breve introdução ao “sistema de séries” de Peter Scott. *Revista do Arquivo*, São Paulo, ano V, p. 81-86, 2019b.

LAPA, J. R. do A. *A cidade: o canto e os antros – Campinas 1850-1900*. São Paulo: Edusp, 1996.

OLIVEIRA, D. A. *Planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos para as administrações públicas municipais*. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2007.

SCOTT, P. O conceito de Record Group: um caso para abandono. *Revista do Arquivo*, São Paulo, Ano V, n. 9, p. 72-80, out. 2019.

# A COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS PARA ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO

O Arquivo Público Municipal de Caetité

*Paulo Henrique Duque Santos*

Este capítulo aborda a governança arquivística no âmbito da cooperação técnica e científica entre o Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC) e instituições públicas do estado da Bahia de modo a promover serviços públicos para acesso e uso da informação.

O APMC nasceu da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e funciona na Casa de Câmara e Cadeia, em um prédio histórico localizado no antigo Largo do Severino e construído entre o ano de 1811 e a década de 1840.<sup>1</sup> Criado no ano de 1995 por iniciativa de professores da antiga Faculdade

---

1 A Casa de Câmara e Cadeia foi restaurada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) no ano de 1995. O APMC foi instalado naquela Casa por concessão autorizada pela Câmara de Vereadores do Município de Caetité.

de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), atual Departamento de Ciências Humanas (DCH VI), *campus* de Caetité, da UNEB, o APMC foi inicialmente implementado como atividade acadêmica de extensão.

O APMC foi a primeira experiência no estado da Bahia de criação de um Arquivo Municipal por iniciativa de uma Universidade Pública, que resultou no convênio de cooperação técnica e científica (tripartite) entre a Prefeitura Municipal de Caetité, o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e a UNEB.<sup>2</sup>

Naquele momento, foi possível reunir uma vasta e valiosa documentação que remonta ao século XVIII, composta de documentos públicos – executivo, legislativo e judiciário – e documentos pessoais doados por famílias do município: “A sua importância e vitalidade é explicada pelo envolvimento de segmentos da comunidade acadêmica da Uneb e pela colaboração de pessoas da comunidade local e regional”. (PIRES, 2011, p. 68)

Destacam-se entre os arquivos pessoais os fundos Spínola Teixeira, Barão de Caetité, João Antônio dos Santos Gumes, Alfredo José da Silva e Durval Públio de Castro.<sup>3</sup> São documentos manuscritos, a exemplo de atas de câmara, posturas municipais, correspondências pessoais, livros de notas de antigas fazendas, livros de notas de cartórios, processos cíveis e criminais; impressos: jornais, revistas e uma biblioteca com obras raras; e iconográficos: fotografias, pinturas e cartões postais.

Para além da preservação documental, o APMC tem proporcionado a realização de atividades culturais e científicas que agregam pesquisadores de instituições do ensino superior, professores e estudantes do ensino superior e básico, profissionais de instituições de salvaguarda

---

2 O APMC é coordenado pelos professores Maria de Fátima Novaes Pires (UFBA), Paulo Henrique Duque Santos (UNEB) e Marcos Profeta Ribeiro (UESB), e tem a coordenação municipal de Rosália Junqueira Aguiar Rodrigues.

3 Esses arquivos pessoais foram doados por, respectivamente: Anna Christina Teixeira Monteiro de Barros, filha do educador Anísio Spínola Teixeira e neta de Deocleciano Pires Teixeira, este fazendeiro, negociante de monta e influente político no século XIX e início do século XX; Haroldo Rodrigues Lima, herdeiro do espólio do arquivo pessoal de José Antônio Gomes Neto (o Barão de Caetité, fazendeiro, negociante, jurista e influente político) e Joaquim Manoel Rodrigues Lima (negociante, médico e primeiro governador da Bahia após a proclamação da República, entre 1893 e 1897); Heloísa Gumes Portella, filha de João Gumes, escritor, editor e proprietário do *A Penna*, primeiro jornal impresso dos sertões da Bahia, que circulou entre os anos de 1897 e 1943; Laertes Santana Silvão, filho de Alfredo José da Silva, professor e diretor da antiga Escola Normal, prefeito de Caetité em 1950; Agnalda Públio de Castro, filha de Durval Públio de Castro, comerciante e político local.

do patrimônio documental e cultural e a comunidade da região. Como observa a historiadora Fátima Pires (2011, p. 70-71):

Desde a sua criação, a coordenação do Arquivo procurou ampliar as suas funções para além das noções de guarda, conservação e disposição de documentos para a pesquisa. O Arquivo promove, frequentemente, encontros entre a comunidade acadêmica e a comunidade local. Alguns projetos atendem a essa perspectiva, sendo os projetos 'Arquivo-Escola' e 'Arquivo Vivo' os mais destacados. Esses são projetos amplos, que se desdobram no planejamento e organização de eventos de natureza educacional e cultural. Dentre as atividades do projeto 'Arquivo Vivo', o 'Quinta Cultural' consiste em livre debate de temas sugeridos pelos participantes. As suas primeiras edições, em 2007, contaram com o apoio de docentes e discentes da Uneb/*campus* VI, que se dedicaram a análise da obra de autores como Clarice Lispector e Ariano Suassuna. Ao lado dessa atividade, contou-se com apresentação teatral e leituras de textos clássicos. Integrando o projeto 'Arquivo Vivo', foi realizado um curso denominado 'Fontes históricas: acervos e métodos', no segundo semestre de 2006, destinado a estudantes da Uneb. Na execução do projeto 'Arquivo-Escola' conta-se com a colaboração das Secretarias de Educação do Município de Caetité e do Estado da Bahia.

O projeto Arquivo-Escola proporciona a preservação de acervos documentais das escolas públicas (estaduais e municipais) do ensino básico e a visita regular de alunos dos ensinos básico e superior de escolas e instituições públicas e privadas.

Nesses 25 anos de funcionamento, o APMC tem contado com apoios financeiros para melhoria das condições de armazenamento da documentação, aquisição de equipamentos de segurança e digitalização da documentação. Esses recursos foram captados em editais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Superior (MEC/SESu), da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult) e da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado da Bahia (PROEX/UNEB).

Figura 1 – Casa de Câmara e Cadeia, sede do APMC, em visita de estudantes do ensino básico



Fonte: APMC (2019).

Figura 2 – Acondicionamento dos acervos em arquivos deslizantes, financiamento do BNDES



Fonte: APMC (2006).

Os documentos estão disponíveis para acesso no site<sup>4</sup> através do *software* livre *Access to Memory (AtoM)*, criado pelo Conselho Internacional de Arquivos para gestão das informações descritivas de documentos de instituições arquivísticas. Essa descrição é regulamentada pelas normas do Conselho Internacional de Arquivos. No Brasil, a descrição arquivística é regulamentada pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade). O APMC integra o Sistema Nacional de Arquivos (Sinar), do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), e é cadastrado no Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (Codearq). Para divulgação dos procedimentos de gestão de documentos e prestação de serviços a usuários, há também os sites.<sup>5</sup>

Figura 3 – Digitalização do acervo com *scanner* planetário, financiamento da Secult



Fonte: APMC (2018).

---

4 [www.acervos.uneb.br](http://www.acervos.uneb.br)

5 [www.arquivocaetite.ba.gov.br](http://www.arquivocaetite.ba.gov.br) e [www.gruposerto.es.uneb.br](http://www.gruposerto.es.uneb.br)

Figura 4 – Digitalização do acervo com equipamento fotográfico, financiamento da PROEX/UNEB



Fonte: APMC (2018).

Mas só foi possível criar o APMC e preservar os seus acervos com a interiorização do ensino superior no estado da Bahia. A criação do curso de graduação em História, na antiga FFLCH, agregou jovens historiadores da história social interessados em reescrever a história dos sertões da Bahia e do Brasil.

Cito adiante passagens dos estudos de historiadores atentos aos limites da historiografia brasileira na década de 1970.

Ainda estão por ser estudados mais a fundo o processo de enraizamento da metrópole na colônia, principalmente pela organização do comércio de abastecimento do Rio de Janeiro e conseqüente integração do Centro-Sul; as inter-relações de interesses comerciais e agrários, os casamentos em famílias locais, os investimentos em obras públicas e em terras ou no comércio de tropas e muars do Sul, no negócio de charque... [...] Também continua pendente o estudo mais específico do regionalismo e das relações da Corte com as províncias do Norte e Nordeste, em que se defina claramente a continuidade com a estrutura política e administrativa da colônia. Como metrópole interiorizada, a corte do Rio de Janeiro lançou os fundamentos do novo Império português chamando a si o

controle e a exploração das outras “colônias” do continente, como o Nordeste. (DIAS, 1995, p. 19-22)

Limites que se deveram, entre outros, à inexistência de arquivos públicos estaduais e municipais no vasto interior do Brasil.

Como se sabe, nossa historiografia é obra em realização, longe de ser completa e exata. Nem podia ser de outro modo, se muitos dos Arquivos são desconhecidos, sem organização e mesmo os principais têm setores não pesquisados. Só hoje se pode dizer que alguns têm o mínimo de ordem, racionalidade e equipamento. O resto é pouco trabalhado ou está no abandono, entregue à destruição dos insetos, da umidade, do sol ou da chuva e, pior ainda, de autoridades insensíveis ao valor dos papéis sob sua guarda. (IGLÉSIAS, 1981, p. 8)

Essa realidade descrita por Francisco Iglésias para os arquivos brasileiros não parece ainda superada. Muitos dos documentos públicos produzidos por instituições brasileiras ainda permanecem em péssimo estado de armazenamento, suscetíveis ao descaso de administradores públicos pouco interessados em sua preservação:

Especialistas em instituições arquivísticas brasileiras consideram que, apesar do crescimento do número de arquivos nesses últimos anos, modo geral, salvo exceções, os arquivos não oferecem infraestrutura suficiente para cuidar de seus acervos e muito menos de torná-los acessíveis aos pesquisadores. Se considerarmos que os contornos da questão arquivística nacional não são tão alentadores, desnecessário ir muito longe para avaliar os estragos irreparáveis a que estão expostos muitos acervos, abandonados e esquecidos, pelos fóruns e cartórios de pequenas cidades do imenso estado da Bahia. Além das disparidades da política arquivística no Brasil, um dos grandes problemas enfrentados nos municípios é a incapacidade de percepção de parcela significativa de gestores municipais para a importância de uma instituição como um arquivo, seja para a pesquisa, seja para parcerias na educação, seja para atender demandas de servidores públicos. Instituições como arquivos ficam à mercê da boa vontade de gestores municipais, muitas vezes desinformados, outras tantas indispostos a contribuir por indisposições políticas... (PIRES, 2011, p. 74)

E muitos documentos ainda deverão permanecer em abandono, haja vista o agravamento na conjuntura atual do Brasil da negação do patrimônio histórico e cultural.

A cooperação técnica e científica da UNEB tem assegurado ao APMC uma gestão documental mais efetiva, sem a qual seria impossível a captação de recursos financeiros para digitalização dos acervos e a manutenção dos serviços de acesso à informação.

Com o apoio da UNEB, a gestão dos documentos públicos e pessoais custodiados pelo APMC possibilitou a renovação da produção historiográfica dos sertões da Bahia.<sup>6</sup> A Tabela 1 apresenta um levantamento provisório das pesquisas nas áreas de História e Letras de membros (professores pesquisadores e estudantes) do Grupo de Pesquisa, Cultura, Sociedade e Linguagem (GPCSL/CNPq), que têm por fontes históricas privilegiadas as custodiadas pelo APMC. São pesquisas concluídas e em andamento no período de 1999-2020.

Tabela 1 – Pesquisas de mestrado e doutorado de membros do GPCSL/CNPq, com fontes do APMC, 1999-2020

Universidade	Mestrado	Doutorado
UFBA	4	4
UNEB	10	-
UEFS	5	-
USP	-	4
PUC-SP	4	1
UNESP	1	1
UNIFESP	1	-
UNIRIO	1	-
UFF	-	1
UNB	-	1
UNIMONTES	1	-
UNIOESTE	-	1
UFMG	-	1
TOTAL	27	14

Fonte: GPCSL/CNPq (2020).

6 Ver estudos de Aguiar (2011, 2019); Cotrim (2019); Guimarães (2012, 2019); Miranda (2018); Nogueira (2010, 2011); Pires (2003, 2009); Ramos (2016); Ribeiro (2012, 2019); Santana (2012); Santos (2001, 2014); Silva (2018). Outros estudos de alunos egressos do curso de História do DCH VI, *campus* de Caetitê, da UNEB, tratam de temas sobre o alto sertão da Bahia em suas dissertações e teses em andamento.

Essa produção historiográfica tem reescrito a história dos sertões da Bahia. Muito dessa produção está publicada e de autoria de bolsistas e monitores que atuaram no APMC quando eram estudantes de graduação. Hoje são professores em instituições de ensino superior públicas e privadas, muitos deles.

Em parceria do GPCSL/CNPq, UNEB e APMC foram publicadas obras inéditas ou reedições de escritores do alto sertão da Bahia, com apoio financeiro de editais públicos, a exemplo da publicação dos romances do escritor João Antônio dos Santos Gumes (Caetité, 1858-1930). João Gumes foi editor e proprietário do jornal *A Penna*, o primeiro jornal dos sertões da Bahia, que circulou entre os anos de 1897 e 1943. São os romances *Os Analphabetos*, publicado pela Editora Salesiana em 1928, e reeditado no ano 2014 pela Editora da Universidade do Estado da Bahia (EDUNEB), na Coleção Nordestina, um selo das editoras universitárias do Nordeste, Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU); e *O Sampauleiro: romance de costumes sertanejos*, publicado pela Typographia d'A Penna em dois volumes (1917 e 1932), reeditado no ano de 2018 em coedição pela EDUNEB e Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), também na Coleção Nordestina (um volume). Serão ainda publicados com apoio financeiro público mais dois romances de João Gumes: *Pelo sertão* (escrito em 1913-1914) e *Vida Campestre: narrativas dos costumes e hábitos dos lavradores do Alto Sertão Sul da Bahia* (escrito em 1926).

Outra parceria entre instituições públicas possibilitou e tem possibilitado a gestão de acervos judiciais. Desde 2011, a cooperação técnica e científica entre a UNEB e o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), com a parceria do APMC, resultou na criação do Polo Judiciário Regional de Caetité (PoloJUD) para gestão dos documentos judiciais de vinte e oito comarcas do interior da Bahia, região que abrange cerca de 50 municípios do Sudoeste e Oeste da Bahia. O compartilhamento dos sistemas de gestão da informação dessas instituições públicas possibilitou o desenvolvimento de processos e instrumentos de trabalho que oferecem serviços públicos a populações do alto sertão da Bahia, em particular a uma ampla população rural sem acesso à tecnologia e informação dos serviços de cartórios judiciais.

Com essa cooperação entre a UNEB e o TJBA, foi possível recuperar milhares de processos cíveis, criminais, livros de notas, livros de registros civis e documentos administrativos do judiciário, muitos dos quais estão digitalizados, que somam aproximadamente duzentas mil imagens. Esses documentos remontam ao século XVIII.

Destaca-se nessa cooperação a disponibilização para oficiais de cartórios do acesso *on-line* de registros civis de nascimento, casamento e óbito, através do *Access to Memory* (AtoM). Essa ferramenta tecnológica possibilita um atendimento ágil, seguro e eficiente dos serviços de cartórios a uma ampla população, especialmente àquela população que reside no campo e dispõe de poucos recursos financeiros para deslocamento à sede do município de Caetité.

Há em andamento um convênio de cooperação técnica e científica da UNEB com a Fundação Pedro Calmon-Centro de Memória e Arquivo Público do Estado da Bahia (FPC/APEB), também em parceria com o APMC e o TJBA. Através desse convênio, têm sido digitalizados livros de notas, processos cíveis e criminais da Comarca de Caetité, dos séculos XIX e XX, que estão custodiados no APEB.

Outra cooperação técnica e científica entre instituições públicas tem permitido a gestão de documentos de valioso acervo judiciário dos séculos XVIII a XX. Em 2013, a UNEB e a Prefeitura Municipal de Rio de Contas formalizaram um convênio de cooperação para apoio ao Arquivo Público Municipal de Rio de Contas (APMRC). Esse Arquivo Público foi criado em 1989 e preserva acervos valiosos que remontam ao século XVIII. Processos cíveis e criminais, a exemplo, foram digitalizados e somam centenas de milhares de imagens.

O compartilhamento dos sistemas de gestão da informação dessas instituições públicas possibilitou o desenvolvimento de processos e instrumentos de trabalho que beneficiam pesquisadores e populações ainda desassistidas pelos serviços públicos, em especial uma ampla população rural dos sertões da Bahia sem acesso às informações dos repositórios documentais produzidos pelos serviços públicos. A cooperação técnica entre instituições públicas para democratização do acesso e uso da informação proporciona cidadania a usuários dos serviços arquivísticos.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. A. *“Agora um pouco da política sertaneja”*: a trajetória da família Teixeira no alto sertão da Bahia (Caetité, 1885-1924). 2011. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2011.

- AGUIAR, L. A. *Entre a política e a magistratura: o barão de Caetité e suas articulações no Império (Alto sertão da Bahia e além, 1840-1880)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- COTRIM, C. G. C. de C. “*As bellas amethystas*”: *negócios, garimpos e alemães em Brejinho das Ametistas (alto sertão da Bahia, 1888-1930)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.
- DIAS, M. O. L. da S. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- GUIMARÃES, E. M. B. *Um painel com cangalhas e bicicletas: os (des) caminhos da modernidade no alto sertão da Bahia (Caetité, 1910-1930)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.
- GUIMARÃES, E. M. B. *A caatinga como destino: imaginação geográfica, fotografias e paisagens de sertões baianos (1946-1960)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2019.
- IGLÉSIAS, F. Prefácio. In: LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 7-12.
- MIRANDA, R. F. “*Em diligência de se libertar*”: alforria, família escrava e tráfico interprovincial no alto sertão da Bahia - termo de Monte Alto (1810-1888). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- NOGUEIRA, G. A. “*Viver por si*”, *viver pelos seus*: famílias e comunidades de escravos e forros no “Certam de Sima do Sam Francisco” (1730-1790). 2011. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2011.
- NOGUEIRA, M. L. P. S. *A norma dos “bons costumes” e as resistências femininas nas obras de João Gumes (alto sertão baiano, 1897-1930)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- PIRES, M. de F. N. Arquivo Público Municipal de Caetité: notas históricas e atuais. *Caderno de Resumos e Anais do I Seminário do Grupo de Pesquisa, Cultura, Sociedade e Linguagem (GPCSL/CNPq): os sertões da Bahia*. Caetité, v. 1, n. 1, p. 67-77, out. 2011.
- PIRES, M. de F. N. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos sertões de sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Editora Annablume, 2009.

PIRES, M. de F. N. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

RAMOS, D. da S. “*O mundo aqui é largo demais*”: produção e comércio no termo de Monte Alto – alto sertão da Bahia (1890-1920). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RIBEIRO, M. P. *Mulheres e poder no alto sertão da Bahia: a escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeira (1901 a 1927)*. São Paulo: Alameda, 2012.

RIBEIRO, M. P. *Mulheres sertanistas: transmissão e sedimentação cultural do trabalho feminino na formação das primeiras fazendas de gado dos sertões baianos (1704-1838)*. 2019. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SANTANA, N. P. *Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu – BA, 1840 a 1880)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2012.

SANTOS, P. H. D. *Cidade e memória: dimensões da vida urbana. Caetité, 1940-1960*. 2001. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, P. H. D. *Léguas tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité 1890-1930*. 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, L. F. da. “*É preciso deixar alguma conversa para testificar que vivemos*”: a trajetória da família Faria Fraga no alto sertão da Bahia (Caetité 1842- 1889). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

EIXO III

**PRÁTICAS DE  
GOVERNANÇA  
ARQUIVÍSTICA EM  
ORGANIZAÇÕES  
PRIVADAS**

Acesse aqui a mesa do evento:





# OS DESAFIOS DA GOVERNANÇA DA FUNDAÇÃO CASA DE JORGE AMADO

*Angela Fraga Buarque de Sá*

## **INTRODUÇÃO**

Apresentamos aqui os desafios da governança da Fundação Casa de Jorge Amado, instituição que se encontra sediada na cidade de Salvador, estado da Bahia, tendo como missão a preservação, o estudo e a divulgação da obra de um dos escritores mais importantes da literatura brasileira, esperando contribuir para a promoção do diálogo sobre a gestão de organizações públicas e privadas que se dedicam a trabalhar com arquivos privados, pessoais e institucionais, no cenário contemporâneo.

Vale ressaltar que iniciativas como a realização do II Seminário Nacional de Governança Arquivística são muito proveitosas e frutíferas, na medida em que proporcionam a troca de experiências entre organizações que gravitam em torno da tarefa de gerir acervos privados, pessoais e institucionais, o que muito nos entusiasma por nos sentir parte integrante dessa engrenagem e, de forma particular, da nobre tarefa em gerir o grande universo composto pelos acervos da Fundação Casa de Jorge Amado.

Neste primeiro momento, várias ideias nos ocorrem, várias possibilidades, que conduzem à elaboração de um roteiro no qual, de maneira breve e sucinta, possa assinalar alguns pontos que me parecem essenciais à compreensão de nossos objetivos. Certamente não seria possível iniciar um diálogo em torno do acervo, sem pontuar a origem, a *célula mater*, da Instituição, fazendo um breve registro sobre o escritor Jorge Amado, não esquecendo de afirmar que, custodiar o arquivo de Jorge Amado se traduz na nobre tarefa de garantir a continuidade de uma obra que não se esgota naquilo que ele realizou através da escrita e da ficção, mas amplifica-se nas milhares de possibilidades de ser o ponto de partida de estudos e pesquisas literárias, antropológicas, históricas e linguísticas.

## DESENVOLVIMENTO

Necessário se faz mencionar o nosso patrono – Jorge Amado – que nasceu a 10 de agosto de 1912, numa fazenda no sul da Bahia, falece em 6 de agosto de 2001, na cidade do Salvador. Sua existência, abarcando quase um século, se configura em uma longa história de empreendimentos, de realizações, que vão desde a atividade literária, que o distingue como um dos maiores escritores brasileiros, reconhecido mundialmente, até a intensa militância política, testemunha dos acontecimentos históricos determinantes no cenário mundial.

### O patrono

Nascido a 10 de agosto de 1912, numa fazenda no sul da Bahia, Jorge Amado, falece em 6 de agosto de 2001, na cidade do Salvador. Sua existência, abarcando quase um século, se configura em uma longa história de empreendimentos, de realizações, que vão desde a atividade literária, que o distingue como um dos maiores escritores brasileiros, reconhecido mundialmente, até a intensa militância política, testemunha dos acontecimentos históricos determinantes no cenário mundial.

Jorge Amado iniciou a vida pública muito jovem, dedicando-se à escrita como repórter policial e, aos 19 anos, publicou o seu primeiro romance *O país do carnaval*.

Quando da publicação do seu romance de estreia, Jorge Amado vivia na cidade do Rio de Janeiro, então a capital federal do Brasil, para onde

convergiavam aqueles que tivessem a pretensão de projetar-se nas artes, nas letras ou na política, e onde ele passa a frequentar reuniões de intelectuais, artistas e escritores.

Daí em diante foram 37 livros publicados e uma intensa participação política e, se por um lado alcançou o reconhecimento internacional, através de prêmios e honrarias; por outro lado sofreu fortes perseguições e anos de exílio.

### Histórico da instituição

A possibilidade da criação da Fundação Casa de Jorge Amado se deu primordialmente em função da brilhante iniciativa de Jorge Amado, ao decidir preservar o seu acervo, demonstrando a plena consciência em torno da grandiosidade que estaria ali consignada. O arquivo de Jorge Amado guarda a sua história de vida, o seu percurso de quase 90 anos, agregando, pela sua extensão e magnitude, um contexto político e social, não só do Brasil, mas de outras partes do mundo, onde desempenhou suas atividades de escritor sintonizado com seu tempo. O que se percebe com clareza é que, durante toda sua existência, ele conscientemente guardou – talvez na expectativa de um dia ver revelada – a marca, que o diferenciava dos demais mortais e lhe conferia notoriedade e grande reconhecimento mundial.

Em 1980 começou a surgir a ideia da criação de uma instituição que abrigasse o acervo documental e a obra de Jorge Amado e que fosse também um centro de estudos de literatura, a partir da exposição bibliográfica em comemoração aos seus 50 anos de literatura e 70 anos de idade. Naquela época algumas instituições, no Brasil e no exterior, já faziam empenho em que Jorge Amado doasse seu acervo literário para que fosse preservado e estudado de forma sistemática.

Embora boa parte dos documentos, anteriores a 1950, tivesse sido destruída não só em razão das perseguições políticas, durante a Ditadura do Estado Novo, como também pela natural dispersão, durante os amargos anos de exílio, o acervo era incontestavelmente de grande relevo e importância.

Após inúmeras tentativas frustradas, em 1984, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), na pessoa do seu reitor Germano Tabacof, se dispôs a iniciar a tarefa de organizar os documentos, até então guardados na casa do escritor, no Rio Vermelho, à Rua Alagoinhas 33, e iniciar o projeto de uma instituição cultural, que iria disponibilizá-los para estudos e pesquisas.

Buscava-se então um local para abrigar a instituição e vários prédios foram cogitados até que finalmente foram escolhidas as casas de número 49 e 51, no Largo do Pelourinho, no coração do Centro Histórico de Salvador, principalmente pela afinidade com o cenário de alguns romances de Jorge Amado. E assim é que foi sediada a Fundação Casa de Jorge Amado naquela encruzilhada, tornando-se desde então um local de encontro e convergência.

O bairro do Pelourinho, a princípio destinado a residência de aristocratas e de uma próspera burguesia, começou a decair em fins do século XIX com a saída das famílias mais importantes. Os imponentes sobrados passaram a ser ocupados por grupos economicamente mais desfavorecidos e, de bairro residencial, passa a abrigar também oficinas, casas de comércio e associações recreativas. Com a ocupação de algumas ruas adjacentes pelo meretrício, o lugar torna-se definitivamente mal afamado e muitos sobrados passam então a abrigar cortiços.

No romance *Suor*, escrito por Jorge Amado em 1934, o cotidiano dessa pobreza está retratado de forma muito real, já que o autor vivenciou de perto as mazelas do lugar quando morou no sobrado de número 68 da Rua Alfredo Brito.

E assim foi que o Pelourinho se tornou cenário dos romances urbanos de Jorge Amado – *Capitães da areia*, *Tenda dos milagres*, *Os pastores da noite*, *Quincas Berro d'Água*, *Dona Flor e seus dois maridos*, *Tereza Batista cansada de guerra*, *O sumiço da santa* – todos trazendo referenciais a esse ambiente onde estão fincados os marcos mais significativos da nossa ancestralidade.

O Pelourinho, onde correu o sangue dos escravos, é o território principal da parte da minha obra que tem como cenário a cidade do Salvador, a cidade da Bahia, como dizemos nós, os velhos baianos. Num dos casarões do Pelourinho transcorre a ação de *Suor*, nas suas ruas e ladeiras, no largo do Pelourinho Antônio Balduino lutou boxe e Mestre Pastinha lutou capoeira, viveram aventura e poesia os Capitães da Areia, discutiram da vida e do amor Jesuíno Galo Doido, o negro Massu, Pede Vento, Curió e o Cabo Martim. Nas proximidades da igreja azul do Rosário dos Negros morreu Pedro Arcanjo e ressuscitou Quincas Berro d'Água, e do alto da sua escadaria Tereza Batista, com o apoio de Castro Alves, que para tanto eu fiz descer do monumento para a luta do povo, Tereza Batista comandou a greve das putas da Bahia. (AMADO, 1986)

O Centro Histórico, com suas ladeiras, largos e ruas, sempre foi inspiração para escritores e artistas de várias procedências, tornando-se conhecido no mundo inteiro, especialmente graças aos romances e trajetória de Jorge Amado.

Em 1984, o conjunto arquitetônico foi considerado, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), patrimônio da humanidade e começou a ser restaurado e a partir de 1990, tornou-se um verdadeiro centro turístico, sem perder suas características, tipos populares e tradições.

A partir da instalação da Fundação no Pelourinho, foi inevitável que dentre as suas missões estivesse a preocupação com o Centro Histórico de Salvador, já que Jorge Amado claramente fazia uma leitura da cidade na sua obra não só como cenário, mas também como personagem. Desde os primeiros momentos esse tema tem sido abordado de forma incansável pela Fundação, colocando a Instituição entre as entidades que buscam conscientizar a população da importância deste notável patrimônio urbanístico e arquitetônico, reconhecendo e valorizando a nossa herança cultural.

Após a definição do local da sede, nos anos de 1985 e 1986, iniciaram-se reformas e adequações dos espaços para recebimento do acervo e foram tomadas providências quanto aos aspectos legais para a posse dos prédios e funcionamento regular da Instituição. Concomitantemente às providências de ordem prática, uma equipe de professores da Escola de Biblioteconomia da UFBA, se dedicava ao acervo e realizava o primeiro reconhecimento, catalogação e preparação dos documentos, depositados na Casa do Rio Vermelho. Técnicos da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores (Abracor) emitiram parecer elucidativo sobre as melhores condições para a guarda do acervo. Embora reconhecendo que os prédios não eram ideais, forneceram indicações sobre como contornar as dificuldades.

No início do ano de 1986, fora redigido o Estatuto que regeria a Instituição. A princípio tudo convergia para que a Fundação pertencesse à Universidade Federal da Bahia. Depois de muitas pesquisas e ponderações, chegou-se ao consenso de que deveria ser uma instituição de natureza jurídica privada, conferindo-lhe maior autonomia, embora pudesse estar vinculada, através de convênios, a outras entidades congêneres ou públicas. Definido o formato jurídico que ampararia a natureza da Instituição, o advogado Carlos Fraga, professor de Processo Civil e então procurador da UFBA, foi o encarregado de redigir o estatuto da Casa, que mereceu a aprovação do ministro Saulo Ramos, na época, procurador

geral da República. Os instituidores foram então escolhidos – personalidades de reconhecido mérito em variados campos de atuação (artistas, empresários e profissionais liberais). Em comum todos tinham a amizade e o respeito ao escritor e sua obra.

Desde então, esse tem sido o procedimento adotado e a Fundação Casa Jorge Amado tem estabelecido muitas parcerias que multiplicam o alcance de suas ações e lhe garantem a possibilidade de atuar em inúmeros processos e atividades culturais.

Desse modo, ao mesmo tempo em que a Casa tem se afirmado como centro de estudos e documentação, não deixa de promover e prestigiar a atividade profissional de escritores e artistas, difundindo a obra literária como um bem maior, e tornando-se um ponto de referência da identidade do povo da Bahia.

Podemos afirmar que a Fundação Casa de Jorge Amado possui uma natureza específica advinda de que sua existência nobre foi gerada a partir da obra literária de um dos maiores escritores do século XX. O elemento que a personaliza e fundamenta seu poder e função pública é a própria literatura, sempre compreendida como instrumento de formação, conhecimento e transformação do indivíduo e, conseqüentemente, da sociedade como um todo, servindo de elemento catalisador e irradiador.

A Fundação Casa de Jorge Amado, embora criada com o propósito de tornar-se um centro de documentação encarregado de gerir, preservar e divulgar o acervo de documentos relativos à vida e à obra de Jorge Amado, durante a sua existência vem se dispondo sempre a ultrapassar limites, ampliando sua atuação para além da custódia dos documentos sob sua guarda, seguindo orientação do próprio Jorge Amado (1987):

O que desejo é que nesta casa o sentido da vida da Bahia esteja presente e que isto seja o sentimento de sua existência. Que, ao lado da pesquisa e do estudo, seja um local de encontro, de intercâmbio cultural entre a Bahia e outros lugares. Que não seja apenas um depósito de documentos, mas que seja igualmente uma casa do povo da Bahia.

Esse anseio, tantas vezes expresso, vem sendo cumprido, e o espaço da instituição se consolidou como centro dinâmico e produtor de cultura, ao desenvolver inúmeras atividades como cursos, seminários, palestras, exposições e eventos, bem como ao incentivar e apoiar estudos e pesquisas, criando um fórum permanente de debates sobre a realidade brasileira e pela superação das discriminações raciais e socioeconômicas.

Com já 33 anos de inaugurada, a Casa é considerada um ponto de referência na geografia cultural da cidade. Visitada, diariamente, por um grande número de pessoas das mais diversas procedências: pesquisadores, estudantes, curiosos, além de turistas de todos as partes do mundo.

## **ESTRUTURA FÍSICA E ORGANIZACIONAL**

Com sua Ata de Constituição, assinada no dia 2 de julho de 1986, a Fundação Casa de Jorge Amado, que teve seu patrimônio inicial integrado pela cota de participação de 25 instituidores, conta hoje com a propriedade e a posse de dois prédios, doados pelo Governo do Estado da Bahia, e com obras de arte que vêm sendo incorporadas ao patrimônio inicial, além dos acervos de Jorge Amado, de Zélia Gattai, de Myriam Fraga e da própria Fundação.

No andar térreo concentram-se os setores mais diretamente ligados ao atendimento ao público em geral: o Café-Teatro Zélia Gattai; a loja, com livros e objetos relacionados à obra; uma exposição de reproduções das capas de sucessivas edições dos livros de Jorge Amado em vários países; objetos pessoais de Zélia Gattai e fotos de sua autoria.

Os demais andares são ocupados pelo Memorial, onde está exposta parte do acervo de Jorge Amado. São prêmios, troféus, comendas e uma exposição biográfica em formato linha do tempo, contextualizada com fatos marcantes da sua carreira e atividade política; pelas salas de leitura e de cursos; e pelo Arquivo Documental, que será objeto de destaque mais adiante, onde se encontra guardado o material bibliográfico mais específico: cartas, documentos originais, livros para consulta, teses, filmes, vídeos, recortes de jornais etc.

Por se tratar de uma instituição destinada a preconizar a literatura, em total consonância com a sua missão estatutária, resta claro que, além de Centro de Pesquisa e Documentação, também fora concebida como centro irradiador de ações visando a produção literária, promovendo e prestigiando a atividade profissional do escritor.

A liberdade de interagir com a comunidade é o grande trunfo das instituições que trabalham informalmente na área de educação. A agilidade de acompanhar as oscilações, anseios, desejos e curiosidades do público reflete-se no planejamento de ações que independem de estrutura curricular para sua realização.

A Fundação Casa de Jorge Amado, desde os primeiros momentos de seu projeto institucional, se empenhou em criar um polo alternativo de

ensino e aprendizagem, um amplo leque de matérias e procedimentos que iriam estruturar-se como base de um núcleo informal, com a intenção de transformar-se numa espécie de universidade livre, integrando as várias áreas do conhecimento.

Nessa linha, o *Programa de Ação Educativa da Fundação*, desde a sua abertura, tem patrocinado cursos, oficinas, seminários e palestras, além de orientar e incrementar visitas de estudantes, através do acompanhamento de monitores, buscando despertar o interesse dos alunos, não só pelo universo de Jorge Amado, assim como pela literatura de modo geral.

A Instituição abraça ainda o Selo Editorial Casa de Palavras idealizado com o fim específico de publicar trabalhos e pesquisas efetuadas através dos seus acervos, proporcionando um veículo de divulgação de temas e autores baianos, se revelando um vetor dinâmico e abrangente e de grande alcance junto à comunidade.

A partir do ano de 2017, a Instituição vem realizando a Festa Literária Internacional do Pelourinho (Flipelô), um evento cultural literário inteiramente realizado no cenário da obra de Jorge Amado e que já se consolidou como um dos mais relevantes do país.

A estrutura organizacional da Fundação é bastante simplificada, concebida de maneira a agilizar os procedimentos administrativos. Estatutariamente é dirigida por um presidente, um conselho de curadores e um conselho fiscal. Ao presidente, eleito pela maioria dos curadores, cabe nomear o diretor-executivo, principal coordenador dos trabalhos e atividades da Casa.

O conselho de curadores é constituído de membros vitalícios – a família do escritor Jorge Amado –, e de mais dez pessoas proeminentes da comunidade, que são escolhidas pelos membros do conselho vitalício.

A Fundação conta com 15 colaboradores contratados e regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além de eventualmente contratar estagiários e empresas prestadoras de serviços. Todas as áreas estão diretamente ligadas à Diretoria Executiva, formando uma espécie de diagrama circular e interativo, e todos os setores se intercomunicam na troca de serviços e informações, amparados pelo setor administrativo, a quem cabe promover os meios de subsistência e desenvolvimento, para que os demais venham a cumprir seus programas e metas. O organograma é bastante linear, sempre preconizando o trabalho em equipe na busca da proatividade e a multidisciplinariedade, sendo atualmente o quadro e as funções assim atribuídas:

**Diretoria** - Angela Fraga Buarque de Sá (diretora executiva), Ticiano da Paz B. Martins (gerente de administração e finanças), Bete Capinan (coordenadora editorial)

**Acervo** - Karina Ribeiro Barbosa (bibliotecária), Bruno de Souza (arquivista), Marina Ramos Amorim (arquivista).

**Administração geral** - Marly Argolo dos Santos (supervisora administrativa), Lucineide Santana Correia (secretária), João Passos (motorista).

**Atendimento ao público** (livraria, visitas guiadas e café-teatro) - Estefane Caroline Pereira de J. do Ó (atendente), Thainan Tanajura Abreu (atendente), Maria do Carmo dos Santos Silva (auxiliar administrativo).

**Serviços gerais** - Joilson Mendes Bispo (auxiliar de serviços gerais), Luciana de Azevedo Nolasco (auxiliar de serviços gerais), José Alcântara dos Santos (vigilante).

## VINCULAÇÕES INSTITUCIONAIS, ORÇAMENTO E FINANCIAMENTOS EXTERNOS

Instituição privada, sem fins lucrativos, a Fundação é mantida através de doações, subvenções, auxílios e patrocínios de entidades públicas e/ou privadas, nacionais e internacionais, que se disponham a contribuir com recursos para sua manutenção, ou patrocínio de projetos e eventos de caráter cultural.

Além da busca incessante por patrocínios, a Instituição, também vem travando parcerias institucionais significativas que fortalecem a realização das suas ações. Para citar algumas: Academia de Letras da Bahia, Fundação Pierre Verger, Museu Carlos Costa Pinto, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Fundação Pedro Calmon, Fundação Gregório de Matos, Assembleia Legislativa da Bahia, Museu Eugênio Teixeira Leal.

O equilíbrio financeiro que permita o funcionamento pleno da entidade e a concretização de um plano de trabalho realista, buscando a sua auto sustentabilidade, foram sempre propósitos norteadores da governança. A autonomia advinda de uma governança livre das peias burocráticas, facilita a efetivação de procedimentos para a captação de recursos mediante estabelecimento de convênios e parcerias.

O Governo Estadual, cuja presença tem sido frequente, desde os primeiros momentos com a doação dos imóveis, tem mantido uma marcante

participação na manutenção da Instituição. Atualmente os recursos são repassados através do Edital de Apoio Continuado do Fundo de Cultura da Bahia, programa da Secretaria de Cultura do Estado, que garante o financiamento da manutenção básica da Instituição.

A Fundação conta também com o apoio do Shopping da Bahia, que, desde a inauguração da Casa, vem atuando como mantenedor, dedicando mensalmente o valor de dez salários-mínimos vigentes no país, que, apesar de não se consubstanciar em uma quantia relevante, representa aproximadamente 7% do orçamento anual da Casa, e que, pela sua regularidade, torna-se muito representativa.

Além do apoio da Secretaria de Cultura e Shopping da Bahia, rotineiramente a governança se dedica a buscar parcerias objetivando a realização de projetos que, além de cumprir com as missões da Casa, viabilizem algum retorno financeiro que é direcionado à sustentabilidade das suas atividades – normalmente são patrocínios possui um estoque rso importante através de editais, leis de incentivo e emendas parlamentares.

Outras fontes de receitas importantes, para a sustentabilidade da Instituição, são provenientes das vendas na loja, no Café Teatro Zélia Gattai, do aluguel de espaços e da cobrança de ingressos. Renda essa que é revertida para a manutenção da Fundação, assim como para a preservação e estudos da obra de Jorge Amado.

A instituição dispõe de um patrimônio que abrange a propriedade dos dois imóveis da sua Sede, além do acervo de valor inestimável. Para o desenvolvimento de suas atividades conta com um orçamento anual, considerando todas as fontes de receitas já especificadas, em torno de aproximadamente R\$ 1.600.000,00.

O maior e o mais cruel desafio enfrentado pela governança da Casa é, sem dúvida, a eterna luta pela obtenção de recursos capazes de manter um funcionamento regular. Talvez a ausência de apelo mercadológico afaste a iniciativa privada da tarefa de patrocinar a manutenção de acervos documentais, ainda que carregando a marca inestimável do escrito Jorge Amado.

## **O ACERVO**

O maior entrave enfrentado pela governança do acervo, de forma bem particular, por ser a parte mais nobre e mais sensível da Instituição,

é conseguir realizar as rotinas necessárias e que estejam à altura da sua magnitude, diversidade e amplitude, sem a presença dos recursos ideais para tanto. Desde o nascimento da Casa tem sido assim. A equipe, bastante afinada, se reinventa a cada dia e trabalha com muito esmero na busca de fazer o que é possível fazer, sem nunca desistir.

O arranjo implementado busca contemplar simultaneamente as características únicas dos fundos custodiados em consonância com a relevância das informações contidas em cada um dos itens e suportes, objetivando sedimentar a memória de importantes fatos históricos, políticos e antropológicos.

O acervo, em razão de sua diversidade, é organizado de acordo com as técnicas que regem as normas da biblioteconomia e da arquivologia, obedecendo as etapas que envolvem a seleção, aquisição, tombamento, catalogação, classificação, possível digitalização e indexação e está distribuído em quatro fundos distintos: o principal, o Acervo Jorge Amado, que reúne a documentação pessoal do escritor e os registros da gênese, da publicação, das traduções, da circulação e das leituras de sua obra, além de teses, estudos e citações sobre o autor, biografias, adaptações para cinema, teatro e televisão, fotografias, filmes, fitas de vídeo, discos, cartazes e outros; o Acervo Zélia Gattai, que consta de uma coleção de obras publicadas pela escritora, traduções, recepção crítica e um valioso arquivo de fotografia, que documentam a trajetória de Jorge Amado por sessenta anos; o Acervo Myriam Fraga, que consta dos seus livros publicados, recepção crítica da obra, fotografias, cartas e originais. O quarto fundo, reúne documentos sobre a própria Casa, abrangendo desde as primeiras providências para sua criação até os registros de atividades e projetos desenvolvidos ao longo de sua existência, memória da Instituição desde as primeiras notícias sobre a criação da Casa, eventos, convênios, a coleção completa da revista Exu e dos livros editados pela Coleção Casa de Palavras, além de material para divulgação institucional. Compreende ainda um conjunto de livros relacionados com a sua memória, além de fotografias, slides, fitas de vídeo e cartazes. Também fazem parte deste acervo quadros, esculturas e outras obras de arte doadas à Instituição, entre as quais se inclui uma coleção de telas retratando o orixá Exu, feitas para as capas da revista, nas várias interpretações dos artistas que as criaram.

O arquivo fotográfico Zélia Gattai, doado à Fundação em 1991, tem valor incalculável e merece especial destaque. Através de lentes sensíveis e atentas a captar o flagrante em toda sua dimensão – acontecimentos públicos, instantes de descontração familiar – traça de forma singular

um roteiro foto biográfico de Jorge Amado, alicerçado nos mais de 50 anos de vida em comum e retrata a história cultural e política do Brasil e no mundo, destacando grandes personalidades.

A partir de 2009, iniciou-se o processo de digitalização de todo o acervo fotográfico, proporcionando, inclusive, a disponibilização das imagens através do *site*<sup>1</sup>, bem como a publicação de dois catálogos fotográficos, constando de um recorte do universo das fotografias de Zélia Gattai tomadas na Casa do Rio Vermelho.

Além do acervo físico, a Fundação conta com o portal,<sup>2</sup> que abriga material sobre: Jorge Amado, Zélia Gattai, Fundação Casa de Jorge Amado e a Editora Casa de Palavras, estando acessível em quatro idiomas – português, inglês, francês e russo – e que está, no momento atual, sofrendo um processo de readequação e implantação de um sistema de busca mais moderno e condizente com a quantidade de informações que necessita abrigar.

Como já mencionado de início, as obras, documentos e demais itens que compõem o acervo, foram entregues à Fundação através da doação dos escritores Jorge Amado, Zélia Gattai e Myriam Fraga e com o passar dos anos a Fundação Casa de Jorge Amado vem incorporando novos itens, o que se dá através de compra ou doação. As doações são aceitas desde que sejam livros, temas e estudos que tenham relação com a obra de Jorge Amado, Zélia Gattai e Myriam Fraga.

Dentro do universo que caracteriza um acervo pessoal, alguns itens são “obras raras”. No caso: as primeiras edições dos livros de Jorge Amado e Zélia Gattai, as correspondências, os originais manuscritos e datiloscritos; os documentos pessoais dos escritores; os negativos de Zélia e os encadernados do *Jornal Paratodos*, devido ao caráter de unicidade dos referidos itens.

Para gerenciamento e recuperação dos dados, a governança se utiliza, desde julho de 2011, da base de dados PHL Elysio, idealizada para gerenciamento de documentos e serviços de bibliotecas, arquivos, museus, repositórios institucionais, entre outros. A primeira base de dados utilizada na Fundação foi a Micro-Isis, que foi criada e disponibilizada gratuitamente pela Unesco, em 1985. Atualmente, no acervo da Instituição soma-se mais de 19.000 registros de documentos e constantemente há uma atualização dos números, já que diariamente são realizadas inserções ao sistema.

---

1 [www.zeliagattai.org.br](http://www.zeliagattai.org.br)

2 [www.jorgeamado.org.br](http://www.jorgeamado.org.br)

O acervo documental da Fundação Casa de Jorge Amado, em números gerais, conta atualmente com cerca de aproximadamente 300.000 documentos e está sempre em constante crescimento. A contabilização atual é de 21.381 manuscritos e datiloscritos de obras e de textos diversos (prefácios, apresentações, discursos, entre outros); 94 primeiras edições dos livros; 86 documentos pessoais; uma coleção composta de quatro encadernados *do Jornal Paratodos*, da década de 1950; cerca de 70.000 correspondências; aproximadamente 30.000 negativos e fotografias de autoria de Zélia Gattai.

Do ponto de vista de importância histórica, social, cultural e educacional, sem dúvida a obra de Jorge Amado tem um valor inestimável, por tudo o que representa historicamente. Quanto ao seu acervo, acreditamos que a dimensão da sua importância pode ser medida observando o quanto tem sido, desde a criação da Fundação, objeto de renovado interesse de milhares de visitantes e admiradores de sua produção literária, bem assim de expressivo número de pesquisadores da Bahia, do Brasil e do exterior. São profissionais altamente credenciados que tem desenvolvido reflexões e destacados trabalhos científicos – estudos, teses, referências, entre outros – e produtos culturais sobre esse acervo, além de divulgá-lo sob diversas formas, representando uma importante contribuição para o desempenho e para a expansão e fortalecimento da cultura literária na Bahia e no Brasil.

A pesquisa presencial no acervo é realizada mediante um agendamento prévio que se dá através de *e-mail*, contato telefônico ou via *site*<sup>3</sup> da Instituição, onde constam todos os contatos, inclusive *link* com as redes sociais.

A Fundação Casa de Jorge Amado vem mantendo a integridade física de seu acervo, através da adoção de protocolos de preservação de documentos, tal como a restrição de acesso já mencionada. São utilizadas também técnicas de conservação, visando desacelerar o processo de deterioração dos documentos, como higienização periódica, combate a agentes externos e internos, controle constante de temperatura e umidade, além, obviamente, da utilização de equipamentos de proteção individual para manuseio dos itens, tais como luvas de látex e máscaras. Os documentos considerados raros, como já mencionado anteriormente não são disponibilizados fisicamente para os pesquisadores, que podem somente ter

acesso à versão digital dos datiloscritos e negativos, o que se dá, inclusive, através dos *sites* já mencionados.

As digitalizações foram possíveis graças à obtenção de recursos advindos de Lei de Incentivo, via Ministério da Cultura, aportados pelo Banco do Nordeste, Banco Itaú, Instituto Brasileiro de Museus e Fundo Nacional de Cultura, que possibilitaram importantes investimentos no acervo.

Assim, a partir do ano de 2009, inicia-se a digitalização sistemática. Os primeiros documentos trabalhados foram os negativos de Zélia Gattai, posteriormente os datiloscritos e manuscritos de Jorge Amado e a hemeroteca, que ainda está em processo.

Também em 2009, foi publicado o inventário analítico do fundo Jorge Amado. Os benefícios alcançados foram, além da simples preservação dos documentos, a otimização do atendimento da demanda dos pesquisadores, através de um instrumento capaz de proporcionar o reconhecimento pleno do acervo documental e a monitoração do seu crescimento. Na sua essência, racionalizou o tempo, forneceu filtros para a busca de documentos e possibilitou ao pesquisador/usuário localizar precisamente de que documentos necessita, além de evitar a manipulação desnecessária.

Do mesmo modo foram aportados recursos que estão viabilizando o andamento dos trabalhos de tratamento e catalogação do acervo de correspondências de Jorge Amado e do fundo Myriam Fraga, o derradeiro a ser agregado ao acervo.

No total, em dez anos, através das diversas fontes já mencionadas, a Fundação recebeu aproximadamente R\$ 1.500.000,00 dedicados a investimentos no acervo sob sua guarda.

As digitalizações atualmente quantificam um total de 21.381 datiloscritos/manuscritos, sendo 17.787 datiloscritos das obras, 3.594 datiloscritos de textos esparsos; 43.099 itens correspondentes a hemeroteca do fundo Jorge Amado; 27.082 correspondências; 19.234 negativos em p&b e 5.818 negativos coloridos.

## CONCLUSÕES

Atualmente as políticas de gestão de instituições responsáveis por arquivos privados tem se debruçado sobre uma nova e mais consciente realidade, capaz de dignificar os acervos pessoais como fonte inesgotável de pesquisas, ampliando o seu papel tradicional, já que plenamente

investidos da responsabilidade no processo de consolidação de memória e patrimônio imaterial.

Acreditamos que um dos grandes desafios em custodiar um acervo pessoal está na árdua tarefa de buscar e manter um arranjo ideal e singular, na medida em que cada organismo parece ter vida própria. Em especial, Jorge Amado, que por ter tido uma vida longa, muitíssimo produtiva e em variadas esferas, torna a tarefa da governança nada simples, porém extremamente valiosa.

Ao terminar esta breve reflexão acerca da governança da Fundação Casa de Jorge Amado, não se pode deixar de lembrar que, certamente, poucos escritores tiveram o privilégio de, ainda em vida e em pleno labor criativo, verem sua produção literária reunida por uma organização que, além de preservá-la e divulgá-la, ainda se propõe a ultrapassar os limites de sua missão primordial, para ser também a guardiã de uma parte significativa da cultura do povo da Bahia, sendo esta uma afirmação deveras redundante, já que nada mais genuinamente baiano do que a obra do escritor Jorge Amado. Uma obra que de forma singular se afirma e permanece, não apenas como uma construção ficcional, mas, igualmente, como patrimônio intangível, um registro que guarda a forte essência de uma pluralidade cultural.

Vale dizer ainda que, se a morte do escritor Jorge Amado, em agosto de 2001, deixou um extremo vazio, de outro lado, veio sedimentar a função principal da Instituição, que é a de assegurar para as gerações futuras a permanência de sua obra, garantindo-lhe a continuidade através da memória.

Para finalizar, fazemos nossas as palavras da escritora Myriam Fraga, quando em seu livro *Uma casa de palavras*, com a precisão e a síntese perfeita que só é garantida aos poetas, traça o perfil da Instituição que foi por ela gerida por 30 anos de forma exemplar, deixando um legado da melhor governança para a equipe que ela mesmo capacitou e que, após a sua partida, vem conseguindo dar continuidade ao seu legado, graças ao exemplo e às linhas mestras por ela desenhadas.

*“Uma casa de palavras, fiel ao destino que lhe traçaram desde o início, quando era apenas um sonho. Casa de Jorge Amado — múltipla, inquieta, mutável e mutante, que a cada dia se renova, hospitaleira e receptiva”.*

Myriam Fraga

## REFERÊNCIAS

- AMADO, J. *Discurso na Fundação Casa de Jorge Amado*. Salvador: [s. n.] 1987.
- AMADO, Jorge. *Discurso no Palácio do Planalto*. Brasília, DF: [s. n.], 1986.
- AMADO, J. *Discurso no Palácio do Planalto*. Brasília, DF: [s. n.], 1986.
- DERRIDA, J. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Tradução de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- FRAGA, M. *Anos 30: depoimento*. Salvador: [s. n.], 2001.
- FRAGA, M. O documento e a ficção. *In: COLLOQUE JORGE AMADO*. Paris: Université Paris 8; Université Paris 3, 2002.
- FRAGA, M. A palavra do escritor. *In: RIBEIRO, C. (org.). Com a palavra o escritor*. Apresentação de Myriam Fraga. Textos de Zélia Gattai et al. Salvador: Casa de Palavras, 2002. p. 7.
- FRAGA, M. *Relatórios Anuais da Fundação Casa de Jorge Amado*. Salvador.
- FUNDAÇÃO CASA DE JORGE AMADO. *Estatuto*. Salvador, 1996-2018.
- FUNDAÇÃO CASA DE JORGE AMADO. *Uma casa de palavras: a construção da memória - 10 anos*. Textos, roteiro e organização por Myriam Fraga e Maria do Socorro Targino Martinez. Apresentação por Germano Tabacof. Salvador: Casa de Palavras, 1997.

# POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO DE ACERVOS

Trajetória e desafios da Fundação Oswaldo Cruz

*Paulo Roberto Elian dos Santos*

## **INTRODUÇÃO**

As instituições de custódia de acervos são permanentemente desafiadas a formular e implementar políticas e ações de planejamento e gestão para dar cumprimento à sua missão. Estes desafios se impõem às instituições de guarda e preservação de arquivos, sejam arquivos públicos, serviços arquivísticos governamentais, ou centros de memória e documentação, na medida em que carecemos de políticas públicas formuladas nas três esferas do poder. No Brasil, são bastante tímidos e incipientes os esforços de formulação de políticas de arquivos. No que se refere aos arquivos privados – em especial os de natureza pessoal – é possível afirmar que as reflexões e iniciativas vêm sendo concebidas e conduzidas fora do “arcabouço institucional” previsto nos nossos marcos legais institucionizados a partir da Lei de Arquivos, que completa 30 anos em 2021.

Este texto tem como objetivo apresentar a experiência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Casa de Oswaldo Cruz (COC), na formulação

de políticas e programas institucionais de preservação e gestão de acervos, bem como o lugar que os acervos privados pessoais – em especial os arquivos pessoais – ocupam em iniciativas dessa natureza.

Desde os primeiros anos do século XX, por meio de expedições científicas e missões sanitárias, e das diversas atividades realizadas em seus laboratórios, seções, departamentos, escolas, fábricas e hospitais, a Fiocruz – antigo Instituto Soroterápico Federal, posteriormente Instituto Oswaldo Cruz (IOC) – constitui e mantém arquivos, bibliotecas, coleções biológicas, coleções iconográficas, instrumentos e equipamentos, e um singular conjunto arquitetônico e urbanístico construído para abrigar a instituição, no bairro de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro.

Ao aliar pesquisa, produção e ensino, Manguinhos constituiu uma escola de medicina experimental e representou “um marco na história da cultura brasileira”, na medida em que assinala uma ruptura com a tradição colonial do consumo de ideias e tecnologias europeias e inaugura a produção de conhecimentos originais no campo biomédico. (BENCHIMOL, 1990) Mais do que isso consagrou o laboratório como lugar próprio de geração de conhecimentos legítimos e relevantes, ao mesmo tempo em que, soube combinar em um mesmo ambiente, a pesquisa científica e a formação de quadros profissionais para sua própria reprodução. Com o Instituto Oswaldo Cruz foi estabelecida uma tradição de pesquisa biomédica que na visão de Nancy Stepan (1976), proporcionou os fundamentos para o desenvolvimento contínuo das ciências biomédicas no Brasil desde as primeiras décadas do século XX até os dias atuais.

Hoje, a Fiocruz é constituída por institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, escolas, fábricas de vacinas, biofármacos, kits diagnósticos e medicamentos, e hospitais que formam um complexo organizacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde, com atuação em dez estados e no Distrito Federal, além de um escritório em Maputo, capital de Moçambique, na África.

Ao longo das últimas quatro décadas, seus acervos de conhecimento se transformaram em bens culturais que compõem hoje o patrimônio histórico e científico da Fiocruz, reconhecido por agências públicas, instituições internacionais, e pela sociedade.<sup>1</sup> Assim, a instituição incorporou,

---

1 Uma visão detalhada dos bens arquitetônicos de reconhecido interesse histórico e cultural localizados no Campus Fiocruz Manguinhos encontra-se no Plano de ocupação da área preservada, elaborado em 2011. No que se refere ao patrimônio arquitetônico destacam-se: tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) do Pavilhão Mourisco, do

ao conjunto de suas funções, a atribuição de organizar estruturas e processos que viabilizem a gestão e preservação desses acervos, garantindo sua relação de troca com outros sistemas e possibilitando ampliar seu uso social e a geração de pesquisas nos campos das ciências e da saúde. A COC, criada em 1986, foi concebida para dar conta dessas funções e passou a ser vetor de estímulo à identificação, constituição e valorização desses mesmos acervos.

### **POLÍTICAS INSTITUCIONAIS: EM BUSCA DE UMA VISÃO INTEGRADA**

No contexto da redemocratização política do país e sob a gestão renovadora do sanitarista Sérgio Arouca, a Fiocruz criou, em 1986, uma unidade dedicada à história e à memória institucional e da saúde pública, à documentação e à informação: a COC. Essa iniciativa inovadora lançada nos marcos da luta pela Reforma Sanitária – consolidada na Constituição Federal de 1988 – instituiu um centro de pesquisa e documentação que estruturou em bases profissionais as diferentes dimensões da memória, mas especialmente aquelas voltadas a identificação, preservação e difusão de arquivos, coleções bibliográficas e museológicas.

Na área dos arquivos e da documentação, os primeiros anos de atuação da COC foram marcados pela identificação e recolhimento de arquivos das unidades da Fiocruz, com destaque para o IOC e a Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp); a implementação de um programa de História Oral estruturado inicialmente em dois projetos – *Memória de Manguinhos* e *Memória da Assistência Médica e Previdência Social* – centrais para

---

Pavilhão do Relógio e da Cavaliária (Portaria nº 32, de 12/01/1981); e tombamento pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) do Pavilhão Arthur Neiva e Pavilhão Carlos Augusto da Silva (Resolução n. 50 de 17 de outubro de 2001). No âmbito dos acervos documentais destacam-se a inscrição de três conjuntos arquivísticos e um documento da Biblioteca de Obras Raras, no Registro Nacional do Programa Memória do Mundo da Unesco: Arquivo Pessoal Oswaldo Cruz (2007); Arquivo Pessoal Carlos Chagas (2008); Negativos de Vidro do Fundo Instituto Oswaldo Cruz – IOC – 1903-1946 (2012); e Formulário Médico: manuscrito atribuído aos Jesuítas e encontrado em uma arca da Igreja de São Francisco de Curitiba (2017). O arquivo Carlos Chagas foi também inscrito no Registro Regional do Programa Memória do Mundo. O Formulário Médico: manuscrito atribuído aos jesuítas e encontrado em uma arca da Igreja de São Francisco de Curitiba, publicado pela Editora Fiocruz em 2019, foi o vencedor na categoria Ciências da Vida da 6ª edição do prêmio, concedido pela Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu), em 2020.

constituir um acervo de depoimentos, fomentar novas pesquisas e identificar potenciais acervos pessoais para doação; a estruturação de um setor dedicado aos arquivos pessoais de cientistas da instituição e outros personagens da saúde pública; e a criação de uma biblioteca, a partir da transferência de uma parcela do acervo da Biblioteca Central de Manguinhos, localizada no Castelo Mourisco desde o início do século XX. Esse conjunto documental constituía-se de duplicatas de livros e periódicos, e material bibliográfico não corrente, considerado de caráter histórico. Paralelamente, houve um intenso trabalho de tratamento do acervo museológico que a instituição reuniu desde as primeiras décadas do século XX.<sup>2</sup> Essas ações foram ganhando densidade técnica e metodológica junto aos seus departamentos e setores, contudo, não se traduziram em uma ação programática integrada.

Ao ingressar em sua terceira década, já institucionalizada e reconhecida nacionalmente como um centro de pesquisa histórica e memória das ciências e da saúde, a Casa compreendeu a necessidade de uma abordagem integrada dos acervos sob sua guarda, e seu potencial de impacto caso alcançasse toda a Fiocruz. Portanto, como resultado da experiência e do amadurecimento no tocante aos processos de trabalho técnico-científico e instrumentos de gestão e de planejamento institucional foi reconhecida a demanda pela elaboração de uma política de preservação e gestão de acervos que, em um primeiro momento contemplasse o seu âmbito de atuação, e posteriormente incorporasse o conjunto da instituição. (PINHEIRO; COELHO; WEGNER, 2014) Dessa forma, sua experiência de uma política de preservação apoiada em conceitos, princípios teóricos e diretrizes gerais, lança luz não apenas os arquivos, mas busca também alcançar uma visão ampla e integrada capaz de incluir outros institutos e acervos de naturezas distintas, como os acervos arquivístico; arquitetônico, urbanístico e arqueológico; bibliográfico; biológico e museológico.

No âmbito da COC, entre 2013 e 2017, cumpriu-se um intenso processo de discussões que resultou na formulação de quatro importantes documentos: a *Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde* (2013); o *Programa de Incorporação de Acervos* (2014); o *Programa de Tratamento Técnico de Acervos* (2015); e o *Programa de Conservação e Restauração* (2017). Vale registrar que esses documentos passaram pelas etapas de formulação, discussão e aprovação que

---

2 Ver Sores e Nogueira (2014).

percorreu grupos de trabalho, departamentos, câmaras técnicas, consultores *ad hoc*, consulta interna, até sua apreciação e aprovação no Conselho Deliberativo da Casa.

Ainda nesse contexto foi criada a Comissão Permanente de Acervos (CPA), constituída por especialistas das áreas de arquivo, biblioteca, museu e patrimônio arquitetônico, docentes e pesquisadores em história das ciências e da saúde. A CPA é uma instância de natureza consultiva e compete estabelecer e revisar periodicamente a(s) linha(s) temáticas que orientam a ampliação do acervo, avaliar e se manifestar sobre a incorporação de novos bens, sempre em consonância com as diretrizes gerais e específicas constantes da *Política de Preservação e Gestão*.

No que ainda se refere à CPA, esta se mostrou crucial como instrumento capaz de superar o baixo alcance da cooperação, integração e a utilização de terminologias distintas, decorrentes de um processo histórico de organização dos setores e de aplicação de métodos/técnicas de preservação e gestão das diferentes tipologias de acervos. O uso do termo Incorporação, por exemplo, foi inicialmente elemento de divergências e dissenso. Outros termos também foram objeto de intenso debate e divergências, superadas em grande medida pelo reconhecimento das especificidades dos diferentes campos disciplinares. (PINHEIRO; COELHO; WEGNER, 2014) Cumpre destacar dois pontos: a nomenclatura das formas de incorporação é própria para cada tipologia de acervo, e a incorporação dos diferentes acervos para guarda da COC é orientada pelo campo de atuação da Fiocruz, e possui íntima relação com as linhas de pesquisa da unidade. Por fim, além de novas demandas por incorporação, acervos incorporados, ao longo dos anos, por meio de processos desprovidos de critérios e de acompanhamento das áreas técnicas passam a ser objeto de análise da Comissão.

Quanto à formulação da *Política de Preservação da COC* vale mencionar que o principal desafio foi apreciar as distintas formas de constituição e consolidação de cada tipologia de acervo em estruturas organizacionais da unidade e como foram desenvolvidos ao longo do tempo, seus conceitos, técnicas e métodos de tratamento e gestão. Esse desafio se evidencia especialmente nos setores de arquivo, biblioteca e museu e tem como pano de fundo tradições e disputas de diferentes campos disciplinares e revela, ao mesmo tempo, os caminhos do projeto institucional da Casa.

O desafio seguinte foi “reproduzir” esse processo no conjunto da Fiocruz, o que implicou na adesão da Rede de Bibliotecas, coordenada pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica

(Icict) e da coordenação de coleções biológicas, localizada na vice-presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas da Fiocruz e com forte interação com os diferentes institutos detentores desses acervos.

Em seu Plano Quadrienal (2015-2018), a COC contemplou a elaboração de uma *Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz*, aprovada em 2018. Sob sua coordenação, o documento foi desenvolvido de modo participativo, envolvendo não só o grupo de trabalho, com representantes das unidades da Fiocruz e da Presidência, mas diferentes instâncias de validação e deliberação, como câmaras técnicas e o Conselho Deliberativo da Fiocruz. A Política institucionalizou o Complexo de Acervos da Fiocruz (Preservo) e seu Comitê Gestor, ambos sob a coordenação da COC.

No âmbito do Preservo diferentes ações foram desenvolvidas quanto à elaboração e disponibilização de documentação normativa e de orientação; de preservação dos acervos e acesso físico a eles; e de preservação dos acervos e seu acesso digital. Destacam-se o desenvolvimento e disponibilização dos programas de Tratamento Técnico, e de Conservação e Restauração, que incluiu o Programa de Segurança. Esses documentos foram desenvolvidos de modo participativo, seguindo a metodologia de validação em diferentes instâncias colegiadas e aprovação no Conselho Deliberativo da COC. Sobressai igualmente o desenvolvimento do *Manual de Digitalização*, que orienta todos os processos de digitalização de acervos na Fiocruz com vistas a permitir, ao longo do tempo, a recuperação das informações.

Concebido originalmente como uma estratégia de fortalecimento das ações de patrimônio cultural, o Preservo se transformou um instrumento voltado aos acervos da instituição, coordenado pela COC, que a princípio contava com o apoio da Presidência da Fiocruz e a participação de dois institutos: IOC e Icict. Impulsionado, porém, por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com o desenvolvimento e a aprovação da *Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz*, consolidou-se como uma rede que compreende diversas estruturas e institutos, com a missão de atuar como formuladora, orientadora e articuladora na implementação da referida política, tendo para tanto sido efetivado o seu Comitê Gestor, instância de governança com ampla representação institucional, sob a coordenação da COC (PINHEIRO, 2017). Em seu escopo são desenvolvidos diversos documentos orientadores e normativos quanto ao patrimônio cultural e científico da instituição, e ações quanto à preservação e acesso aos acervos.

O Comitê tem se revelado uma instância de cooperação e integração, alcançando legitimidade e diálogo com os mais diferentes segmentos da instituição, na medida em que garante assento não apenas aos detentores de acervos, mas também aos representantes das áreas de tecnologia da informação, planejamento e infraestrutura.

Ainda no âmbito do Preservo, as ações de conservação preventiva e de gestão de riscos praticadas no quadriênio 2011-2014, principalmente quanto ao *Plano de Gestão de Riscos*, demonstraram a vitalidade e a competência da COC, mas evidenciaram a necessidade de sua continuidade em ciclos sucessivos e em sua expansão ao Centro de Documentação e História da Saúde (CDHS) e seus acervos, as outras edificações históricas e aos demais acervos da Fiocruz. Os papéis estratégicos da conservação preventiva e da gestão de riscos ganham contornos dramáticos quando relembradas as inúmeras perdas do patrimônio cultural e da memória nacional, motivadas por incêndios, roubos e outros agentes de risco. Algumas destacadas instituições de patrimônio no campo da ciência experimentaram eventos traumáticos, como os incêndios no Instituto Butantã (2010) e Museu Nacional (2018).

## **O LUGAR DOS ARQUIVOS PESSOAIS**

Os arquivos pessoais ao representarem uma parcela da memória coletiva contribuem ao lado dos demais arquivos, para a salvaguarda do patrimônio documental e a compreensão das sociedades modernas. Interessam como fonte de pesquisa e são dotados de uma singularidade. No entanto, não foram formados com uma finalidade histórica e cultural inicial, mas reúnem documentos acumulados por indivíduos ao longo de uma vida, e adquirem valor por um gesto de quem os produziu e/ou de quem os identificou e lhes atribuiu significado social e cultural.

No Brasil, contamos com inúmeros centros de pesquisa e documentação especializados na guarda e preservação de acervos pessoais. Desde a década de 1970, esses espaços institucionais desenvolveram metodologias e técnicas de tratamento. Ao mesmo tempo, passamos a contar com uma produção teórica e conceitual, que vem se alimentando das inúmeras experiências de tratamento técnico, sempre sujeitas a novas abordagens e interpretações. Para o conhecimento arquivístico, os desafios de natureza teórica e metodológica ainda permanecem, em certa medida, também estimulados e provocados por análises provenientes das ciências

humanas e sociais, especialmente da história, da sociologia e da antropologia. Por outro lado, compartilhamos com a historiadora Ana Maria Camargo (2009), uma das principais especialistas no tema, o diagnóstico de que os arquivos pessoais nem sempre são tratados de modo coerente com a teoria dos arquivos, assim que ingressam em instituições de custódia de acervos.

A COC é um centro de pesquisa e educação, dedicado a história, a memória e a preservação do patrimônio da Fiocruz e das ciências e da saúde, e nessa condição, se defronta com os desafios colocados a uma gestão integrada do arquivo institucional e de um conjunto expressivo de arquivos pessoais provenientes de doações dos próprios titulares, herdeiros ou colaboradores. Seu Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) responde pelo arquivo permanente da Fiocruz e desempenha a função de coordenação no Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGDA) da instituição, rede de estruturas e serviços voltada a formulação de políticas e à gestão dos arquivos em todo seu ciclo de vida.

Ao mirarmos os arquivos pessoais é possível afirmar que um dos primeiros desafios tem sua gênese no momento que a instituição é procurada pelo potencial doador. Em condições normais, os fundos de arquivos pessoais são doados pelos titulares ou por seus familiares ou ainda identificados em meio à documentação institucional da Fiocruz, nos casos em que é possível reconhecer um padrão de acumulação nitidamente pessoal e que transcende aos limites institucionais. Esse tipo de operação técnica se resume na análise preliminar do arquivo e na elaboração de um Relatório compartilhado com profissionais dos setores de biblioteca e museologia.

Essa experiência acumulada ao longo de três décadas foi sistematizada no *Manual de organização de arquivos pessoais* (2015), obra coletiva que procura estabelecer procedimentos, ao mesmo tempo em que aborda esses arquivos pessoais em sua complexidade documental. Os autores do manual chamam atenção para a grande variedade de gêneros documentais e, ocasionalmente, objetos, como materiais científicos, instrumentos de trabalho, medalhas e equipamentos, que podem compor o fundo arquivístico, uma vez que se observe, entre eles, uma relação orgânica. Aqui talvez tenhamos um obstáculo a superar: mobilizar o conhecimento de diferentes campos disciplinares – a arquivologia, a biblioteconomia e a museologia – para uma abordagem que respeite os vínculos orgânicos e contextuais dos documentos, sejam eles de qualquer natureza.

A captação de arquivos pessoais, nos marcos do Programa de Incorporação, deve estar sistematicamente apoiada numa análise mais

geral sobre o acervo. Em 1995, quando publicou o seu *Guia do Acervo* (1a ed.), a COC reunia cerca de 20 arquivos pessoais. Hoje, transcorridos 25 anos da publicação, o Departamento de Arquivo e Documentação tem sob sua guarda cerca de 90 arquivos e coleções pessoais, dos quais apenas 10% são de mulheres. Cabe aqui um comentário extraído de artigo de pesquisadores da Casa, no qual buscam analisar o acervo de uma instituição científica com o objetivo de dar visibilidade aos silêncios das mulheres nos arquivos. Para os autores, foi a partir do final dos anos 1930, que o IOC passou a receber as jovens egressas dos cursos de ciências das faculdades de filosofia para treinamento nos laboratórios de pesquisa, o que teria representado uma inflexão em sua própria história, cujo corpo técnico-científico era exclusivamente masculino. (AZEVEDO; FERREIRA; ROSSI, 2020) Dos poucos arquivos de mulheres, cerca da metade são de cientistas do Instituto, mais especificamente aquelas que ingressaram nas décadas de 1940 e 1950. Um olhar atento sobre a pesquisa em tela nos indica as possibilidades de captação de arquivos de mulheres cientistas dessas gerações.

Os números sobre os arquivos pessoais revelam, um crescimento significativo de ingresso desses acervos, estimulado pelos seguintes fatores: a institucionalização e legitimação da COC como centro de memória e preservação de acervos, reconhecido nacionalmente; e o fortalecimento da pesquisa em história das ciências e da saúde, que produz conhecimentos sobre diversos temas pertinentes a essa área, em diálogo com as abordagens mais amplas das ciências humanas e sociais e com os problemas atuais da saúde, e do desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil. Esse segundo fator, originado da pesquisa, é vetor permanente de identificação e captação de arquivos pessoais, de novos arquivos de cientistas da área biomédica e sanitaristas, mas também de cientistas sociais com atividade acadêmica e pesquisa aplicada em territórios vulneráveis do país. A ampliação da política de acervo tem como uma de suas bases o entendimento de que essas trajetórias são fundamentais para compreender o desenvolvimento dos estudos sobre o homem rural e o morador das favelas, bem como as políticas sanitárias e de habitação, levadas a cabo nesses ambientes.

Se por um lado, os estudos sobre o pensamento social brasileiro em saúde fomentam o ingresso de arquivos de cientistas sociais, por outro, o crescimento das pesquisas em divulgação científica tem revelado potencial para captação de arquivos, a exemplo da doação do acervo José Reis, formado pelo arquivo e biblioteca do titular, e fonte inestimável para os

estudiosos da história da divulgação e comunicação pública da ciência. (MASSARANI; BURLAMAQUI; PASSOS, 2018)

De forma paralela ao esforço de preservação do patrimônio documental da ciência, a Fiocruz vem realizando desde a década de 1990 iniciativas que conferem uma preocupação com a gestão dos arquivos correntes da instituição. Ações de estruturação de serviços arquivísticos e formulação de diretrizes associadas à adoção de instrumentos técnicos de gestão dos documentos e a capacitação e treinamento de profissionais, tem caracterizado o trabalho conduzido no âmbito do SIGDA. Nos últimos dez ano ainda de forma embrionária empreendeu um movimento no sentido de construir uma interlocução com alguns dos atores centrais nesse processo, os cientistas, ciosos da sua função, do seu ofício, do que ele produz e significa socialmente.

Ao nos debruçarmos sobre os arquivos provenientes de doações de cientistas (ou de seus familiares) ou recolhidos junto a laboratórios dos institutos da Fiocruz, nos deparamos com um conjunto de questões que devem ser articuladas e relacionadas aos próprios princípios teóricos e conceituais da arquivística, como o “respeito aos fundos”, e a natureza dos documentos de arquivo. Ao mesmo tempo, devemos procurar respostas ao conjunto de perguntas que nos levarão a conhecer de forma cumulativa essa atividade humana (a ciência), a instituição, e a pessoa que acumulou esse arquivo.

Este esforço inerente ao trabalho de historiadores, arquivistas, conservadores e outros profissionais que tratam dos arquivos – sejam eles percebidos como informação científica e/ou memória – tem alcançado resultados e conhecimento original associado a uma maior compreensão da atividade científica, dos cientistas e de suas instituições.<sup>3</sup>

## CONCLUSÕES

Formular uma política de preservação de acervos, sistematizada em um documento não significa que a instituição não dispusesse de uma política. A COC sempre dispôs de princípios e diretrizes que orientaram sua atuação. Contudo, transcorridos mais de 30 anos, o amadurecimento

---

3 Para uma visão panorâmica das bases teóricas, conceituais e metodológicas que configuram a pesquisa e a abordagem dos arquivos de instituições científicas, assim como os arquivos pessoais de cientistas ver Santos (2017).

e crescimento institucional impuseram ao seu corpo profissional o desafio político de tecer uma pactuação capaz de romper a tendência à fragmentação na abordagem dos seus acervos. Esse desafio foi reproduzido em seguida para o conjunto da Fiocruz com o objetivo de alcançar uma abordagem integrada dos seus acervos, embora sob responsabilidade de diferentes unidades da fundação, hoje estabelecidas em escala nacional.

É possível afirmar que não há um modelo para as políticas institucionais e elas sempre resultarão das condições históricas de sua formulação e expressam o grau de profissionalização, e desenvolvimento metodológico, técnico e tecnológico alcançado.

Essas condições também podem favorecer o diálogo entre as políticas institucionais. No processo de discussão e elaboração da *Política de Memória Institucional da Fiocruz*, aprovada em 2019, a *Política de Preservação de Acervos* serviu, por exemplo, como referência para identificarmos aspectos complementares, integradores, e evitarmos duplicidade de ações.

Por fim, vale destacar dois pontos: o primeiro está relacionado a necessidade da definição do “modelo” ou mecanismos de governança da política, e o segundo, a importância de percebermos que políticas expressam uma pactuação possível considerando os interesses envolvidos e a capacidade de influência dos diferentes atores e sua atualização deve ocorrer também em sintonia com a dinâmica do processo político-institucional.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, N.; FERREIRA, L. O.; ROSSI, D. S. Mulheres no acervo de uma instituição científica: o Instituto Oswaldo Cruz (1930-1970). *Acervo*, v. 33, n. 2, p. 164-185, maio/ago. 2020.

CAMARGO, A. M. A. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/2009-2-A02.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf). Acesso em: 2 abr. 2020.

CASA DE OSWALDO CRUZ. *Fontes para pensar o Brasil e a sociologia brasileira: os arquivos José Arthur Rios e Carlos Alberto de Medina*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2020. <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1802-novas-fontes-para-pensar-o-brasil-e-a-sociologia-brasileira-notas-sobre-os-arquivos-de-jose-arthur-rios-e-carlos-alberto-medina.html#.X67RG2hKhPY>

CASA DE OSWALDO CRUZ. *Plano Quadrienal COC 2019-2022*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2019. Acesso: [http://www.coc.fiocruz.br/images/arquivos/PQ\\_2019\\_2022.pdf](http://www.coc.fiocruz.br/images/arquivos/PQ_2019_2022.pdf)

CASA DE OSWALDO CRUZ. Departamento de Arquivo e Documentação. Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz. *Manual de organização de arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2015.

CASA DE OSWALDO CRUZ. *Plano de ocupação da área de preservação do campus Fiocruz de Mangueiras*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2011.

BENCHIMOL, J. L. *Mangueiras do sonho à vida: a ciência na belle époque*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 1990.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. *Guia do acervo da Casa de Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. *Guia do acervo da Casa de Oswaldo Cruz*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Portaria da Presidência – 353/2009-PR. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. Acesso: [http://www.sigda.fiocruz.br/images/Portaria/P353\\_2009.pdf](http://www.sigda.fiocruz.br/images/Portaria/P353_2009.pdf)

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. *Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2013. Acesso: [http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/politica\\_preservacao\\_gestao\\_acervos\\_coc.pdf](http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/politica_preservacao_gestao_acervos_coc.pdf)

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Política de preservação dos acervos científicos e culturais da Fiocruz/Fundação Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2018.

MASSARANI, L.; BURLAMAQUI, M.; PASSOS, J. *José Reis: caixeiro-viajante da ciência*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2018.

PINHEIRO, M. J. A. Políticas de Preservação sob a perspectiva do Preservo - Complexo de Acervos da Fiocruz. In: COMCOL/ ICOM. (org.). *Criando e Implementando Políticas de Acervo: colecionar o Contemporâneo: registros do Seminário COMCOL 2015 Gestão e Desenvolvimento de Coleções*. Rio de Janeiro: COMCOL/ ICOM, 2017. p. 70-82.

PINHEIRO, M. J. A.; COELHO, C. M. T.; WEGNER, L. F. B. Reflexões sobre o processo de elaboração da Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz. *Revista CPC*, São Paulo, n. 17, p. 18-34, 2014.

SANTOS, P. R. E. Ciência e arquivos: contribuições da pesquisa em arquivologia. In: OLIVEIRA, E. B. de; RODRIGUES, G. M. (org.). *Memória: interfaces no campo da informação*. Brasília, DF: Editora UnB, 2017. p. 271-307.

SORES, P. P.; NOGUEIRA, I. Museu em Manguinhos: artefatos da ciência e tecnologia em saúde. In: IGLESIAS, F.; SANTOS, P. R. E.; MARTINS, R. B. *O acervo histórico da Fundação Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro; Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 2014.

STEPAN, N. *Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Artenova: Fundação Oswaldo Cruz, 1976.



# GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA EM INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA

*Lúcia Maria Velloso de Oliveira*

## **INTRODUÇÃO**

Neste capítulo, vamos discutir a importância da gestão arquivística para que as instituições dedicadas à memória de um povo possam cumprir seus compromissos com a sociedade em que se inserem. Partimos de conceito de governança e governança arquivística, e estabelecemos uma relação com a administração. Por fim, colocamos em questão a função social dessas instituições no contexto da democracia e da cidadania e do direito à cultura e à memória.

## **GOVERNANÇA E GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA**

O professor britânico de ciência política Raw Rhodes (1996, p. 652-653, tradução nossa), em seu artigo “The New Governance: governing without government”, identifica que:

Governança significa uma mudança no significado de governo, refere-se a um novo processo de governar; ou uma nova condição na ordem das regras; ou um método novo pelo qual a sociedade será governada. Simples assim; mas o problema com a definição se torna agudo quando especificamos esse novo processo, condição ou método. Existem pelo menos seis usos distintos para governança, como: estado mínimo, governança corporativa, a 'boa governança', sistema socio-cibernético, redes auto-organizadas e uma nova gestão pública.

Não vamos nos ater aos usos da governança identificados acima. Mas, quando falamos nas instituições de memória, alguns usos são pertinentes, como o da governança corporativa. O autor, ao mencionar a adaptação do Chartered Institute of Public Finance and Accountancy (CIPFA) do Reino Unido deste uso para o setor público destaca o acesso à informação; integridade; e *accountability*. (RHODES, 1996, p. 654) E, quando falamos de instituições de memória públicas, esses destaques se referem a uma dupla função: na gestão dos documentos produzidos e mantidos na instituição em seu processo de gestão e quando cumpre a função de preservar, para gerações futuras, documentos pertencentes a fundos públicos sob sua custódia. Vamos concentrar nossos esforços para problematizar a situação das instituições de memória considerando este uso.

Rhodes (1996, p. 660), a partir das diferentes abordagens para a compreensão do que é governança, defende, em síntese, que governança se refere à "auto-organização, redes interorganizacionais". As redes reúnem organizações públicas e privadas, reguladas, que buscam novas formas de cooperação e de gestão que assegurem transparência e *accountability*, e possibilitem uma nova gestão pública. Apesar de seu trabalho ser baseado no contexto britânico, este nos oferece reflexões aplicáveis ao universo dos arquivos.

Os autores Kooiman e outros (2008, p. 2, tradução nossa) exploram o conceito de governança com uma abordagem que:

Foca na sua aplicação e ocorrência em diferentes escalas sociais, de local para global e sobreposição, autoridades e responsabilidades sobrepostas e transversais. Além das redes horizontais todos os tipos de acordos verticais entre entidades públicas ou privadas são considerados governança.

Os autores discorrem que a abordagem assume que sempre há um componente comum, social e coletivo que integra atores que ocupam

muitos e distintos lugares em níveis sociais. (KOOIMAN, 2008) Todos os elementos e atores se encontram num contexto de democracia e com regras definidas.

Nos últimos 20 anos, o tema governança ganhou envergadura em diferentes áreas. No campo da Arquivologia, no Brasil, o professor José Maria Jardim já divulgou um conjunto de reflexões que apresenta o tema no contexto arquivístico no país. Para o professor, a governança arquivística exige uma instituição arquivística fortalecida:

A governança arquivística mira a teia de interesses, ações e atores, do Estado e da sociedade, que ultrapassa os limites da autoridade e institucionalidade da administração das instituições arquivísticas. E ao fazê-lo, fortalece essa autoridade e institucionalidade. (JARDIM, 2018, p. 30)

Para Jardim (2018), a autoridade ocorre a partir do contexto legal, mas também no plano simbólico, com o reconhecimento da sociedade desse lugar de autoridade.

Como vimos, o termo governança trata de uma nova forma de governar em que os diferentes agentes sociais, instituições e organizações de natureza jurídica (pública ou privada) se organizam para a realização de distintas formas de negócio, tendo como pano de fundo a busca por *accountability* e transparência. Isso pressupõe um ambiente político fundamentado na democracia, um ambiente jurídico e administrativo em que as responsabilidades são apuradas, novas normas e regras que absorvam esse cenário onde impera a transversalidade e a cooperação.

Nosso texto centralizará as questões no ambiente das instituições de memória públicas ou privadas e nos sujeitos sociais que são agentes no processo de governança dessas instituições.

O que estamos chamando de instituições de memória? As instituições públicas ou privadas que, em sua missão, se identificam como custodiantes de documentos de arquivo considerados de relevância para a memória coletiva.

A sociedade ou segmentos da sociedade identificam em determinados registros a perspectiva de identificação de um grupo. Um grupo que compartilha origens, passado, atividades, interesses e que a partir do acesso aos arquivos poderá produzir sentidos que outros agentes desse mesmo grupo, ou até de outros grupos, poderão se identificar. É um efeito contínuo, que amplia os

processos individuais e coletivos de identificação e pertencimento.  
(OLIVEIRA, 2011, p. 234)

Em primeiro lugar, é importante registrar que nosso pensamento está alinhado com as ideias defendidas pela arquivista canadense Laura Millar (2006) no artigo “Touchstones: considering the relationship between memory and archives”, no qual deixa claro que o documento de arquivo não é memória, nem o arquivo é memória. São, na verdade, gatilhos de memória. Possuem como atributo a capacidade de acionar uma memória individual ou coletiva porque são produzidos para responder a uma ação que necessite de um registro visando prova ou materialidade de prova ou materialidade. Ao fim, representam ações.

Os documentos de arquivo são efetivamente representações persistentes, como defendido por Yeo (2007), de atos e fatos e os que são considerados de valor permanente devido ao seu significado informativo ou histórico são objeto de interesse dessas instituições de memória. Seu interesse está pautado em assegurar que gerações futuras possam conhecer o seu passado de forma contextualizada.

A persistência de que fala Yeo refere-se à capacidade do documento em representar a causa de sua produção mesmo depois que finda o seu uso imediato, finda a sua funcionalidade primária. E é essa sua característica, a persistência, associada à sua relevância para algum grupo social ou segmento social, que assegura seu passe livre para os depósitos de instituições de memória. Ao receber esses acervos, as instituições afirmam para a sociedade o seu compromisso social de permitir que não só o produtor do arquivo se lembre de seus atos, mas toda uma sociedade possa se lembrar; e isso pode ocorrer em diferentes períodos históricos.

Na concepção de instituições de memória, como falamos, reunimos instituições públicas e instituições privadas. A natureza jurídica dessas instituições orienta a forma com a qual se relacionam com sujeitos importantes para que cumpram a sua missão institucional: parceiros, produtores e doadores de acervos, fornecedores de serviços, de materiais, e o usuário. A natureza jurídica impacta na formulação e aplicação de legislação, visto que: elas executam suas atividades com contornos específicos; os processos de negócios são diferentes; muitas vezes, as relações de trabalho e a prestação dos serviços que oferecem são igualmente distintas, seja no produto ou na forma de entregá-lo; mas, em qualquer circunstância, apesar das diferenças, as relações com os produtores ou doadores de acervos e com os usuários desses acervos devem ser objeto de atenção do

alto escalão das instituições, porque deles depende o cumprimento de sua missão e de seus objetivos. Os primeiros fornecem insumos para a manutenção da instituição e os outros personificam a demanda da sociedade por sua memória.

A governança arquivística precisa estar absolutamente vinculada com a missão institucional, porque é a missão que traduz como a instituição se vê e os seus macro-objetivos, é a fala da instituição sobre si mesma, é o compromisso que assume com a sociedade. É o seu pacto social. Assim, todas as suas ações devem buscar o cumprimento de sua missão. A mudança de modelo de gestão para um modelo de governança muitas vezes tem como objetivo subjacente a economia e o enxugamento da estrutura. Acreditamos que, ao tratarmos de uma instituição cuja missão e funções tratam da preservação do conhecimento sobre uma sociedade por meio dos registros que essa sociedade produziu, tais objetivos não devem ser norteadores das mudanças, sob pena de ocorrer uma perda irreversível. Como disse Jardim, é necessária uma instituição forte. Diríamos politicamente forte, com respaldo legal e orçamentário. No país, a maior instituição arquivística vem se fragilizando a cada ano. Como almejar governança nesse contexto?

Numa análise mais contemporânea, recorrendo-se a sites de buscas, é possível encontrar inúmeras notícias destacando que o Arquivo Nacional pode fechar as portas pelos sucessivos cortes orçamentários que vem vivenciando. As informações jornalísticas são ratificadas quando analisamos o orçamento disponibilizado pelo governo nos últimos anos para a Gestão de Documentos. O Painel do Orçamento Federal, uma ferramenta web que proporciona o acompanhamento do gasto orçamentário no Brasil, aponta que, em 2016, a Lei Orçamentária Anual previu o valor de pouco mais de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) e, em 2017, liberou cerca de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Embora o valor possa ter sido acrescido em 2017, quando analisamos os dados do portal, o orçamento, ao longo do citado ano, foi sendo suprimido, levando o arquivo do Executivo federal brasileiro a utilizar R\$ 41.000,00 reais no programa orçamentário intitulado Gestão de Documentos Federais, o que demonstra e ratifica a caótica situação vivenciada pelo maior órgão arquivístico do Brasil. Nesse sucinto contexto, verificamos que a retirada de recursos, o lugar periférico na estrutura de um ministério e a falta de apoio político dão o alerta de que a instituição terá problemas de infraestrutura e de recursos.

Interessante notar que, no cerne da preocupação com acesso e transparência, estamos de fato falando da urgência do Estado em compreender que, sem arquivos organizados, a sociedade não poderá ter acesso aos documentos que registram as ações governamentais, seja para fins de prova, de referência ou de constituição de um extrato do passado. (OLIVEIRA; SILVA; SOBRAL, 2018, p. 13)

A publicação do Arquivo Nacional do Reino Unido, *Alternative governance regimes for archives*, que pretende ser um guia prático de orientação para as instituições arquivísticas no que se refere à adoção de um modelo de governança, alerta que: “O modelo de governança deve ser apropriado para a visão e missão do serviço, níveis de financiamento, para as coleções e outras circunstâncias locais”. (THE NATIONAL ARCHIVES UK, 2012, p. 7, tradução nossa)

Se observarmos bem os termos preservação e acesso, notaremos que são muito utilizados pelas instituições arquivísticas em sua missão ou objetivos, para buscar recursos, para se justificar ou quando se elabora algum discurso sobre o seu papel social. Ambos os termos estão enraizados na história dos arquivos que buscam preservar os documentos ou registros de uma época para as gerações futuras. Na Arquivologia, fala-se repetidamente sobre o pacto de reunir e preservar para que a sociedade tenha acesso aos documentos a qualquer momento. Mas não se explora de forma articulada a existência de agentes que ditam a manutenção da instituição: O produtor ou doador que permite o crescimento do acervo e a preservação de documentos relevantes, e o usuário, invisível, que faz parte das “gerações futuras”.

## **O PRODUTOR DO ARQUIVO E/OU DOADOR**

O processo de aquisição de acervos pelas instituições se dá em geral pelo recolhimento de documentos decorrente do processo de avaliação, pela doação ou compra de acervos. A primeira circunstância ocorre no âmbito da administração pública, quando um conjunto de documentos deixa o ambiente do produtor e passa a ser custodiado pela instituição arquivística pública em sua esfera de competência. A compra de acervos no âmbito da administração pública, por sua vez, não é rotineira devido à complexidade da legislação e orçamento. Ressalta-se que existem pressupostos que envolvem:

1. a esfera de competência da instituição pública (normas e diretrizes, linhas de atuação, pertinência jurídica, condições para preservar e dar acesso, são o mínimo);
2. a sua função política e técnica na estrutura de governo (possui uma função consultiva, de auditoria, de fiscalização? Normalmente explicitadas na legislação);
3. oportunidade de negócios e parcerias (as instituições podem experimentar segmentos de negócios com a própria estrutura de governo, como se vê, por exemplo, nos Estados Unidos, onde o Arquivo Nacional é provedor de espaço de armazenamento mediante pagamento de quantias previamente negociadas ou com a iniciativa privada, desde que haja legislação regulando). (THE NATIONAL ARCHIVES UK, 2012, p. 2, tradução nossa)

O recolhimento se dá em uma relação em que se prevê que um órgão encaminha o acervo produzido e acumulado ao longo da gestão, após um processo de avaliação em que os valores primários e secundários são considerados, para uma instituição arquivística. Esses documentos, já desprovidos de qualquer funcionalidade administrativa e identificados como de interesse persistente para a sociedade, de acordo com a boa prática arquivística, devem deixar o ambiente do produtor e ser preservados numa instituição com autoridade para assumir a custódia do acervo e assegurar a sua preservação e acesso pelos interessados.

A boa prática igualmente recomenda que todo o processo de recolhimento seja realizado respeitando minimamente a ordem original, que se produza um instrumento de controle intelectual e físico do acervo, que se proteja a documentação ao longo de todo o processo e que um instrumento jurídico seja gerado e firmado entre as partes. Esse processo ocorre relativamente sem grandes impactos quando a instituição arquivística possui um papel ativo e sistemático de acompanhamento das ações de gestão de documentos nos órgãos que estão em seu contexto de atuação.

Falando sobre outras formas de ingresso de arquivos nas instituições, existem outras modalidades de aquisição de acervo: o recebimento por doação ou por compra. Essas modalidades traduzem a forma de ingresso no ambiente público de documentos produzidos no ambiente privado e de documentos privados em instituições de memória de natureza privada. No Brasil, a compra não é muito comum quando se pensa no comprador

como órgão público devido às questões levantadas pela legislação sobre a realização desse tipo de negociação, como já mencionamos.

Para aquisição de arquivos privados, os órgãos públicos com função de preservar os “gatilhos” de memória contam de forma mais recorrente com a doação dos documentos por seus produtores ou herdeiros. Esse ingresso marca de certa forma a mudança no olhar para esses acervos e pode impactar ações de acesso e reprodução, por exemplo. A instituição pública deve se ater às peculiaridades, à natureza do acervo, às questões de direito autoral e a eventuais restrições de acesso. A compra de acervos, pouco difundida no país, está submetida, no contexto público, às questões de hierarquia, orçamentárias – visto que não temos ainda a cultura de perceber o crescimento de acervos como investimento na cultura, e é dificultada pela legislação.

Por outro lado, quando falamos de uma instituição de memória de natureza privada, ou seja, que tem como um de seus objetivos preservar e dar acesso a documentos que compõem a memória coletiva de um segmento social, a negociação, o reconhecimento dos acervos e os métodos e procedimentos de ingresso desses documentos em seu ambiente são mais flexíveis e mais ágeis.

Mesmo com uma dimensão protecionista para os acervos que forem declarados de interesse público e que, portanto, os órgãos públicos – instituições arquivísticas ou instituições de memória – têm prioridade em sua aquisição, muitas vezes esses acervos acabam custodiados e regidos pela iniciativa privada. A autossuficiência financeira, a flexibilidade e a liberalidade financeira da instituição privada podem ser consideradas ameaças ao processo de aquisição de documentos, na perspectiva de uma instituição arquivística pública, assim como seu parco orçamento para crescimento de acervos pode ser identificado como uma fraqueza.

Todas as modalidades citadas são orientadas por legislação de forma que se assegurem os direitos do produtor ou herdeiro e da instituição. Em geral, recomenda-se que as doações e aquisições por compra sigam critérios preestabelecidos e que os acervos estejam de acordo com a linha de acervos da instituição, a qual, por sua vez, deve estar em consonância com a política de aquisição institucional. Desnecessário lembrar a importância do apoio jurídico para deliberar sobre titularidade, proveniência, acesso, direitos etc.

Esses sujeitos são absolutamente relevantes para o cumprimento da missão das instituições arquivísticas. Elas dependem de um fluxo regular de entrada de acervos para que possa garantir gatilhos de memória

suficientes para a reconstrução de um período histórico ou compreensão de um evento, assim como para renovar os seus usuários na medida em que a agenda de usuários é dinâmica e plural. Também são relevantes as formas de parcerias, acordos e procedimentos necessários para acomodar a complexidade das operações. No modelo de governança, as estratégias, custos, processos e procedimentos são auditáveis pela sociedade e pelos envolvidos, que serão capazes de identificar cada uma das etapas.

## O USUÁRIO DOS ARQUIVOS

Nos arquivos, nada se compara mais aos documentos do que os usuários nas suas distinções. Quem são esses usuários dos quais pouco falamos, mas que é em nome deles que pedimos mais recursos, mais pessoal, mais tecnologia, mais espaço de armazenamento, melhores condições de atendimento etc.?

O que fazemos para mapear e conhecer o sujeito que demanda por esses documentos?

Fato é que, em pleno século XXI, são poucos os arquivistas que se dedicam a pensar o usuário, a conhecê-lo e a manter uma base de conhecimento sobre ele. O usuário permanece um enigma a ser decifrado. Isso só ocorre porque na área existe certa resistência em assumir que o usuário é plural (no mundo contemporâneo, vários perfis de atuação profissional ou de formação acadêmica fazem uso dos arquivos num mesmo momento), sazonal (o usuário realiza suas pesquisas em determinados períodos, de acordo com a sua agenda de trabalho, e tende a preferir ficar menos tempo no arquivo), tem agenda própria (temas antes não relevantes tornam-se de interesse de pesquisadores, dificultando a previsibilidade em relação à agenda do usuário, o que orientava de alguma forma a gestão arquivística de acervos) e está cada vez mais qualificado no universo de tecnologia da informação e comunicação (a sociedade digital se impõe nas ações cotidianas e nas específicas de pesquisa gerando a cultura digital que é absorvida culturalmente pelo usuário).

Importante chamar atenção para o conceito de gestão arquivística utilizado por Jardim (2018, p. 32) e com o qual estamos trabalhando

[...] conjunto de elementos mobilizados para a gerência de serviços e instituições arquivísticas. Inclui todo o ciclo, da produção à guarda permanente, passando pela gestão de documentos, a

preservação, a produção de mecanismos de recuperação da informação, a difusão, o acesso e as demais operações que constituem a missão das instituições e serviços arquivísticos. Envolve também os aspectos gerenciais relacionados a pessoas, infraestrutura física, legal, tecnológica, recursos orçamentários etc.

A cada momento, diferentes perfis se interessam pelos documentos de arquivo. Arquivos e instituições têm investido em sítios e mídias sociais para seu marketing institucional e isso acaba por apresentar essas instituições a potenciais novos usuários. A dinâmica de promover o acesso aos documentos passa a ser objeto de interesse dos arquivos. Cada instituição busca mostrar o quão especial é o acervo que tem sob custódia.

Ao receber os acervos, as rotinas envolviam questões técnicas de conservação, organização, controle e produção de instrumentos de pesquisa. Os arquivistas não pensavam que poderiam formar usuários ou mesmo cultivá-los. Um bom e erudito instrumento de pesquisa daria conta do acesso. No entanto, os desafios tecnológicos impulsionaram a produção de diferentes soluções que conduziram os arquivistas e as instituições a uma nova era: finalmente, um vislumbre do futuro que empregava a expressão “gerações futuras”.

O usuário alterou suas formas de busca, mudou sua relação com o tempo de pesquisa, tornou-se membro de redes e grupos, passou a adotar ferramentas de busca, a acessibilidade tornou-se uma necessidade, o acesso à informação é um direito assegurado, o desejo pela cópia digital passou a ser parte do processo de pesquisa. A inter-relação usuário-instituição ocorre por meio desse serviço de atendimento ao usuário. Para que a instituição preste um bom serviço, passou a ser vital que as regras de atendimento, funcionamento, restrições (se houverem) etc. estejam absolutamente claras e disponíveis.

Mas fazer parte dessa rede exige um trabalho constante de produção de conhecimento sobre esse usuário. Não somente de seu perfil acadêmico e profissional, mas também de suas formas de pesquisar, métodos, expectativas e agenda de pesquisa. Esse é um processo contínuo que exige persistência, porque o usuário é aliado. É para ele que as instituições preservam documentos. Assim, para que possa ser efetiva, a gestão arquivística precisa incluir esse sujeito quando são estabelecidos os princípios e regras que regulam: os serviços – como processamento, de atendimento presencial ou remoto –; as estratégias de captação; as normas de arranjo e descrição; as políticas de preservação e de

digitalização; a difusão dos acervos; e os estudos de usuário e de usos dos acervos, por exemplo.

Chamamos atenção para a evidência de que muitos usuários são grandes conhecedores de um determinado tema, lugar, família, empresa etc., e que seu conhecimento altamente qualificado pode ser utilizado para aprimorar ou tornar mais robusto o contexto arquivístico no qual são inseridos os acervos, ou mesmo para detalhar algum fato ou ação que demanda por maior compreensão ou visibilidade. Uma aproximação neste nível com o usuário abre um canal de valorização que contribui para o fortalecimento da instituição como um lugar de autoridade e de forma alguma a enfraquece. Após se estabelecer critérios e mecanismos de conferência, a troca de informações pode ser validada e a contribuição do usuário, reconhecida.

Não poderia deixar de mencionar que, na área, ainda não enxergamos alguns usuários como usuários dos arquivos, como o caso dos cidadãos que recorrem ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC). O processo de implementação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, foi liderado pela Controladoria Geral da União (CGU). A comunidade arquivística não teve um papel de liderança no processo de criação ou implantação da referida lei. Em um certo sentido, isso vai se reproduzir no ambiente das instituições. Mas, a nosso ver, não há dúvida de que a informação objeto da legislação citada é constituída pelos documentos arquivísticos. Esse cidadão é usuário dos arquivos e, quando tratamos de instituições de memória de natureza pública, ele integra o universo a ser estudado e monitorado.

O assunto não se esgota aqui. Procuramos desenhar neste texto uma instituição com autoridade e comprometida com aquele que é o responsável pela criação e manutenção das instituições arquivísticas. Não há dualidade. É, na realidade, muito simples: fazemos o que fazemos para atender o usuário.

## CONCLUSÕES

Iniciamos nosso texto falando da governança em uma perspectiva pre-ocupada com as funções institucionais, com um compromisso coletivo, envolvendo inúmeros agentes e ações. A governança arquivística também nos inspira à transversalidade que Jardim sugere, mas escolhi tratar de dois momentos cruciais da gestão arquivística: o *input* (aquisição de

insumos), que aqui me refiro aos acervos que vão ocupar os repositórios das instituições de memória, e o principal elemento do *output*, o usuário.

Sem esses agentes, não é possível preservar os “gatilhos” de memória ou conhecer no futuro o que se tornou passado. As políticas institucionais, orçamentos, infraestrutura, gestão de pessoal e outros elementos da gestão arquivística são organizados para que o acervo cresça e para que o usuário seja atendido, mas percebemos que as instituições de memória não estão fortalecidas suficientemente ou articuladas com segmentos sociais para assumir um modelo de governança arquivístico que abarque todas as mudanças sociais, culturais e tecnológicas da atualidade.

As políticas institucionais de aquisição de acervos e os serviços ao usuário e estudos sobre usuários deveriam estar articulados. A meu ver, estamos ainda distantes de um modelo de governança arquivístico efetivo, porque nos falta a autoridade arquivística empoderada e a devida formulação de políticas ou programas de gestão arquivística que consigam articular os diferentes agentes, instituições e propósitos em uma nova ordem organizacional.

## REFERÊNCIAS

JARDIM, J. M. Governança arquivística: contornos para uma noção. *Acervo*, v. 31, n. 3, p. 31-45, 10 dez. 2018.

KOOIMAN, J. *et al.* Interactive governance and governability: an introduction. *Journal of Transdisciplinary Environmental Studies*, v. 7, n. 1, p. 1-11. 2008. Disponível em: <https://dare.uva.nl/search?identifier=ced27a4a-5fa1-41c9-b34a-63576058307e>. Acesso em: 1 fev. 2021.

MILLAR, L. Touchstones: Considering the Relationship Between Memory and Archives. *Archivaria*, n. 61, p. 105-126, Sept. 2006. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12537>. Acesso em: 1 fev. 2021.

NATIONAL ARCHIVES USA. National Archives and Records Administration: 2018–2022 Strategic Plan. Disponível em: <https://www.archives.gov/files/about/plans-reports/strategic-plan/2018/strategic-plan-2018-2022.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

OLIVEIRA, L. M. V. de. O patrimônio arquivístico, identidade e memória. In: CUREAU, S. *et al.* *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 227-238.

OLIVEIRA, L. M. V. de; SILVA, J. A. da; SOBRAL, C. C. de. Transparência pública no Brasil: o contexto ideológico à luz dos conceitos de Sociedade do Espetáculo e regimes de informação. In: SEMINÁRIO HISPANO-BRASILEÑO DE INVESTIGACIÓN EN INFORMACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y SOCIEDAD, 7., 2018, Madri. *Anales [...]*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2018.

RHODES, R. A. W. The New Governance: Governing without Government. *Political Studies*, XLIV, p. 652-667, 1996. Disponível em: <http://spp.xmu.edu.cn/wp-content/uploads/2013/12/The-New-Governance-Governing-without-Government-pdf.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2021.

THE NATIONAL ARCHIVES UK. *Alternative governance regimes for archives*. Crown, 2012. Disponível em: <https://www.nationalarchives.gov.uk/documents/archives/alternative-governance-regimes.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

YEO, Geoffrey. Concepts of record (1): evidence, information, and persistent representations. *The American Archivist*, v. 70, n. 2, p. 315-343, 2007.



## SOBRE OS ORGANIZADORES

### **FRANCISCO JOSÉ ARAGÃO PEDROZA CUNHA**

Doutor pelo Programa de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC) da Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) e mestre em Ciência da Informação pela UFBA. Professor Associado do Departamento de Documentação e Informação da UFBA. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFBA e do DMMDC. Membro do Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (Gepicc), registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Coordenador do Grupo Temático Informação em Saúde e População (GTISP) da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) desde agosto de 2018.

### **MARIA TERESA NAVARRO DE BRITTO MATOS**

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestra em Biblioteconomia e Ciência da Informação, com concentração em

Arquivologia, pela Université de Montréal. Especialista em Arquivologia e Graduada em História pela UFBA. Professora Associada do Instituto de Ciência da Informação da UFBA. Atualmente, diretora do Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb), unidade da Fundação Pedro Calmon, vinculada à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Foi membro titular (2009-2013) do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Membro suplente do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), na qualidade de representante do segmento – Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal (2020- aos dias atuais). Membro do Grupo de Estudos sobre Fundamentos Históricos, Epistemológicos e Teóricos da Arquivologia (FHETA), vinculado ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

### **GILLIAN LEANDRO DE QUEIROGA LIMA**

Doutor pelo Programa de Doutorado Multi-Institucional e Multi-disciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bacharel em Arquivologia pela UFBA, pós-graduado no MBA em Gestão da Informação da Universidade Salvador (UNIFACS) e mestre em Ciência da Informação pela UFBA. Atualmente, é Professor Adjunto da UFBA e chefe do Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais (DFPI) do Instituto de Ciência da Informação da UFBA. Integrante do Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (Gepicc) e do Grupo Temático Informação, Saúde e População (GTISP) da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

## SOBRE OS AUTORES

### **ANGELA FRAGA BUARQUE DE SÁ**

Advogada com especialização em administração de empresas, exercendo o cargo de diretora executiva da Fundação Casa de Jorge Amado. No desempenho das suas funções, se dedica rotineiramente a buscar investidores para o financiamento de práticas e políticas culturais, coordenar exposições, publicações, seminários e palestras, especialmente voltadas para a obra de Jorge Amado e a literatura produzida na Bahia.

### **ANTONIO CARLOS GALDINO**

Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bacharel em Linguística e mestre em Ciência Política na mesma universidade. Tem experiência na área de história, com ênfase em história do Brasil Império e história de Campinas. Atua há 20 anos como profissional na área de arquivos, coordenando o Arquivo Municipal de Campinas, publicando artigos e participando em eventos acadêmicos e institucionais.

### **CAMILA GIOVANA RIBEIRO**

Licenciada e bacharela em Ciências Sociais (PUC-SP). Licenciada em Pedagogia (UNICSUL). Pós-graduanda em Gestão Pública Municipal (UNIFAL). Graduanda em Arquivologia (UNIASSELVI). Atualmente é diretora técnica do Núcleo de Normas Técnicas do Arquivo Público do Estado de São Paulo, responsável por propor a redação de leis, decretos e outros atos normativos necessários à gestão documental, preservação e acesso à informação.

### **CLARISSA EMI HIRAO**

Pós-graduada em Gestão da Educação Pública (UNIFESP), licenciada em Pedagogia (USP) e bacharela em Administração de Empresas (PUC-SP). Tem experiência na área de planejamento e gestão, atuou na Assessoria Técnica e de Planejamento da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo e atualmente na Assessoria Técnica da Coordenação do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

### **FERNANDO PADULA**

Graduado em Direito (UNIP). Pós-graduado em Gestão Pública (FESPSP) e no Programa Latino-Americano de Governabilidade, Gerência Política e Gestão Pública (FGV). Mestrando em Cidades Inteligentes e Sustentáveis (UNINOVE). Foi chefe de gabinete da Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (2003-2007), da Secretaria de Estado da Educação (2007-2016) e da Secretaria de Estado de Projetos Orçamento e Gestão (2020). Foi coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo (2016-2020). Desde 2021 ocupa o cargo de Secretário Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo.

### **LUCIA MARIA VELLOSO DE OLIVEIRA**

Doutora em Ciências na área de História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), mestra em Ciência da Informação pelo Instituto

Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal Fluminense (Ibict/UFF). Presidiu a Associação dos Arquivistas Brasileiros por cerca de dez anos. Foi membro do Comitê Gestor da Seção de Arquivos Universitários e de instituições de pesquisa do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) até 2016. Chefiou (2002-2018) o Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Atuou também como docente da disciplina Tratamento Documental em Arquivos Permanentes no curso de especialização em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Atualmente, é professora do Departamento da Ciência da Informação da UFF. É professora permanente credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFF e professora do Programa de PósGraduação em Memória e Acervos da FCRB, que implantou e coordenou por quatro anos. Atuou (2018-2020) como diretora-executiva da FCRB e como presidente substituta (2019) da instituição.

### **MARIA ELISA PEREIRA**

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Musicologia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Bacharela e licenciada em História (USP) e bacharela em Música (UNESP). Atua no Núcleo de Normas Técnicas do Arquivo Público do Estado de São Paulo, tratando das questões normativas referentes à gestão documental e acesso à informação pública.

### **MARIA TERESA NAVARRO DE BRITTO MATOS**

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestra em Biblioteconomia e Ciência da Informação, com concentração em Arquivologia, pela Université de Montréal. Especialista em Arquivologia e Graduada em História pela UFBA. Professora Associada do Instituto de Ciência da Informação da UFBA. Atualmente, é diretora do Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb), unidade da Fundação Pedro Calmon, vinculada à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Foi membro titular (2009-2013) do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Membro suplente do Conselho Nacional

de Arquivos (Conarq), na qualidade de representante do segmento – Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal (2020- aos dias atuais). Membro do Grupo de Estudos sobre Fundamentos Históricos, Epistemológicos e Teóricos da Arquivologia (FHETA), vinculado ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

### **PAULO ROBERTO ELIAN DOS SANTOS**

Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Desde 1996, é pesquisador do Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) da Casa de Oswaldo Cruz (COC) – Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Foi diretor da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, entre 2013 e 2021. Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), tem experiência na área de arquivologia com passagens pelo Arquivo Nacional e Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde foi diretor na década de 1990. É professor permanente dos cursos de mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da COC/Fiocruz. Coordenou a Comissão Permanente do Acesso à Informações (CPAI) da Fiocruz (2012-2017).

### **PAULO HENRIQUE DUQUE SANTOS**

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e mestre em Memória Social e Documento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). É professor assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Coordena o Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC) e o Polo Regional Acadêmico do Judiciário (28 comarcas do interior da Bahia). Preside a Associação dos Amigos do APMC.

### **RENATO PINTO VENANCIO**

Doutor pela Universidade de Paris IV, Sorbonne, com pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e mestre em História pela USP. É professor na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), assim como pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foi consultor científico (2004-2008) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Dirigiu (2005-2008) o Arquivo Público Mineiro, também atuando como editor da *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Foi consultor científico (2007-2008) da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), no Comitê Nacional Memória do Mundo. Foi membro (2006-2008) da Seção Brasileira da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (Coluso-Conarq/Arquivo Nacional). Colaborou na implantação da Diretoria de Arquivos Institucionais (Diarq) da UFMG, tendo sido diretor (2015-2019). Atualmente, desenvolve pesquisa a respeito da legislação arquivística, financiada pelo CNPq com bolsa de produtividade em pesquisa.

### **RENATO TARCISO BARBOSA DE SOUSA**

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Graduado em História pela Universidade de Brasília (UnB), especialista em Organização de Arquivos pela USP e mestre em Biblioteconomia e Documentação pela UnB. Atualmente, é professor associado do curso de Arquivologia e diretor da Faculdade de Ciência da Informação da UnB. Vice-líder do Grupo de Pesquisas e Estudos de Representação e Organização da Informação e do Conhecimento.

Formato: 17 x 24 cm  
Fontes: TT Norms, Tiempos Text  
Miolo: Papel Off-Set 75 g/m<sup>2</sup>  
Capa: Cartão Supremo 300 g/m<sup>2</sup>  
Impressão: Gráfica 3  
Tiragem: 300 exemplares

“[...] Uma preocupação que finalmente nos conduz ao lugar do arquivista e da Arquivologia diante da acelerada ruptura tecnológica que apregoa, de um lado, o governo ‘sem papel’ e, de outro, a premente necessidade de garantir a proteção dos dados pessoais, da soberania informacional e do patrimônio cultural arquivístico.

Esses dilemas brasileiros (e latino-americanos) – que parecem conciliar nossa crônica dificuldade em instituir políticas públicas efetivas com o histórico legado de desinvestimento e periferização dos arquivos no país – compõem uma agenda de debates cada vez mais urgentes, tanto por parte do campo científico, quanto pela via de organizações associativas. [...]”

Francisco Alcides Cougo Junior  
*Departamento de Arquivologia*  
*Universidade Federal de Santa Maria*



ISBN 978-65-5630-311-6



9 786556 303116